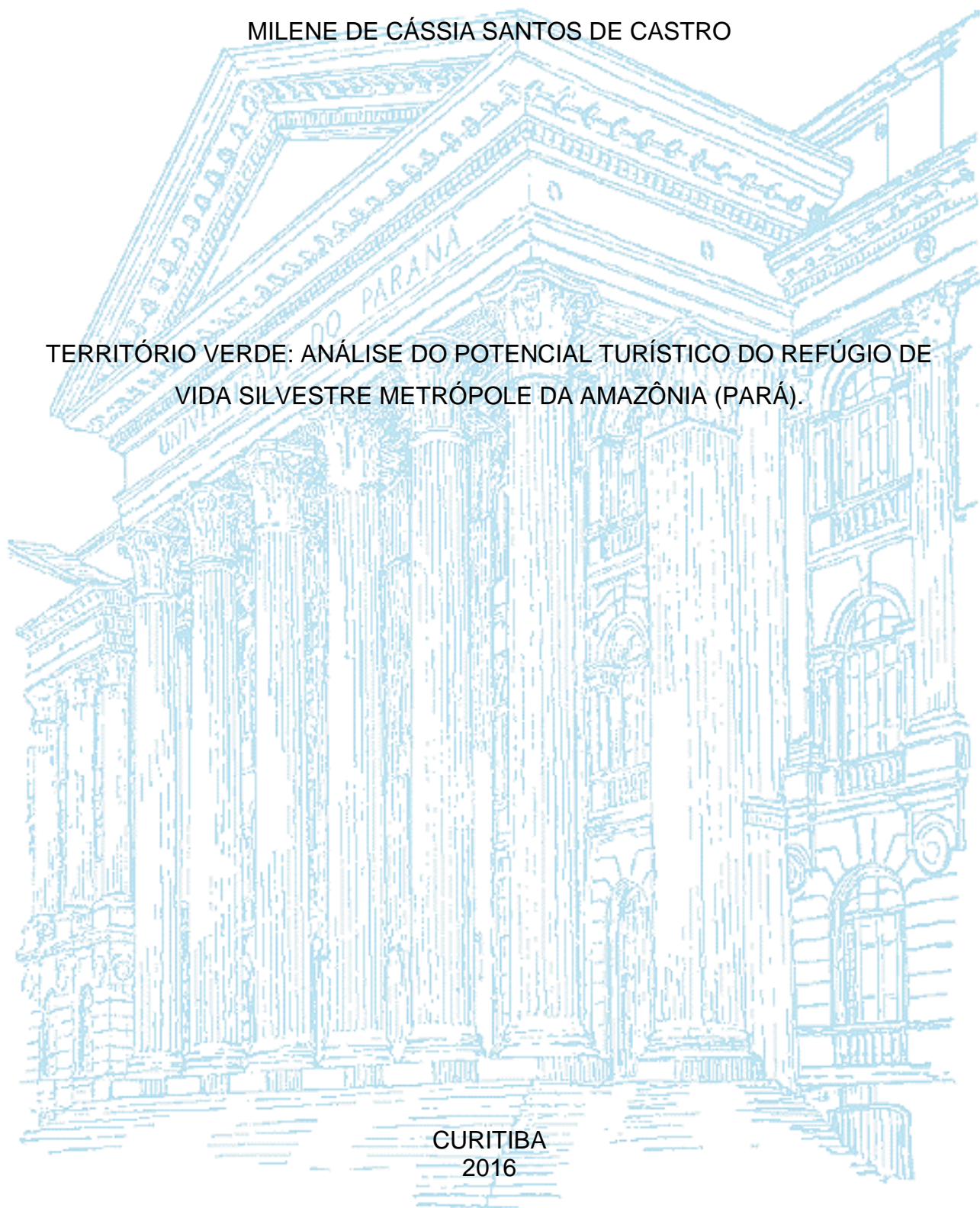


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO  
MESTRADO EM TURISMO

MILENE DE CÁSSIA SANTOS DE CASTRO

TERRITÓRIO VERDE: ANÁLISE DO POTENCIAL TURÍSTICO DO REFÚGIO DE  
VIDA SILVESTRE METRÓPOLE DA AMAZÔNIA (PARÁ).

CURITIBA  
2016



MILENE DE CÁSSIA SANTOS DE CASTRO

TERRITÓRIO VERDE: ANÁLISE DO POTENCIAL TURÍSTICO DO REFÚGIO DE  
VIDA SILVESTRE METRÓPOLE DA AMAZÔNIA (PARÁ).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Turismo, curso de Mestrado, Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Turismo.

Orientação: Prof. Dr. Miguel Bahl

CURITIBA  
2016

## TERMO DE APROVAÇÃO



MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO

### ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO


Aos dezoito dias do mês de março do ano de dois mil e dezesseis, às quatorze horas, na sala EP 4, do Edifício Dom Pedro II, Campus Reitoria, foi avaliada pela Banca Examinadora, composta pelos professores abaixo relacionados, a Dissertação de Mestrado da aluna **MILENE DE CÁSSIA SANTOS DE CASTRO** intitulada **“Território verde: análise do potencial turístico do refúgio de vida silvestre metrópole da Amazônia (Pará)”** que obteve como resultado final APROVADA.

(RES. 65/09 CEPE Art. 69. Os examinadores avaliarão a dissertação ou a tese considerando o conteúdo, a forma, a redação, a apresentação e a defesa do trabalho, decidindo pela aprovação, ou reprovação do trabalho de conclusão do aluno.

Parágrafo único. A ata da sessão pública da defesa de dissertação ou tese indicará apenas a condição de aprovado ou reprovado.

**OBS: este documento tem a validade de 60 dias a contar desta data.**

Nome e assinatura da Banca Examinadora:

  
Prof. Dr. Miguel Bahl – orientador

  
Profª. Drª. Leticia Bartoszeck Nitsche – UFPR

  
Profª. Drª. Luciane de Fátima Neri – UFPR



## **AGRADECIMENTOS**

À minha família, Maria, Ana, Arnaldo, Karla e Samuel, pelo apoio emocional e financeiro para a concretização deste estudo.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Miguel Bahl, pelo auxílio e acompanhamento durante a elaboração desta dissertação e pela oportunidade de participar da Revista Turismo e Sociedade.

Ao Curso de Pós-Graduação em Turismo e ao corpo docente, pela oportunidade de inserção neste programa.

Às amigas e amigos de Belém e Curitiba pelo apoio recebido.

Às Professoras Dr<sup>a</sup>. Luciane de Fátima Neri e Dr<sup>a</sup>. Letícia Bartoszeck Nitsche, pelas contribuições e sugestões ao trabalho.

“Por vezes sentimos que aquilo que fazemos não é senão  
uma gota de água no mar. Mas o mar seria menor  
se lhe faltasse uma gota”.  
(Madre Teresa de Calcutá)

## RESUMO

A Unidade de Conservação denominada Refúgio de Vida Silvestre Metrópole da Amazônia foi criada com o direcionamento de estabelecer condições ambientais para existência ou reprodução de espécies de fauna e flora em uma área de 63,67 km<sup>2</sup>, localizada entre os limites dos municípios de Ananindeua, Marituba, Benevides e Santa Isabel do Pará os quais formam a chamada Metrópole da Amazônia, no estado do Pará (Brasil). Neste trabalho teve-se por objetivo analisar o potencial turístico para a localidade, a fim de identificar a possibilidade de propor o estabelecimento de atividades que associassem os interesses da população local, gestores e visitantes. Nesta perspectiva foram utilizados conceitos de planejamento ambiental, interpretação ambiental, análise de potencial turístico, uso público e uso turístico. Também se abordou as características da unidade em questão, o panorama de criação de áreas protegidas, a transposição deste conceito para o Brasil, a gênese de unidades de conservação no Brasil, na Amazônia e no Pará. Em termos metodológicos, adotou-se a pesquisa qualitativa, estabelecendo-se como procedimentos metodológicos a observação participante. O trabalho baseou-se em informações provenientes de pesquisa exploratória, bem como de entrevistas semiestruturadas com alguns membros da população local, com representante da secretaria de turismo do município de Marituba e com uma representante do órgão voltado a gestão da unidade, além da aplicação de formulários a algumas pessoas da população do entorno da unidade. A atividade de campo envolveu a visita da área e a troca de informações com a população local. Como resultado verificou-se que ainda não existiam atividades turísticas regulares na UC, no entanto a gestão da UC possuía projetos para a realização de tais atividades. Também foi realizado um inventário da UC, aplicação da matriz SWOT e como contribuição, o trabalho traz a apresentação de propostas de melhorias para a unidade de conservação em questão.

**Palavras-chave:** Turismo. Unidade de Conservação. Recursos Naturais. Potencial Turístico. Refúgio de Vida Silvestre Metrópole da Amazônia.



## ABSTRACT

The Conservation Unit named “ Refúgio de Vida Silvestre Metrópole da Amazônia” was created with the direction of establishing environmental conditions for existence or reproduction of fauna and flora species in an area of 63.67 square kilometers, located within the boundaries of the municipalities of Ananindeua, Marituba, Benevides and Santa Isabel do Pará which form the so-called Metrópole da Amazônia, in the state of Pará. In this work was up to analyze the tourism potential to the location in order to establish activities that involve the interests of the local population, managers and visitors. In this perspective we were used concepts of environmental planning, environmental interpretation, tourism potential analysis, public use and tourist use. Also addressed the unit specification in question, the panorama creation of protected areas, the implementation of this concept to Brazil, the genesis of conservation units in Brazil, in the Amazônia and Pará. In terms of methodology, we adopted the qualitative research, establishing itself as methodological procedures participant observation. The work was based on information from exploratory research, as well as semi-structured interviews with the local population, representative of the Marituba city's tourist office and a representative of the body facing the unit's management, as well as application forms with the population surrounding the unit. The field of activity involved the visitation area and the exchange of information with the local population. As a result it was found that there is still no regular tourist activities at UC, however the management of UC owned projects for carrying out such activities. It was also an inventory of UC, SWOT matrix and as a contribution, the work brings the presentation of improvements proposed for the conservation unit in question.

**Keywords:** Tourism. Conservation Unit. Natural Resources. Tourist potential. “Refúgio de Vida Silvestre Metrópole da Amazônia”.



## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE METRÓPOLE DA AMAZÔNIA.....	19
FIGURA 2 - PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MARITUBA NO REVIS.....	20
FIGURA 3 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO DE CONSULTA PÚBLICA.....	22
FIGURA 4 – TIPO DE CASA DOS TRABALHADORES DA EMPRESA PIRELLI.....	24
FIGURA 5- CAPELA.....	24
FIGURA 6 – CASA DE AVIAMENTO.....	25
FIGURA 7 – GRUPO ESCOLAR.....	25
FIGURA 8 - LOGOMARCA DO REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE METRÓPOLE DA AMAZÔNIA.....	26
FIGURA 9 - MORADIA RIBEIRINHA AS MARGENS DO RIO GUAMÁ.....	29
FIGURA 10 – CONCENTRAÇÃO POPULACIONAL DO REVIS METRÓPOLE DA AMAZÔNIA.....	30
FIGURA 11 – PLANTAÇÃO DE SERINGUEIRAS.....	32
FIGURA 12 – CULTIVO DO AÇAÍ.....	33
FIGURA 13 – BENEFICIAMENTO DO CACAU.....	34
FIGURA 14 – PLANTAÇÃO DE URUCUM.....	34
FIGURA 15 - ZONA DE AMORTECIMENTO DO REVIS METRÓPOLE DA AMAZÔNIA E EMPREENDIMENTOS DE POTENCIAL IMPACTO AMBIENTAL.....	48
FIGURA 16 – LOCALIZAÇÃO DO LOCAIS DE REALIZAÇÃO DA PESQUISA DE CAMPO.....	77
FIGURA 17 - INÍCIO DA RUA DA RUA DA PIRELLI.....	81

FIGURA 18 - FINAL DA RUA DA RUA DA	
PIRELLI.....	82
FIGURA 19 - SAMAMBAIA CRESPA ( <i>DVALIA</i>	
<i>FEJEENSIS</i> ).....	92
FIGURA 20 - SAMAMBAIA ( <i>BLECHNUM</i>	
<i>OCCIDENTALE</i> ).....	93
FIGURA 21 – ACESSO A VILA TRÊS MARCOS A PARTIR DO PÓRTICO DE	
ENTRADA DO	
REVIS.....	93
FIGURA 22 – LOCALIZAÇÃO DA TRILHA DA	
SAMAMBAIA.....	94
FIGURA 23 – PONTO DE INÍCIO DA TRILHA DO	
SERINGAL.....	95
FIGURA 24 – ÁREA INTERNA DA ANTIGA ESCOLA DA	
LOCALIDADE.....	96
FIGURA 25 - DIVULGAÇÃO DO CONCURSO	
FOTOGRAFICO.....	97
FIGURA 26 - REALIZAÇÃO DO CONCURSO	
FOTOGRAFICO.....	97

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – OBJETIVOS DO SNUC.....	40
QUADRO 2 – REFÚGIOS DE VIDA SILVESTRE EXISTENTES NO BRASIL.....	55-56
QUADRO 3 - CARACTERÍSTICAS DA PESQUISA QUALITATIVA.....	71-72
QUADRO 4 - ESTRATÉGIAS DE INVESTIGAÇÃO NA PESQUISA QUALITATIVA .....	74-75
QUADRO 5 – TABULAÇÃO DOS DADOS.....	78
QUADRO           6               -               PERGUNTA:               QUAL               SUA IDADE?.....	83
QUADRO           7               -               PERGUNTA:               QUAL               SEU SEXO?.....	83
QUADRO 8 - PERGUNTA: HÁ QUANTO TEMPO MORA NO MUNICÍPIO DE MARITUBA?.....	84
QUADRO 9 - PERGUNTA: CONHECE OU JÁ OUVIU FALAR DO REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE METRÓPOLE DA AMAZÔNIA (ÁREA DA PIRELLI)?.....	84
QUADRO 10 - PERGUNTA: GOSTARIA DE CONHECER O LOCAL?.....	84
QUADRO 11 - PERGUNTA: QUAL ATIVIDADE TERIA INTERESSE EM PRATICAR NA LOCALIDADE?.....	85
QUADRO 12 – ANÁLISE SWOT DO REVIS METRÓPOLE DA AMAZÔNIA.....	99

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA .....	14
1.2 HIPÓTESES .....	14
1.3 OBJETIVO GERAL .....	15
1.4 JUSTIFICATIVA .....	15
<b>2 APRESENTAÇÃO DO CENÁRIO DE ESTUDO.....</b>	<b>18</b>
2.1 HISTÓRICO DE CRIAÇÃO DA UNIDADE E ATRATIVOS POTENCIAIS .....	22
2.2 CARACTERÍSTICAS AMBIENTAIS .....	28
2.3 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DA POPULAÇÃO RESIDENTE DO REVIS METRÓPOLE DA AMAZÔNIA .....	30
<b>3 PROCESSO DE CRIAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.....</b>	<b>37</b>
3.1 LEGISLAÇÃO FEDERAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO .....	39
3.2. LEGISLAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NA AMAZÔNIA .....	42
3.3 LEGISLAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO PARÁ .....	45
<b>4 PLANEJAMENTO ECOTURÍSTICO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.....</b>	<b>51</b>
4.1 USO PÚBLICO E USO TURÍSTICO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO .....	54
4.2 INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL.....	63
4.2.1 Mídias interpretativas .....	67
4.3 PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DE POTENCIAL TURÍSTICO .....	68
<b>5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>71</b>
5.1 TIPO DE PESQUISA.....	72
5.2 INSTRUMENTOS PARA COLETA DE DADOS .....	77
5.3 DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE PESQUISA .....	78
5.4 TABULAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS .....	79
<b>6 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA.....</b>	<b>81</b>

6.1 INVENTARIAÇÃO DA OFERTA TURÍSTICA DO REVIS METRÓPOLE DA AMAZÔNIA.....	81
6.1.1 Informações Gerais .....	81
6.1.2 Funcionamento.....	81
6.1.3 Acesso.....	82
6.2 RESULTADOS DA APLICAÇÃO DOS FORMULÁRIOS.....	84
6.3 RESULTADO DA APLICAÇÃO DAS ENTREVISTAS.....	90
6.3.1 Entrevistas com moradoras do REVIS .....	91
6.3.2 Entrevista com a Bacharel em Turismo responsável pelo uso público do REVIS .....	92
6.2.3Entrevista com uma representante do Departamento de Turismo de Marituba.....	97
6.4 REALIZAÇÃO DE ANÁLISE SWOT DO REVIS METRÓPOLE DA AMAZÔNIA.....	99
6.5 PROPOSTAS DE MELHORIAS PARA O REVIS METRÓPOLE DA AMAZÔNIA.....	101
<b>7 CONCLUSÃO.....</b>	<b>99</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>102</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>109</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente estudo intitulado de Território Verde: Análise do Potencial Turístico do Refúgio de Vida Silvestre (REVIS)<sup>1</sup> Metrópole da Amazônia, teve por propósito apresentar aspectos inerentes para a realização de atividades turísticas em unidades de conservação. Para isso, o estudo está organizado em cinco capítulos: Apresentação do cenário de estudo, Processo de criação de unidades de conservação, Planejamento ecoturístico em unidades de conservação, Procedimentos metodológicos e Análise dos resultados.

Este estudo teve por questionamento principal verificar se no REVIS Metrópole da Amazônia existia a viabilidade de desenvolver atividades turísticas e se esta realização estaria de acordo com a vontade da população residente no entorno da unidade, população local e com os gestores. Posterior à análise teórica de artigos e livros, de temas similares ao desse estudo, verificou-se existir a possibilidade de realização de atividades turísticas em Unidades de Conservação (UCs). A respeito dos subsídios do poder público, foi verificado durante a realização da pesquisa de campo na Unidade de Conservação (UC) a elaboração de projetos para o uso público da área pertencente ao refúgio.

Dentre os possíveis impactos causados com a realização de atividades turísticas sem a realização prévia de um planejamento, pode-se preliminarmente referenciar a perturbação dos ecossistemas da região. Na localidade encontram-se ecossistemas naturais e antrópicos. Além de um significativo número de espécies botânicas, de aves, mamíferos, répteis e anfíbios. Também, sinalizam-se mudanças no solo e na água.

No ano de 2013 foram realizadas duas visitas ao REVIS, essas visitas fundamentaram uma análise que proporcionou noções preliminares para a construção do presente estudo. No mais, será dada ênfase as perspectivas da visita realizada no ano de 2015, com o intuito de evidenciar a realidade do REVIS.

A metodologia adotada para este trabalho foi a pesquisa exploratória, utilizada com a intenção de responder as hipóteses e o problema da pesquisa. Relativamente à pesquisa documental, analisou-se documentos relacionados a criação da UC e de estudos acerca da espécies da fauna e flora local. O método de pesquisa qualitativo

---

<sup>1</sup> No Pará utiliza-se a sigla REVIS para caracterizar um Refúgio de Vida Silvestre, nos demais estados a sigla utilizada é RVS.

foi o escolhido para fundamentar a análise dos dados pesquisados, por meio dos procedimentos da observação participante e a aplicação de entrevistas e formulários. Utilizou-se a observação participante por proporcionar uma visão dos membros da comunidade, ainda resultados sobre a realidade da comunidade investigada. Levou-se em conta que poderiam ocorrer influências nos resultados da pesquisa, em virtude do convívio com a comunidade estudada, no entanto, essa influência não ocorreu. A aplicação das entrevistas foi um momento em que se pode analisar a impressão pessoal da população local, no que diz respeito ao assunto pesquisado.

Optou-se pela abordagem fenomenológica para esse estudo, por esta buscar o entendimento da essência do objeto pesquisado, também por não modificar a concepção deste objeto. Ademais, a concepção filosófica pensada para analisar este fenômeno foi a construtivista social, que está em sinergia com a fenomenologia por também buscar a compreensão do objeto pesquisado e a sua percepção em relação à localidade onde as pessoas vivem.

## 1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Como problema de pesquisa balizador estabeleceu-se a seguinte questão: Qual era o potencial turístico do Refúgio de Vida Silvestre Metrópole da Amazônia? Isso, em decorrência de ser uma área extensa e com atrativos naturais e históricos que poderiam atrair visitantes. Esse questionamento surgiu a partir da experiência de visita de Unidades de Conservação na cidade de Belém e em outros estados.

## 1.2 HIPÓTESES

Com o objetivo de apresentar respostas iniciais para a problemática aqui apresentada, foram elaboradas três hipóteses de estudo:

- A falta do plano de manejo estava ocasionando ausência de ações com intuito de estabelecer o uso sustentável da unidade, e o plano de uso público que impossibilita a realização de atividades turísticas no local.



- Não havia conhecimento da existência do refúgio por parte da população residente no município de Marituba.
- Não havia interesse da gestão e da comunidade local na realização de atividades turísticas na localidade.

Com a intenção de busca de resposta ao problema e confirmar as hipóteses foi estabelecido um objetivo geral e três específicos.

### 1.3 OBJETIVO GERAL

Analisar o potencial turístico para a localidade, a fim de identificar a possibilidade de propor o estabelecimento de atividades que associassem os interesses da população local, gestores e visitantes.

#### Específicos

- Investigar a causa da não ocorrência de atividades turísticas regulares no refúgio, uma vez que atualmente estão sendo realizadas apenas visitas de cunho acadêmico.

- Inventariar dados bibliográficos e documentais acerca da realização de atividades turísticas em unidades de conservação, com ênfase em Refúgios de Vida Silvestre no Brasil, observando como estas atividades foram estruturadas e como estavam sendo fomentadas.

- Inventariar quais atividades turísticas poderiam ser praticadas no Refúgio de Vida Silvestre Metrópole da Amazônia, e verificar se os gestores e moradores concordam com essa prática.

### 1.4 JUSTIFICATIVA

Por meio da leitura de estudos relacionados ao tema, constatou-se que a preocupação com ações que diminuam a degradação ambiental ocorrida devido à exploração descontrolada dos recursos ambientais e a constante busca pela lucratividade, tem impulsionado a produção de conhecimento em diversas áreas

relacionadas à conservação ambiental. Diante deste contexto, notou-se a necessidade de fomentar conhecimentos acerca da importância da realização de atividades baseadas nos preceitos de interpretação ambiental. Isso, considerando-se que a busca pelo desenvolvimento sustentável possibilita com que as pessoas, agora e no futuro, obtenham um nível de satisfação social, econômico e cultural, aproveitando os recursos ambientais de modo eficiente e inteligente, sem prejudicar a preservação de espécies da fauna e flora e garantindo a satisfação das necessidades de futuras gerações.

Contextualizando, verifica-se que Rodrigues (1999) enfatiza que a vinculação entre homem x natureza desde o século XIX tem sido alvo de análises por diferentes perspectivas, por meio de questionamentos de estudiosos que sinalizavam que não foi a terra que criou o homem e sim o contrário. O que sinaliza uma visão equivocada do uso da terra pela sociedade. Ainda para a autora (1999) a respeito da natureza x turismo relata que o homem tem uma interminável capacidade de adaptação mesmo em ambientes desafiadores, sendo que essas trocas ocorrem em diferentes biomas. Dessa maneira, impulsionando o deslocamento por diversas motivações, dentre estas o clima, esses deslocamentos posteriormente contribuem para a criação do turismo (RODRIGUES, 1999).

Ainda de acordo com a análise de Rodrigues (1999) o turismo é um importante fenômeno global, e também um vetor de impactos ambientais negativos o que fortaleceu a construção de um entendimento depredador em relação à atividade turística, por outro lado existe uma vertente que vê no turismo um modo de preservação do ambiente. No entanto faz-se necessário buscar um meio termo a fim de dar continuidade às atividades turísticas minimizando impactos negativos e sem criar um entendimento de que o turismo é um agente de salvação para a localidade onde for instalado (RODRIGUES, 1999).

Ao relacionar o turismo, como atividade, é necessário tratar da sua divulgação e comercialização. E o produto turístico deve ser formatado de acordo com a realidade de um local, bem como, com as empresas envolvidas, sejam elas: agências de viagens, de hotelaria, transportadora, locadora, de veículos. A partir dos seus gestores/responsáveis, devem analisar a imagem da região em que estejam atuando/direcionando atividades turísticas. Posteriormente, por esse estudo estar direcionado a proposição de realização de atividades turísticas em uma unidade de conservação considerou-se ser fundamental que sejam desenvolvidas políticas de

utilização e aproveitamento dos recursos ambientais de modo a fomentar o seu desenvolvimento sustentável.

Por finalidade se almeja a inserção da comunidade local e de profissionais do turismo a fim de proporcionar para a unidade uma prática de turismo baseada na sinergia entre os benefícios econômicos e ambientais. Também espera-se a sensibilização ambiental dos visitantes, de modo que os mesmos possam refletir a respeito de um assunto atual e necessário para a sociedade.

A respeito da participação da comunidade, Figueiredo (1999) constata que a atividade turística geralmente não vem associada a um planejamento adequado, o que resulta na não participação das populações locais. Para esse autor (1999), esse fato causou conflitos e entraves à implantação de um modelo de desenvolvimento sustentável. Para finalizar Figueiredo utiliza a pesquisa de Ângelo-Furlan (1996)<sup>2</sup> que faz questionamentos sobre o desenvolvimento do turismo no Brasil, e apresenta uma inquietação com o enfoque consumista e da valorização dos lucros, além de evocar que em sua grande maioria o comportamento urbano é favorecido na atividade turísticas e a paisagem natural é apenas um coadjuvante.

Este estudo está dividido em sete capítulos sendo estes: Introdução, apresentação do cenário de estudo, processo de criação de unidades de conservação, planejamento ecoturístico em unidades de conservação, procedimentos metodológicos, análise dos resultados da pesquisa e conclusão. E a razão de tê-los redigido foi analisar a viabilidade de se desenvolver atividades turísticas no Refúgio de Vida Silvestre Metrópole da Amazônia. A escolha do local de pesquisa se deve a falta de roteiros turísticos no município de Marituba, também pela autora ser residente do município.

---

<sup>2</sup> ANGELO: FURLAN, S. Unidade de conservação insular: considerações sobre a dinâmica insular, planos de manejo e turismo ambiental. In: LEMOS, A. I. G.(org.). **Turismo: impactos socioambientais**. São Paulo, Hucitec, 1996.

## 2 APRESENTAÇÃO DO CENÁRIO DE ESTUDO

Este capítulo foi redigido com o objetivo de caracterizar o Refúgio de Vida Silvestre - REVIS Metrópole da Amazônia tendo a intenção de ilustrar os aspectos ambientais, históricos e socioeconômicos da unidade de conservação. Tais dados, foram buscados visando apresentar as espécies de fauna e flora pertencentes ao bioma Amazônico e presentes no REVIS, além dos aspectos sociais e econômicos dos moradores de comunidades localizadas na área pertencente ao REVIS e também como ocorreu o processo de criação da unidade.

Como procedimento metodológico utilizou-se de pesquisa bibliográfica ao utilizar os estudos de Almeida (2013), Castro (2013) e Diegues (1994). Além da análise do documento elaborado pela Diretoria de Áreas Protegidas - DIAP, a respeito da consulta pública de criação do REVIS. Por fim foi utilizado o formulário C.1.6 Unidades de conservação e similares, subtipo C.1.6.7 Refúgio de Vida Silvestre, elaborado pelo MTur. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2015). Utilizando-se apenas os itens que são encontrados no REVIS, sendo assim o formulário não foi usado em sua totalidade.

O REVIS Metrópole da Amazônia foi criado a partir do decreto nº 2.211, de 30 de março de 2010<sup>3</sup>, pela então Governadora do Estado do Pará, Ana Júlia de Vasconcelos Carepa. Até o ano de 2014 a Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS foi responsável pela administração da UC e presidência do Conselho Consultivo. A partir do ano de 2015 a gestão e atividades correlatas foram atribuídas ao Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará – IDEFLOR-Bio (IDEFLOR-Bio, 2015). A fiscalização da unidade a partir da mudança de gestão continua sendo exercida pelo Batalhão de polícia ambiental – BPA e por uma empresa particular de segurança.

O IDEFLOR-Bio foi implantado no ano de 2007, por meio da Lei Estadual Nº 6.963 e posteriormente modificado pela Lei Estadual Nº 8.096/2015, com o intuito de atender as exigências da Lei Federal de Gestão de Florestas Públicas, Lei Federal Nº 11.284, de 02 de março de 2006. O instituto tem por missão (IDEFLOR-Bio, 2015, p.1):

---

<sup>3</sup> Disponível em: <<http://biblioteca.mppa.mp.br/phl81/capas/decreto%202622.htm>>.

Promover o desenvolvimento sustentável dos diferentes segmentos florestais, por meio de políticas e da gestão de florestas no Estado do Pará, além da gestão da biodiversidade e execução das políticas de preservação, conservação e uso sustentável da biodiversidade, da fauna e da flora terrestres e aquáticas no Estado do Pará, garantindo a transparência e a democratização dos benefícios para a sociedade.

A missão do IDEFLOR- Bio abarca os objetivos de criação da UC. Deduz-se estar em consonância com o decreto de criação da unidade, que tem por finalidade “proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora e da fauna residente ou migratória”. Almeida (2013) complementa a motivação de criação da UC, ao atribuí-la a um modo de resguardar populações de espécies ameaçadas no estado, devido à divulgação de uma lista com espécies em risco divulgada no ano de 2009. Nesta lista foram sinalizadas 181 espécies ameaçadas de extinção.

A respeito da localização, a UC encontra-se entre os municípios de Ananindeua, Marituba, Benevides e Santa Isabel do Pará. Possui uma área de 63,67 km<sup>2</sup> (ALMEIDA, 2013). Segundo Almeida (2013, p. 43) “ocupa as coordenadas geográficas aproximadas de 01° 23’ 30” a 01° 29’ 30” de Latitude Sul e 48°10’ 00” à 48° 22’ 00” de Longitude (W. Gr.)”.

De acordo com Almeida (2013) a UC está localizada a 23 km de Belém, por via terrestre pela BR 316, continuando o trajeto por 4 km pela estrada da Pirelli. Ao norte a UC faz limite com os municípios de Ananindeua e Marituba; ao Sul dispõe de 18 km de margens em relação ao Rio Guamá, a meio caminho da foz do Rio Caraparu e da foz do Igarapé Oribóquinha; a Oeste novamente com o Igarapé Oribóquinha e a Área de Proteção Ambiental da Região Metropolitana de Belém (APA Belém), onde encontra-se o Parque Estadual do Utinga, distante a 15,7 km da UC.

A figura 1 (p. 19) retrata a localização da UC entre os municípios de Ananindeua, Marituba, Benevides e Santa Isabel do Pará que juntos somam 742.725 habitantes. (IBGE CIDADES, ESTIMATIVA CENSO 2014).

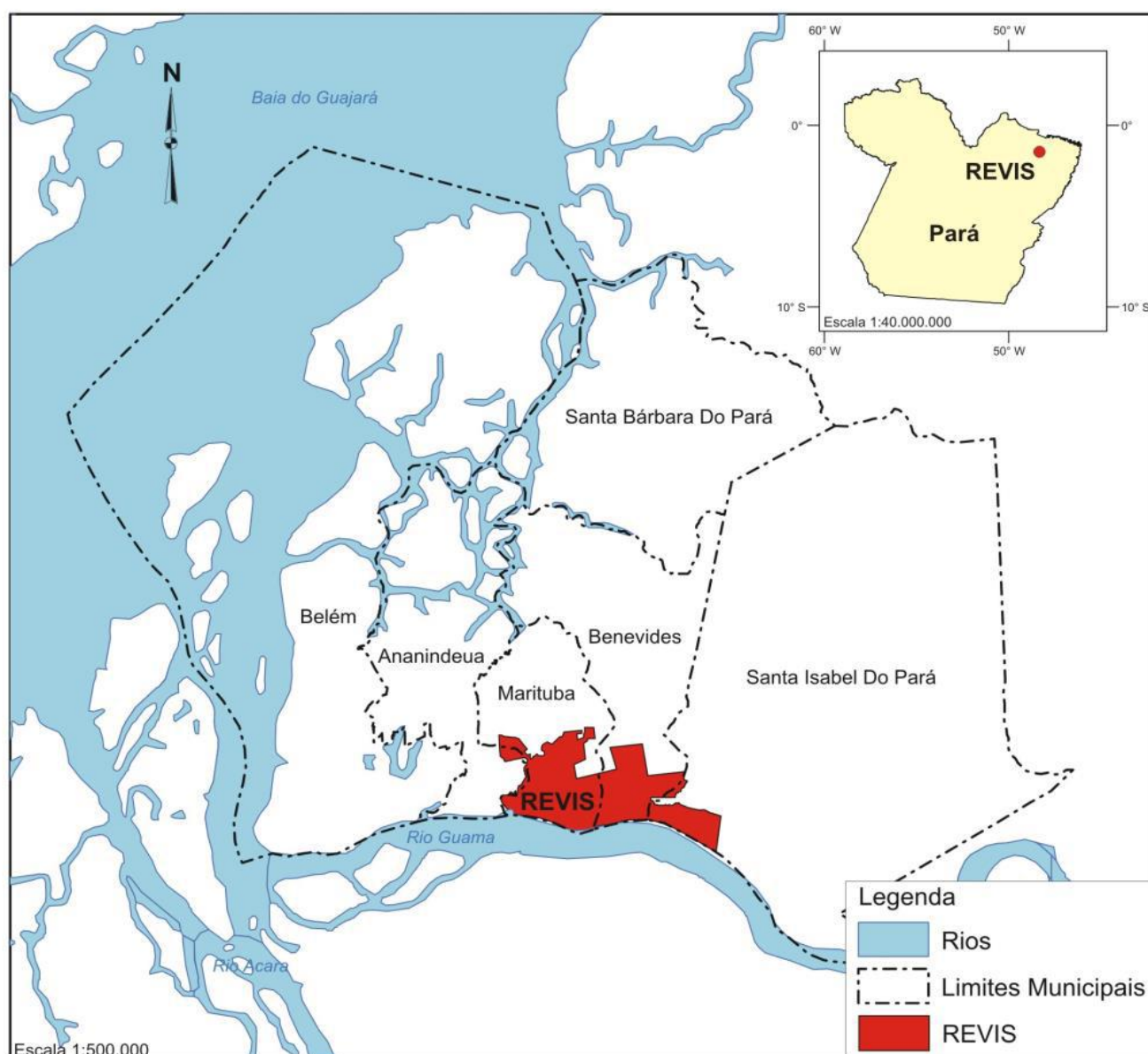


FIGURA 1 - MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE METRÓPOLE DA AMAZÔNIA

FONTE: ALMEIDA (2013).

Na figura 2 (p. 20) pode-se verificar a participação dos municípios de Ananindeua, Marituba, Benevides e Santa Isabel do Pará na área do Refúgio.



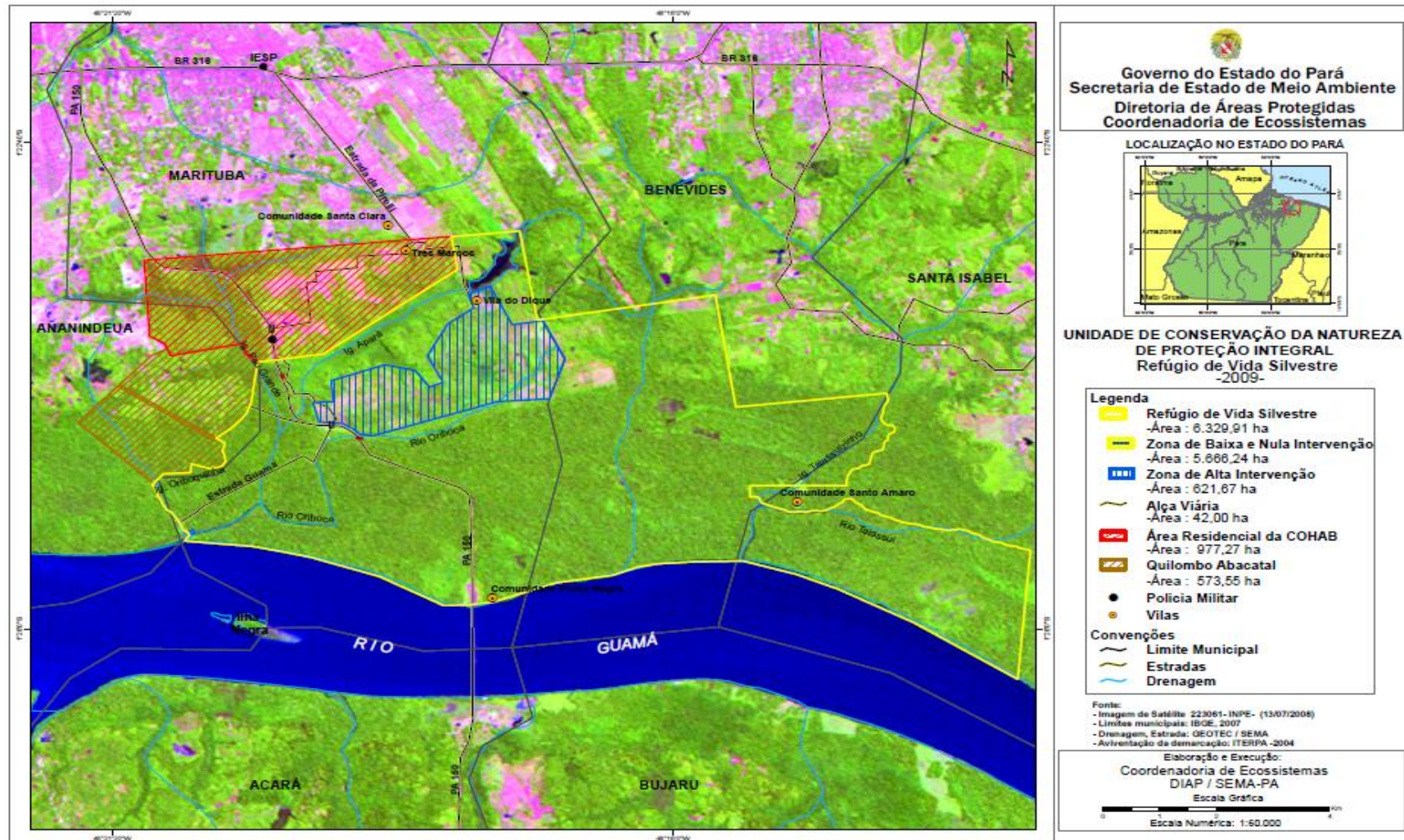


FIGURA 2 - PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MARITUBA NO REVIS  
 FONTE: DIAP

(PARÁ,

2009)



Segundo o decreto nº 2.211 no que se refere à visitação, a prática é permitida assim como o desenvolvimento do turismo ecológico, pesquisas científicas, atividades de educação e interpretação ambiental.

## 2.1 HISTÓRICO DE CRIAÇÃO DA UNIDADE E ATRATIVOS POTENCIAIS

Segundo o estudo realizado por Almeida no ano de 2013 o REVIS Metrópole da Amazônia foi criado também com a finalidade de minimizar os impactos ambientais causados pelo crescimento populacional da Região Metropolitana de Belém. Com isso, no ano de 2009 foi realizada uma consulta pública pela DIAP, a fim de verificar a opinião da sociedade local a respeito da criação da UC. Porquanto, essa consulta foi dividida em três etapas, das quais foram:

1ª etapa: criação, onde foram realizados os estudos técnicos, consulta pública e o decreto de criação da UC de Proteção Integral;

2ª etapa: Plano de Manejo, subdividido em: Diagnóstico socioeconômico e Ambiental, formação da equipe técnica, formação do conselho consultivo e aprovação do plano de manejo (fase vigente);

3ª etapa: Implementação do REVIS, subdividida em: licitação, execução dos projetos e administração, monitoramento e controle.

Em relação, a consulta pública realizada no REVIS no âmbito de divulgação da sua realização desenvolveu-se a partir de publicações realizadas por meio do Diário Oficial do Estado, jornais de circulação local e convites.

A figura 3 (p. 22) apresenta o edital de convocação dos moradores dos municípios onde a UC está localizada, que foi publicado no Diário Oficial do estado do Pará no dia 30 de outubro de 2009.



FIGURA 3 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO DE CONSULTA PÚBLICA  
 FONTE: DIAP (2009).

Almeida (2013) comenta que o edital também foi divulgado no dia 1 de novembro de 2009 em um jornal de circulação na Região metropolitana de Belém, contendo as exposições dos motivos para a criação da unidade, local e horário da realização da consulta pública. A consulta foi realizada no município de Marituba (ALMEIDA, 2013).

Por conseguinte, a exigência legal para a criação do REVIS foi baseada nas exigências estabelecidas pelo SNUC:

- . Lei nº 9.985 / 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC.
- . Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. Regulamenta artigos da Lei nº 9.985/2000. (PARÁ, 2009, p.1).

Na consulta também se considerou as exigências do Estado do Pará:

- . Lei Estadual nº 5.877/1994. Participação popular nas decisões relacionadas ao meio ambiente.
- . Lei Estadual nº 5.887/1995. Política Estadual de Meio Ambiente.
- . Lei nº 6.745 / 2005. Institui o Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Pará. (PARÁ, 2009, p. 1).

Para Almeida (2013) o nome escolhido para a UC ainda não popularizou-se, sendo a área até o momento conhecida como “Fazenda Pirelli”. Segundo a autora, a localidade recebeu este nome devido à compra em 1954 pela Empresa Pirelli S. A, neste período a área foi nomeada como Fazenda Guamá. Para Castro (2013) a empresa de pneus Pirelli que iniciou o processo de cultivo de Seringueiras (*Hevea*

*brasiliensis*), na década de 1950, teve por finalidade suprir a produção de matéria prima para os pneus produzidos em Merlo, Argentina.

Com o objetivo de sinalizar a relevância da prática de um roteiro interpretativo no REVIS, é necessário caracterizar de modo resumido o período conhecido como *Belle époque*, este período trouxe mudanças na urbanização da região amazônica, sendo estas mudanças resultantes da riqueza obtida pelo comércio do Látex, matéria prima para a borracha. As cidades de Belém e Manaus concentraram o maior número de mudanças, essa riqueza influenciou novos costumes para a sociedade local.

Em relação a estas mudanças Sarges, enfatiza:

Reforçando o processo de inserção da Amazônia no sistema capitalista mundial, toda a atividade econômica da região passou a girar em torno da borracha a partir de 1840. Em decorrência dessa nova ordem econômica, Belém assumiu o papel de principal porto de escoamento da produção gomífera, canalizando parte do excedente que se originou dessa economia para os cofres públicos os quais direcionaram o investimento para a área do urbano. (SARGES, 2002, p. 14)

Segundo a autora, Belém no final do século XIX e começo do século XX apoderou-se de costumes novos e refinados, nos moldes parisienses, esses costumes foram nos campos da literatura, artes, cinema, teatro e na arquitetura. Houve também, a migração nordestina para Belém, os migrantes vieram para as cidades de Belém e Manaus para trabalharem nos seringais (SARGES, 2002). Ou seja, o período da economia da borracha estabeleceu mudanças em Belém, criando novos costumes, sendo fonte de recursos para a urbanização da cidade e também por meio da migração nordestina que ajudou o povoamento da região.

Para Lima (2009) o auge da produção de borracha na Amazônia ocorre em 1901, quando foram produzidas 29.971 toneladas, chegando a maior produção de 44.296 toneladas, no ano de 1911. Este momento ficou conhecido como o primeiro boom da borracha, sendo o segundo no período da Segunda Guerra Mundial. A decadência da borracha se dá pela transferência de mudas de seringueiras para a região da Ásia, tornando a produção mais barata e mais próximas do polos consumidores (LIMA, 2009).

Na unidade encontram-se construções que pertenciam ao seringal da empresa Pirelli. Na área onde a UC está localizada, existe a estrutura de uma vila que servia de base para os trabalhadores e para os administradores da empresa,

tendo funcionado na década de 1950 até meados da década de 1970 (PARÁ, 2009). O seringal foi construído nos moldes dos antigos, com a mesma estrutura encontrada nos seringais do início do século XX.

Abaixo o modelo de casa dos trabalhadores (FIGURA 4) encontrado no REVIS.



FIGURA 4 – TIPO DE CASA DOS TRABALHADORES DA EMPRESA PIRELLI.  
FONTE: CASTRO, 2013.

A companhia utilizava os recursos produzidos pelas seringueiras para a fabricação de borracha. As estruturas encontradas na localidade são duas vilas de moradores, uma capela (FIGURA 5), uma casa de aviamento (local para compra de alimentos e artigos de uso rotineiro), uma escola, uma represa, sede social, sede administrativa, entre outras construções.





FIGURA 5 - CAPELA  
FONTE: CASTRO, 2013.

Abaixo a imagem da casa de aviamento (FIGURA 6) local de compra de alimentos dos moradores das vilas.



FIGURA 6 – CASA DE AVIAMENTO  
FONTE: CASTRO, 2013.

A imagem abaixo mostra o estado em que se encontrava o Grupo Escolar (Figura 7).



FIGURA 7 – GRUPO ESCOLAR  
FONTE: CASTRO, 2013.

A partir da apresentação das edificações que poderiam ser possíveis pontos para uma visita identificou-se uma potencial possibilidade para a prática de atividades turísticas, onde os visitantes possam interagir com o patrimônio,

evidentemente após a realização de reformas e da implantação da infraestrutura básica para a prática de atividades turísticas.

A esse respeito, utiliza-se de Batista (2005, p. 31) a seguinte afirmação:

O turismo cultural tem a função de estimular os fatores culturais dentro de uma localidade e é um meio de fomentar recursos para atrair visitantes e incrementar o desenvolvimento econômico da região turística, a qual tem características favoráveis a esse setor de turismo, sendo apoiado nos princípios do desenvolvimento turístico sustentável.

No entanto, possíveis impactos negativos podem ser causados com a exposição do cotidiano de um lugar de interesse turístico. Para Batista (2005) o turismo cultural está relacionado com o dia a dia dos destinos turísticos, devido a esses se dedicarem a expor as manifestações culturais locais, sendo que muitas vezes podem causar a diminuição da autenticidade dessas manifestações. No mais, se realizado de modo responsável pode vir a tornar-se uma via de fomento de fluxo de turistas atraídos por intenções culturais e em fortalecer a identidade cultural local (BATISTA, 2005).

O título desse estudo, território verde, se justifica pelo objetivo de criação da UC, que é fomentar a conservação de espécies da fauna e flora existentes no Refúgio Metrópole da Amazônia, também caracteriza o motivo de escolha da categoria de proteção integral. A figura 8 apresenta a Logomarca da UC, esta simboliza a importância da preservação das espécies da fauna características do Bioma Amazônico. E ao relacionar com as práticas provenientes do turismo, desde que sejam atividades planejadas, almeja-se que a visitação seja positiva para os objetivos de conservação das espécies e uma experiência positiva para o visitante.



FIGURA 8 - LOGOMARCA DO REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE METRÓPOLE DA AMAZÔNIA  
FONTE: CUC (2011)<sup>4</sup> *apud* Almeida (2013).

<sup>4</sup> Elaborado pela Coordenadoria de Unidades de Conservação da Natureza (CUC).

A logomarca apresenta algumas das espécies de répteis, aves e mamíferos encontrados na unidade objetivando demonstrar a finalidade da UC em conservar e oferecer um ambiente natural para a reprodução de espécies animais e vegetais.

## 2.2 CARACTERÍSTICAS AMBIENTAIS

Os dados apresentados foram extraídos do levantamento ambiental produzido para a consulta pública de criação do REVIS Metrópole da Amazônia, elaborado pela DIAP no ano de 2009 e do estudo realizado por Almeida no ano de 2013.

A geomorfologia do REVIS Metrópole da Amazônia apresenta áreas com vulnerabilidade, o que criou uma divisão entre áreas ao norte e ao sul (ALMEIDA, 2013):

- Áreas ao norte: possui sistemas de colinas que permitem a construção de estruturas prediais;
- Áreas ao sul: possui planícies e terraços fluviais do Rio Guamá que permitem a realização de pesquisas acerca da fauna, flora, trilhas ecológicas e passeios fluviais.

Em relação aos tipos de solos encontrados na unidade, representam os solos da área norte e área sul, respectivamente (ALMEIDA, 2013):

- Terra firme: representado por Solos Petroplínticos (piçarra);
- Várzeas: representados por Solos Aluviais e Gleis pouco Húmicos.

Para a mesma autora (2013) a hidrologia da região está localizada na Bacia Hidrográfica do Rio Guamá. Também foi identificado por Almeida (2013) a partir do levantamento ambiental, que a UC disponibiliza mananciais superficiais e subterrâneos conservados. E foi recomendada a proteção e desenvolvimento de espécies aquáticas, atividades de lazer e construção de poços para o abastecimento industrial ou público (ALMEIDA, 2013).

A UC encontra-se no Bioma Amazônia, na região nordeste do estado, e inserido nesta área pertencente à UC, sendo que o levantamento florestal identificou ecossistemas naturais e antrópicos (ALMEIDA, 2013):

- Naturais: 1. Floresta de Terra Firme – com 58 árvores/ha e 83 m<sup>3</sup>/ha; 2. Floresta de Várzea - 55 árvores/ha e 116 m<sup>3</sup>/há e 3. Igapó.



- Antrópicos: 1. Pastagem; 2. Capoeiras e 3. Plantações homogêneas de seringueiras e urucu.

Almeida (2013) comenta que os biossistemas encontrados no REVIS são compostos por:

- 6,5% de lâmina d'água, constituídos pelo rio Guamá, pequenos furos e igarapés;

- 25,7% de terra firme e;

- 67,8% de áreas de várzeas, com solos aluviais.

A botânica da região apresentou-se ampla (ALMEIDA, 2013):

- 348 espécies;

- Espécies medicinais;

- Espécies madeireiras;

- Espécies ornamentais;

- Espécies Alimentícias – açaí, tucumã, ingás e cacau e;

- Espécies ameaçadas de extinção – Acapu (*Vouacapoua americana*), Angelim (*Pthecellobium racemosum*), Castanheira (*Bertholletia excelsa*) e Ucuuba branca (*Virola surinamensis*)

Ao analisar a zoologia da UC foram catalogadas 438 espécies, classificadas (ALMEIDA, 2013):

- 248 espécies / subespécies de aves - 148 são de *habitats* florestais;

- 82 espécies de mamíferos;

- 35 espécies de anfíbios;

- 27 espécies de lagartos e;

- 46 espécies de cobras.

Para Almeida (2013) em relação ao relevo da UC:

- Plano a ondulado apresentando erosões moderadas;

- Não motiva a diminuição na vazão dos recursos hídricos.

E a respeito do clima a autora evidencia temperatura média de 26° C, com umidade média de 85% e precipitação média de 2.580 mm.

A partir das características ambientais provenientes do levantamento ambiental da UC, se pode observar a diversidade presente na localidade. Também verificou-se por meio das informações os números de espécies de mamíferos, anfíbios, lagartos, aves, que pode atender ao nicho de turistas que objetivam a observação da natureza. Todavia este levantamento, tem sua importância voltada

para conservação do refúgio, foi elaborado com o intuito de conhecer a localidade e assim facilitar sua manutenção.

As informações do levantamento ambiental foram disponibilizadas no ano de 2013, neste momento a gestão do REVIS ainda era responsabilidade da SEMA.

### 2.3 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DA POPULAÇÃO RESIDENTE DO REVIS METRÓPOLE DA AMAZÔNIA

Segundo o relato de Almeida (2013) em razão da localização as comunidades residentes do REVIS possuem aspectos sociais diferenciados. As comunidades (Vila do Dique e Três Marcos) que vivem próximas ao pórtico de entrada do REVIS, localizado a 4 km da BR 316, no município de Marituba obtêm de um modo mais fácil acesso ao centro urbano em relação às comunidades ribeirinhas.

As comunidades do REVIS mais afastadas estão localizadas as margens do Rio Guamá, furos, e igarapés. Utiliza-se como exemplo as comunidades do Taiassuí, no Município de Benevides e a comunidade do Uriboça, no Município de Marituba, porém próximo as margens do Rio Guamá (ALMEIDA, 2013).

Devido à distância das comunidades não foi possível visitá-las, o acesso se dá por barcos ou por longas caminhadas, o tempo dessas caminhadas não foi informado, a gestão da unidade não pode fornecer barcos para a realização das visitas, sendo assim optou-se por utilizar as informações oriundas do estudo de Almeida.

A exemplo de comunidades ribeirinhas do REVIS, a figura 9 ilustra uma habitação as margens do Rio Guamá.



FIGURA 9 - MORADIA RIBEIRINHA AS MARGENS DO RIO GUAMÁ.  
FONTE: ALMEIDA (2010).

No ano de 2012, foi realizada pela equipe de gestão do REVIS, uma investigação populacional preliminar onde foi registrada a incidência de 28 famílias na área pertencente à UC. Estas famílias em sua maioria estavam residindo rente a corpos d'águas. O levantamento populacional das comunidades do entorno e da zona de amortecimento ainda não havia sido realizado (ALMEIDA, 2013).

A figura 10 demonstra a organização das comunidades na área pertencente ao REVIS, nos municípios de Ananindeua, Marituba, Benevides e Santa Isabel do Pará.

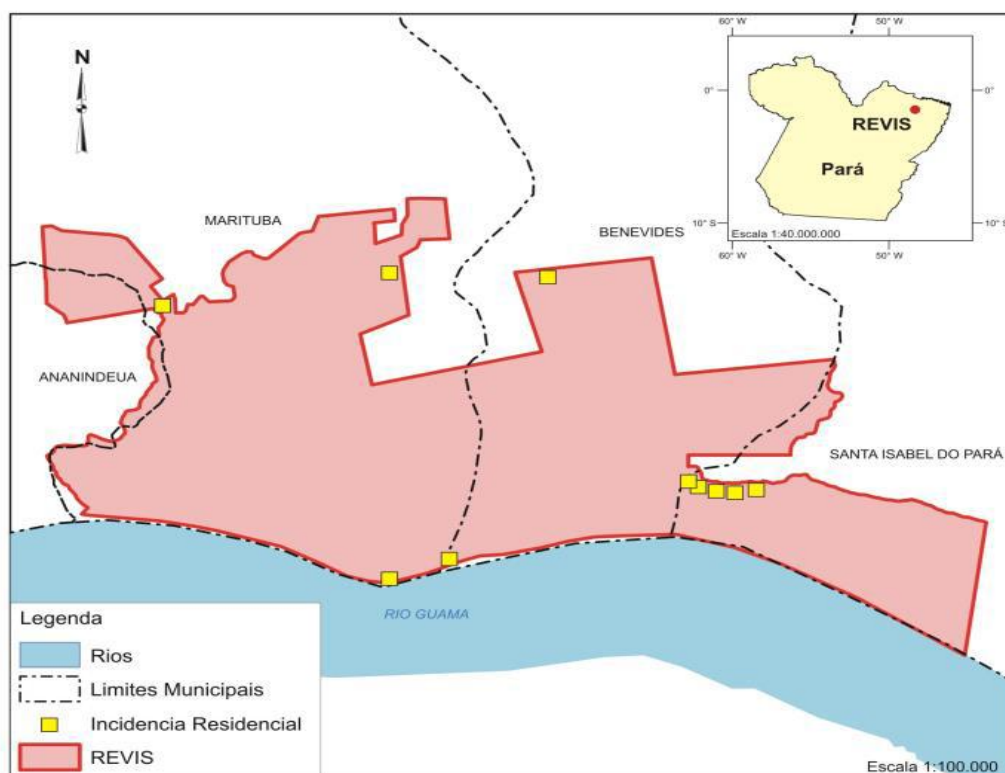


FIGURA 10 – CONCENTRAÇÃO POPULACIONAL DO REVIS METRÓPOLE DA AMAZÔNIA.  
FONTE: ALMEIDA (2013).

A respeito das atividades econômicas realizadas pelas comunidades, Almeida (2013) enfatiza que os moradores das comunidades ribeirinhas já utilizavam há anos os recursos naturais de modo sustentável. Sendo assim, teoricamente não estavam apresentando perigo a conservação dos recursos da UC. Práticas extrativistas das comunidades residentes na UC ainda são realizadas, mesmo após o processo de transformação da área em uma unidade de proteção integral (ALMEIDA, 2013).

Esse entendimento em relação à utilização dos recursos naturais disponíveis em unidades de conservação pelas comunidades ribeirinhas, pode ser caracterizado como reflexo de um longo processo de discussões a respeito desta temática. Para fundamentar esta afirmação utiliza-se Diegues (1994, p. 96) que relata o contexto de uma “consciência crescente de que a continuidade da diversidade de culturas humanas é elemento fundamental para a constituição de sociedades pluralistas e democráticas, e, no final das contas, sustentáveis”. Que remete ao entendimento que o desenvolvimento ambiental está interligado com o fomento cultural.

Todavia, o autor evidencia a necessidade de afastar uma visão romântica em relação às comunidades tradicionais devido as influências externas, recebidas pelas comunidades. Em relação a estes manejos tradicionais, o autor justifica o seu

desuso em razão da introdução da economia de mercado, desorganização ecocultural ou por sistemas de utilização dos recursos naturais determinados de fora das comunidades.

No ano de 1985, o editor da Revista Cultural Survival<sup>5</sup>, Jason Clay, dá início a uma sequência de artigos com a temática acerca das comunidades e áreas naturais. E Diegues (1994, p. 101), seleciona um trecho onde Clay discorre acerca da preservação dos modos tradicionais.

As 'áreas protegidas' poderiam garantir a sobrevivência dos habitats e também das populações nativas. As reservas poderiam preservar os modos de vida tradicionais ou diminuir o ritmo das mudanças a níveis mais aceitáveis e controlados pelos moradores locais. As populações nativas podem beneficiar-se da proteção de seus direitos sobre essas áreas ou da venda de produtos ou da renda gerada pelo turismo. (CLAY, 1985, p. 2 *apud* DIEGUES, 1994, p. 101).<sup>6</sup>

Neste parágrafo elaborado por Clay, encontra-se uma justificativa para conservar a convivência entre comunidades e áreas de proteção ambiental. Também, em virtude de os gestores de UCs possuírem meios de minimizar os efeitos externos gerados com a criação de áreas protegidas em relação as comunidades tradicionais.

Ao retomar a discussão das atividades econômicas desenvolvidas na área pertencente ao REVIS Metrópole da Amazônia, buscaram-se informações provenientes de Almeida (2013). Dentre as atividades listadas pela autora, estão:

- Extração do látex da seringueira (*Hevea brasiliensis*);
- Coleta de urucum (*Bixa orellana*), cacau (*Theobroma cacao*) e do açaí (*Euterpe oleracea*);
- Pesca;
- Extração de aterro e;
- Criação de Gado.

Na visita realizada no ano de 2013 houve a possibilidade de vivência da extração do látex, um ex-funcionário do seringal e morador da Vila do Dique mostrou

---

<sup>5</sup>Protected areas could ensure the survival of habitats as well as the indigenous inhabitants. Reserves can either preserve traditional lifestyles or slow the rate of change to levels acceptable and controlled by local residents. Indigenous inhabitants can benefit from the protection of their rights to traditional areas as well as the sale of goods or income generated from tourism. (CLAY, 1985. In: CSQ, v. 9, n 1, Febr. 1985).

<sup>6</sup> CLAY, J. 1985. "Parks and People". In: **Cultural Survival**, 9 (1).

como o procedimento era realizado. Todavia, no momento da pesquisa de campo atual, não foi observada nenhuma das atividades elencadas por Almeida. No entanto, observou-se que o REVIS está sendo utilizado como depósito de veículos abandonados, foram observados dois caminhões e um carro de pequeno porte. Estima-se que esses carros podem ter sido utilizados para o transporte de aterro, atividade considerada irregular para a conservação do REVIS.

Segundo Almeida (2013), a utilização dos recursos naturais do REVIS é um assunto a ser analisado em consequência da possibilidade do seu término e da necessidade das comunidades em consumir estes recursos para a sua sobrevivência. A respeito da extração de aterro e criação de gado, as atividades não estavam sendo permitidas no REVIS, no entanto, eram praticadas de modo irregular (ALMEIDA, 2013).



FIGURA 11 – PLANTAÇÃO DE SERINGUEIRAS  
FONTE: CASTRO (2013).

Segundo Almeida (2013) a extração do látex continuava a ser fonte de proventos financeiros para algumas das famílias do REVIS. Também, em uma visita realizada no ano de 2013, segundo o relato de um dos moradores da UC, a atividade de comercializar do látex proveniente das seringueiras continuava a ser realizada, entretanto em uma escala menor.





FIGURA 12 – CULTIVO DO AÇAÍ  
FONTE: ALMEIDA (2010).

Para Almeida (2013) o açaí estava sendo alvo de invasores do REVIS com o intuito da extração do palmito e da comercialização do fruto. Também, é um alimento tradicional na alimentação dos moradores da UC e dos demais moradores da Região Amazônica (ALMEIDA, 2013). Além de ser uma fonte de alimentação para a reprodução de espécies da fauna encontradas no REVIS (ALMEIDA, 2013).



FIGURA 13 – BENEFICIAMENTO DO CACAU  
FONTE: ALMEIDA (2010).

As espécies vegetais apresentadas nas figuras 12 a 14, assim como o açaí e o palmito também são espécies utilizadas pelos moradores do REVIS.





FIGURA 14 – PLANTAÇÃO DE URUCUM  
FONTE: CASTRO (2013).

Nas visitas realizadas em 2013 e 2015 pode-se observar o cultivo do açaí, cacau e urucum. No ano de 2013 foi relato pelos moradores que as invasões para a retirada do palmito eram frequentes, essas informações não foram relatadas na pesquisa de campo realizada no ano de 2015. Estima-se que o problema não tenha sido citado por não haver mais moradores na Vila do Dique, local onde encontravam-se aglomerados de açaizeiros.

Assim sendo, neste capítulo se apresentou uma síntese das características sociais, econômicas, ambientais e históricas da UC. Também buscou-se evidenciar como a UC estava sendo administrada e os problemas ambientais que estavam ocorrendo na UC.

### 3 PROCESSO DE CRIAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Este capítulo foi redigido com o objetivo de apresentar como ocorreu o processo de criação de áreas protegidas no Brasil e em outros países, tendo a intenção de abordar as primeiras ações governamentais direcionadas ao tema. Nele constam os seguintes tópicos: legislação federal de unidades de conservação no Brasil, legislação de unidades de conservação na Amazônia e legislação de unidades de conservação no Pará, elaborados visando ilustrar o panorama nacional de criação de áreas protegidas. Como procedimento metodológico utilizou-se de pesquisa bibliográfica.

Antes de se iniciar a discussão acerca das motivações de criação de Unidades de Conservação – UC no Brasil, é importante salientar que tratou-se de um movimento mundial com objetivos de preservação dos recursos naturais. Em relação às dificuldades de gestão de UCs no Brasil, segundo Almeida (2013, p. 23) “se configura um grande desafio para os gestores, tanta é a complexidade. O retrato da realidade sobre a gestão de Unidades de Conservação no Brasil e as limitações com que os gestores se deparam de fato”. No entanto, antes de se aprofundar nesta temática, considerou-se ser necessário rever as causas da gênese de UCs brasileiras.

No ano de 1872, foi criado o Parque de Yellowstone, nos Estados Unidos da América (EUA) onde foram consolidadas as ideias de preservação de áreas naturais. A respeito, Alcantara (2007) evidencia que o modelo estadunidense inspirou outros países a delimitar áreas com a finalidade de uso público. A exemplo, o Parque Nacional Real (Austrália), no ano de 1879, o Parque Nacional de Banff (Canadá), no ano de 1887, o de Tongariro (Nova Zelândia), e por último o de Kruger (África do Sul) no ano de 1898 (ALCANTARA, 2007).

Para Vallejo (2009, p. 3) “prevaleceu uma perspectiva preservacionista que via nos parques nacionais a única forma de salvar pedaços da natureza de grande beleza contra os efeitos deletérios do desenvolvimento urbano-industrial”. Para o autor, as áreas protegidas foram criadas com a intenção de amenizar os danos causados pelo desenvolvimento industrial da época, porém, não respeitaram a presença dos índios americanos presentes na região.

O modelo criado pelos EUA foi difundido pelo mundo e consolidou a separação da população e das áreas protegidas. Como afirma Vallejo (2009, p. 3), sobre os reflexos da criação do parque de Yellowstone:

Esse modelo americano acabou se espalhando pelo mundo numa perspectiva dicotômica entre “povos” e “parques”. Partindo-se do princípio de que a presença humana é sempre devastadora para a natureza, deixaram de ser considerados os diferentes modos de vida das chamadas “populações tradicionais” existentes em outros países como na América do Sul e África. (Grifos do autor).

De acordo com o pensamento de Vallejo (2009) na criação do Parque Nacional de Yellowstone a convivência da população tradicional e a natureza não foram valorizadas, o que refletiu de maneira negativa para os espaços de proteção posteriormente criados com a intenção de preservar recursos naturais. Neste panorama, a partir do século XX vários parques surgiram com intenções similares ao de Yellowstone (VALLEJO, 2009). E para gerenciá-los foram realizados encontros em diversos países para atender as necessidades de gestão ambiental. Desses encontros Vallejo (2009, p. 4) cita:

Convenção para Preservação da Fauna e Flora em Estado Natural (Londres, 1933);  
 Convenção Panamericana de Proteção da Natureza e Preservação da Vida Selvagem do Hemisfério Oeste (Washington, 1940);  
 Congresso organizado pelo governo Francês e pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) em 1948, quando foi fundada a União Internacional para a Proteção da Natureza (UIPN), posteriormente denominada de União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), englobando agências governamentais e não-governamentais, e que passou a coordenar e iniciar trabalhos de cooperação internacional no campo da conservação da natureza;  
 As Assembléias Anuais da IUCN, realizadas a partir de 1960; e  
 Os I, II, III e IV Congressos Internacionais de Parques Nacionais, respectivamente nos EUA (Seattle, 1962 e Yellowstone, 1972) Indonésia (Bali, 1982) e Venezuela (Caracas, 1992).

Com a realização desses encontros foram estabelecidas diretrizes para o fomento das áreas protegidas. Vallejo (2009) comenta que as consequências desses encontros causaram oscilações mundiais nas perspectivas de gestão de UCs, culminando com a organização de políticas de conservação e a construção de categorias de manejo para as áreas protegidas. Os encontros serviram como balizadores para ações em áreas de proteção e para a criação de políticas públicas

para a utilização e conservação das mesmas, além de estabelecer qual seria o grau de envolvimento da população e a área protegida.

Para Pereira e Scardua (2008) o século XX foi marcante pela consolidação do ambientalismo, com a expansão do número de áreas protegidas e com a realização de eventos internacionais direcionados as questões ambientais. Outro ponto importante foi o início da percepção de que a comunidade local fazia parte da área protegida. Como evidencia Vallejo (2009) o entendimento como um impacto negativo da retirada da comunidade local apenas se intensificou na década de 70.

No entanto, na perspectiva de Zanoni e Raynaut (2015) a construção da conscientização acerca dos problemas ambientais, tem origem nos anos 50. Doravante o crescimento das desigualdades sociais entre países ricos e pobres, e a posterior busca por métodos de fomento para a diminuição destas diferenças. Para os autores, na década de 60, a busca pelo crescimento integrado fundamentado na educação, dimensões sociais, sanitárias e políticas, caracterizou um período de planificação do desenvolvimento. E finalmente, na década de 70, trouxe os debates em relação aos limites de crescimento, entretanto nos países do sul, esses limites ainda não haviam sido atingidos, tornando a discussão da temática deslocada em relação às questões de crescimento e desenvolvimento dos países (ZANONI; RAYNAUT, 2015).

### 3.1 LEGISLAÇÃO FEDERAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Para Alcantara (2007) a criação de Yellowstone foi um símbolo para a delimitação de espaços geográficos designados a conservação da biodiversidade. No Brasil a transposição deste modelo tornou-se conflitante, pela falta de áreas desabitadas como nos Estados Unidos. Como afirma Arruda (1999, p. 84):

Ainda que este modelo possa ser relativamente adequada aos EUA, dada a existência de grandes áreas desabitadas, sua transposição para o Terceiro Mundo mostra-se problemática, pois mesmo as áreas consideradas isoladas ou selvagens abrigam populações humanas, as quais como decorrência do modelo adotado, devem ser retiradas de suas terras, transformadas de agora em diante em unidades de conservação para benefício das populações urbanas (turismo ecológico), das futuras gerações, do equilíbrio ecossistêmico necessário à humanidade em geral, da pesquisa científica, mas não das populações locais.

O autor apresenta que um dos principais problemas na gestão de UCs no Brasil foi a ausência de áreas desabitadas, refletindo na retirada das populações em decorrência da criação de áreas protegidas, no entanto, com a realização de estudos prévios e a construção de um planejamento direcionado a uma determinada área, existe a possibilidade de diminuição dos conflitos causados pela presença da comunidade local e a implantação da UC.

Para Leuzinger (2013) os parques nacionais foram a primeira categoria de manejo criada no Brasil. Representado pelo Parque de Itatiaia que foi instituído em 1937, no modelo dos parques estadunidenses (LEUZINGER, 2013). Ulterior no ano de 1939, mais dois parques foram fundados: o Parque Nacional do Iguaçu, no Paraná, e o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, no Rio de Janeiro (LEUZINGER, 2013).

No mesmo sentido, a autora discorre que espaços territoriais especialmente protegidos já haviam sido instituídos, como exemplo os jardins botânicos e reservas florestais. No entanto ao comparar com as diretrizes estabelecidas atualmente pelo SNUC, os parques são caracterizados como os pioneiros em criação de categorias de manejo (LEUZINGER, 2013).

Posterior a criação dos três parques nacionais citados, em 1967 foi estabelecido o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e em 1973 a Secretaria Especial do Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS), o que culminou com a criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) no ano de 1989 (RYLANDS; BRANDON, 2005). Para Rylands e Brandon (2005, p. 29) “A criação do IBAMA foi parte de uma grande reestrutura e organização governamental de suas instituições ambientais”. Sendo um órgão balizador para as ações realizadas em UC.

Para Drummond, Franco e Oliveira (2009, p. 343) “A partir do fim da segunda metade do século XIX, a criação de UCs firmou-se, no mundo e no Brasil, como a principal estratégia de proteção da natureza”. Ainda para os autores, a vantagem da criação de UCs vincula-se a preservação de diferentes biomas (DRUMMOND; FRANCO; OLIVEIRA, 2009). Com o foco de adaptação ao paradigma ambiental mundial intensificou-se a necessidade de criação e manutenção das UCs no Brasil, com o intuito principal de proporcionar uma estratégia de conservação dos recursos naturais.

No Brasil as UCs são normatizadas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), lei aprovada em 18 de julho de 2000 (BRASIL, 2000). O SNUC prevê 12 categorias de manejo, divididas em dois grupos: o primeiro de proteção integral e o segundo de uso sustentável. No primeiro grupo estão: Estação Ecológica (ESEC), Reserva Biológica (REBIO), Parque Nacional (PARNA), Monumento Natural (MN) e Refúgio de Vida Silvestre (RVS). E no segundo: Área de Proteção Ambiental (APA), Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), Floresta Nacional (FLONA), Reserva Extrativista (RESEX), Reserva de Fauna (REFAU), Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e Reserva Particular de Patrimônio Natural (RPPN) (BRASIL, 2000).

Para Almeida (2013) a regulamentação do SNUC consolidou nos órgãos ambientais a importância de ações de planejamento ambiental para as UCs como um fator benéfico e possibilitador de renda para a unidade e para a comunidade envolvida, sendo também um modo de aproximar os gestores e a comunidade local. Ainda para Almeida (2013) a perspectiva de geração de renda, torna-se um meio de envolvimento da comunidade de um local, proporcionando a colaboração na manutenção dos ecossistemas. Subsequentemente, o SNUC estabelece dezoito critérios para a criação, implantação e gestão de UCs.

Sendo estes: unidade de conservação, conservação da natureza, diversidade biológica, recurso ambiental, preservação, proteção integral, conservação *in situ*, manejo, uso indireto, uso direto, uso sustentável, extrativismo, recuperação, restauração, zoneamento, plano de manejo, zona de amortecimento e corredores ecológicos. (BRASIL, 2000). De modo que é importante ressaltar também, os treze objetivos do SNUC (QUADRO 1):

I - contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;
II - proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional;
III - contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;
IV - promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;
V - promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;
VI - proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;
VII - proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;
VIII - proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos;
IX - recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;
X - proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;
XI - valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;

XII - favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;
---

XIII - proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.
---

QUADRO 1 – OBJETIVOS DO SNUC

FONTE: LEI Nº 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000.

Contudo, no presente trabalho se propõe uma atividade para a Categoria de RVS, então se entendeu a necessidade de realização de uma explanação mais detalhada a respeito dessa categoria. O refúgio de vida silvestre pertence ao grupo de proteção integral e segundo o artigo 13 do SNUC, “tem por intuito proteger ambientes naturais em que é proporcionado condições para a existência ou reprodução de espécies ou exemplares da fauna residente ou migratória e da flora local” (BRASIL, 2000).

E segundo o parágrafo 1º, também do SNUC, um “refúgio de vida silvestre pode ser constituído de áreas particulares desde que esteja de acordo com os objetivos do proprietário e da manutenção dos recursos naturais, podendo ser desapropriado havendo incompatibilidade entre estes fatores” (BRASIL, 2000, p. 4). O parágrafo 3º, “determina que a visitação e pesquisa estão sujeitas a autorização prévia dos órgãos gestores e pelo plano de manejo” (BRASIL, 2000, p. 4).

No REVIS Metrópole da Amazônia é necessária a autorização da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS e do acompanhamento do Batalhão de Polícia Ambiental - BPA. A UC também precisa ter um conselho consultor, presidido pelos gestores e constituído por representantes dos moradores, órgãos públicos e proprietários de terras (quando o RVS estiver localizado em propriedade privada) (BRASIL, 2000).

### 3.2. LEGISLAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NA AMAZÔNIA

A criação da primeira UC da Amazônia Legal<sup>7</sup> data do ano de 1959, com a criação do Parque Nacional do Araguaia (Tocantins/TO). Segundo Veríssimo *et al*

---

<sup>7</sup>Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) A Amazônia Legal é uma área que corresponde a 59% do território brasileiro e engloba a totalidade de oito estados (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) e parte do Estado do Maranhão (a oeste do meridiano de 44°W), perfazendo 5,0 milhões de km². Nela residem 56% da população indígena brasileira. O conceito de Amazônia Legal foi instituído em 1953 e seus limites territoriais decorrem da necessidade de planejar o desenvolvimento econômico da região e, por isso, não se

(2011, p. 22): “O parque abrangia toda a Ilha do Bananal, com 20.000 km<sup>2</sup>. Alterações de limite posteriores reduziram a área da UC para 5.577 km<sup>2</sup>, para excluir a sobreposição com o Parque Indígena do Araguaia”. Ainda para o autor (2011) na década de 1960, criou-se mais UCs, totalizando 8.820 km<sup>2</sup>. Posteriormente, na década de 1970, a soma de UCs na região amazônica passou a ser 28.087 km<sup>2</sup>, e até o final de 1984, as áreas já perfaziam cerca de 124.000 km<sup>2</sup>, sendo 90% sob jurisdição federal (VERÍSSIMO, 2011).

Depois, no ano de 1985 os estados pertencentes à Região da Amazônia Legal iniciaram o processo de participação de criação das UCs. Nos anos de 1990 a 1994 houve um expressivo aumento na criação de Unidades. “Isso ocorreu especialmente em Rondônia, graças às exigências do Polonoroeste e do Planafloro, dois programas de desenvolvimento sustentável financiados pelo Banco Mundial” (MILLIKAN, 1998 *apud* VERÍSSIMO *et al*, 2011, p. 22)<sup>8</sup>.

No período de 1999 a 2002, com o incremento proporcionado pelo Governo Federal voltou-se a direcionar medidas de proteção às UCs. Com o intuito principal segundo Veríssimo *et al* (2011) se estipulou responder as metas de conservação da biodiversidade adotadas pelo Brasil no âmbito da Convenção de Diversidade Biológica (CDB)<sup>9</sup>. Ainda para o autor, essas ações tiveram seu ápice no ano de 1999, devido à realização do Workshop Avaliação e Ações Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios<sup>10</sup>, coordenado por várias instituições, entre elas: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON)<sup>11</sup>, Grupo de trabalho da Amazônia (GTA)<sup>12</sup>, Instituto Socioambiental (ISA)<sup>13</sup>, entre outros.

---

resumem ao ecossistema de selva úmida, que ocupa 49% do território nacional e se estende também pelo território de oito países vizinhos.

<sup>8</sup> MILLIKAN, B. 1998. **Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável em Rondônia**: situação atual e abordagem para um planejamento participativo de estratégias para o Estado. Porto Velho: Governo do Estado de Rondônia. Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral, Projeto de Cooperação Técnica ao Planafloro, Projeto BRA/94/007 p. 112.

<sup>9</sup> A Convenção Sobre Diversidade Biológica (CDB) estabelece normas e princípios que devem reger o uso e a proteção da diversidade biológica em cada país signatário. Em linhas gerais, a CDB propõe regras para assegurar a conservação da biodiversidade, o seu uso sustentável e a justa repartição dos benefícios provenientes do uso econômico dos recursos genéticos.

<sup>10</sup> Esse Workshop contou com a presença de mais de 220 especialistas das áreas de ciências biológicas e humanas, além de representantes da sociedade civil e dirigentes públicos.

<sup>11</sup> O IMAZON é um instituto de pesquisa cuja missão é promover o desenvolvimento sustentável na Amazônia por meio de estudos, apoio à formulação de políticas públicas, disseminação ampla de informações e formação profissional.



No decorrer dos anos de 2000, estudos foram feitos por institutos socioambientais em parceria com órgãos públicos, que culminaram com a criação de novas UCs. Observando-se que houve maior expressividade de criação no período entre 2003 a 2006 com a criação do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) (VERÍSSIMO *et al*, 2011). O ARPA foi criado por meio do Decreto nº 4.326/2002<sup>14</sup>, tendo previsão de duração até 2015. O Programa objetiva a criação, consolidação e sustentabilidade financeira das UC na região da Amazônia Legal (VERÍSSIMO *et al*, 2011).

Para a sua execução, o programa recebe apoio técnico-operacional de instituições públicas como Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e dos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente (OEMAS) dos estados amazônicos. Sua gestão financeira é realizada pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO) (VERÍSSIMO *et al*, 2011). Durante a primeira fase do Programa ARPA (2003-2009) e segundo Veríssimo *et al* (2011, p. 23) acerca do apoio e realização de atividades do Programa teve-se que:

O Arpa apoiou a criação de 63 Unidades de Conservação, das quais 33 são de Proteção Integral e 30 de Uso Sustentável (exceto Flonas e Flotas), somando cerca de 340.000 km<sup>2</sup> de Áreas Protegidas, entre parques, estações ecológicas, reservas biológicas, reservas extrativistas e reservas de desenvolvimento sustentável. O apoio do Arpa inclui a realização de estudos para a criação de novas Áreas Protegidas, a elaboração de planos de manejo e o fortalecimento da gestão de áreas já existentes, por meio do treinamento de gestores e da aquisição de equipamentos. Além disso, o Arpa apoia o desenvolvimento e a aplicação dos mecanismos econômicos e financeiros para atingir a sustentabilidade das Unidades de Conservação.

Na primeira fase do Programa foi investida a quantia de US\$ 105 milhões, sendo que US\$ 65 milhões foram destinados a criação e consolidação das UC (VERÍSSIMO *et al*, 2011). Em paralelo a esses investimentos destinados para as ações de campo, houve a criação e capitalização do Fundo de Áreas Protegidas (FAP), que para Veríssimo *et al* (2011, p. 23) “O FAP é considerado uma ferramenta estratégica para preservar as conquistas alcançadas com o Arpa. Até o fim da

<sup>12</sup> O Grupo de Trabalho Amazônico, rede que envolve mais de 600 entidades representativas de agricultores, extrativistas, indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco babaçu, pescadores, ribeirinhos, entre outras.

<sup>13</sup> O Instituto Socioambiental (ISA) é uma organização da sociedade civil brasileira, sem fins lucrativos, fundada em 1994, para propor soluções de forma integrada a questões sociais e ambientais com foco central na defesa de bens e direitos sociais, coletivos e difusos relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos.

<sup>14</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/D4326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4326.htm)>.

primeira fase (2009), o fundo contava com um montante de US\$ 40 milhões; a meta da segunda fase seria a de captar mais US\$ 100 milhões”. Na segunda fase do Programa estava-se objetivando a criação de mais de 200.000 km<sup>2</sup> de UC (VERÍSSIMO *et al*, 2011).

Para finalizar, o autor cita que entre os estados pertencentes à região da Amazônia Legal, o Pará proporcionou a maior contribuição. “Com a proteção de 149.000 km<sup>2</sup>, seguido do Amazonas, com 87.000 km<sup>2</sup>” (VERÍSSIMO *ET AL*, 2011, p. 23). A partir de 2003, ocorre o *boom* de criação de UCs, nos Estados do Acre, Amapá, Amazonas e Pará. Essa expansão de UCs deveu-se a três motivos, além da criação do Programa ARPA, que segundo Veríssimo *et al* (2011) foram: a necessidade de ordenamento do território, combate a grilagem de terra e ao desmatamento, o segundo proteger o bioma local, e o terceiro atender as demandas das comunidades tradicionais.

### 3.3 LEGISLAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO PARÁ

A fim de contextualizar o período de criação do REVIS Metrópole da Amazônia no ano de 2010, foram utilizados dados anteriores a criação da UC. Para iniciar a análise acerca das UCs no estado do Pará, em um primeiro momento se fez necessário evidenciar a importância do ordenamento territorial como afirma Benatti (2009), pois o ordenamento no estado do Pará é um importante meio de conservar a sustentabilidade ambiental e econômica, devido ao seu território de 1.247.954,320 km<sup>2</sup>, sendo que 61,7% são UCs ou terras indígenas.

Infere-se ser importante, por questões de representações territoriais comparar o tamanho do estado do Pará ao tamanho do estado do Paraná que tem 199.307, 945 km<sup>2</sup> (IBGE, 2016). Posteriormente, a discussão em relação ao ordenamento territorial é estimulada ao constar que segundo o autor a maior parte das terras do estado do Pará está sob a gestão da União (BENATTI, 2009).

Neste contexto, é evidenciada a importância da implantação e da organização de políticas eficientes para amenizar esta perspectiva em que o estado está inserido. A regularização fundiária almeja desestimular a formação de grandes propriedades, tendo em vista que o Pará não pode favorecer a concentração de terra (BENATTI, 2009).

Nota-se, a necessidade do estado de implantação de políticas públicas para a minimização dos problemas fundiários, e exterminar a facilitação de concentração de terras sob a responsabilidade de grandes fazendeiros, na perspectiva da grilagem (BENATTI, 2009). Nesse momento, considerou-se ser necessário analisar o histórico de preocupação ambiental ao qual a Amazônia e o estado estão inseridos. Para Quaresma (2003, p. 153): “Na Amazônia, práticas de zoneamento e manejo dos ambientes naturais estão presentes há milhares de anos, desenvolvidas por grupos indígenas que vem habitando a área ao longo do tempo”, porém para a autora, ações efetivas a respeito dos cuidados ambientais foram iniciadas de modo pontual apenas nos últimos 30 anos.

A preocupação ambiental, evidenciada por Quaresma (2003) surge como resultado das políticas públicas ambientais em âmbito internacional e nacional, que se refletiram na Amazônia, e consequentemente no estado do Pará. Para Endres (1996, p. 24) esta preocupação ambiental está caracterizada como:

A conservação ambiental, através de suas Unidades de Conservação, mais especificamente as Áreas de Proteção Ambiental, alia perspectivas fundamentais do ecoturismo: a difusão de uma conscientização ambientalista, a obrigatoriedade da presença do governo no fomento de atividades sustentáveis para o desenvolvimento dessas regiões; e finalmente o benefício econômico direto para as populações que habitam nessas regiões mediante a sua participação na composição do planejamento das atividades econômicas em suas comunidades.

Por conseguinte, ao relacionar com as informações obtidas por meio da SEMAS em relação à Amazônia, é sinalizado que desde “a década de 1970 até julho de 2007, a Amazônia perdeu aproximadamente 18% de sua cobertura vegetal, processo responsável por 60% das emissões de carbono do Brasil” (PARÁ, 2009). A maior parte das áreas Protegidas do Brasil está localizada na Amazônia Legal (PARÁ, 2009).

As políticas públicas no Pará são direcionadas a preservação de recursos, sendo realizadas a partir do Plano do Estado, chamado de Macrozoneamento Ecológico-Econômico (MZEE) “cujo objetivo é preservar as florestas, incentivar atividades econômicas manejadas e reduzir conflitos pela terra” (IMAZON, 2007, p. 4). O MZEE foi instituído pela Lei Nº 6.745, de 6 de maio de 2005<sup>15</sup>. Sua definição segundo documento elaborado pela SEMAS (IMAZON, 2007, p. 5) é a de que:

---

<sup>15</sup> Disponível em: <<http://www.cpis.org.br/htm/leis/pa10.htm>>.

O MZEE é a destinação das áreas de um estado para os usos mais adequados considerando as características de cada área. O que se objetiva com o macrozoneamento é estabelecer uma maneira que possibilite usar os recursos naturais ao mesmo tempo em que se preserva e conserva a natureza, bem como realizar regularmente o levantamento e monitoramento da área geográfica do estado de acordo com as tendências e o desenvolvimento científico e tecnológico, garantindo que amostras representativas dos ecossistemas do território estadual sejam conservadas.

Em resumo, o plano MZEE tem o intuito de destinar ao estado áreas adequadas para a utilização. Além de criar maneiras de utilizar os recursos naturais de modo que minimizem possíveis impactos ambientais (IMAZON, 2007). De acordo com informações da SEMAS essas UCs foram criadas na região Norte do estado, conhecida como Calha Norte, que somam aproximadamente 15 milhões de hectares (IMAZON, 2007). A criação dessas UCs objetiva, segundo o IMAZON (2007, p. 3):

Além de conservar, a criação dessas Unidades também proporcionará o desenvolvimento sustentável das regiões onde se localizam, gerando empregos principalmente na produção de madeira e de produtos florestais não madeireiros nas unidades de uso sustentável, além de tributos e pagamento pelo direito de uso de recursos naturais para seus municípios.

Essa estratégia do Estado permite a utilização dos recursos naturais disponíveis nas UCs, porém, não informa como será a fiscalização dessa atividade, apenas evidencia os pagamentos de tributos para o município, construindo uma dúvida em relação ao objetivo principal desta política pública (IMAZON, 2007).

Para o fomento das ações nas regiões das UCs foi necessária a formulação de um plano de manejo. Segundo o IMAZON (2007, p. 9) o plano de manejo está caracterizado “quando as Unidades de Conservação são criadas, a lei estabelece que elas tenham um Plano de Manejo, que é um documento que auxilia em sua gestão. Ele deve ser elaborado em até cinco anos após a data de criação da Unidade”. A partir da formulação do plano de manejo, a formação de um conselho gestor é o segundo passo para a manutenção da UC (IMAZON, 2007). Ainda para o IMAZON (2007, p. 9) “O Plano de Manejo determina o tipo de atividade e o lugar onde cada atividade poderá ser desenvolvida na Unidade de Conservação”. Foram determinadas as etapas para a criação e gestão das unidades de conservação, no entanto, não foi sinalizado como essas determinações seriam fiscalizadas.

No SNUC é formalizado que as UCs necessitam de um conselho consultivo ou deliberativo. Segundo o IMAZON o conselho vigente na região da Calha Norte é

o consultivo (IMAZON, 2007). Das características que o conselho consultivo deve apresentar, tem-se:

O conselho consultivo é um espaço público e democrático de negociação composto por um grupo de pessoas que representa todos os interesses da UC. Este conselho auxiliará o poder público no funcionamento das Unidades por meio de discussões com a finalidade de conciliar os interesses locais com a conservação da área. Ele é formado simultaneamente à preparação do Plano de Manejo da UC. (PARÁ, 2007, p. 10).

No Pará foi criado um documento chamado Roteiro Metodológico para Elaboração de Planos de Manejo das Unidades de Conservação Estaduais do Pará<sup>16</sup>, documento que tem por finalidade auxiliar a construção dos planos de manejos da UCs do estado (ALMEIDA, 2003). Segundo a autora a construção de um plano de manejo adequado facilita a realização de atividades, como a visitação e a pesquisa científica. Além, de delimitar os limites da UC, e a sua zona de amortecimento<sup>17</sup> de modo a minimizar possíveis impactos de empreendimentos próximos aos limites da área de proteção.

Com o intuito de demonstrar uma zona de amortecimento, o REVIS Metrópole da Amazônia foi utilizado como exemplo (FIGURA 15).

---

<sup>16</sup> Secretaria de Estado de Meio Ambiente. 2009. **Roteiro Metodológico para Elaboração de Plano de Manejo das Unidades de Conservação do Estado do Pará**. Belém: Pará. 50 p.

<sup>17</sup> §2º Durante o prazo de 5 anos, contados a partir da publicação desta Resolução, o licenciamento de empreendimento de significativo impacto ambiental, localizado numa faixa de 3 mil metros a partir do limite da UC, cuja ZA não esteja estabelecida, sujeitar-se-á ao procedimento previsto no caput, com exceção de RPPN, Áreas de Proteção Ambiental (APA) e Áreas Urbanas Consolidadas (Ministério do Meio Ambiente) Resolução CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) N° 428, de 17 de dezembro de 2010.

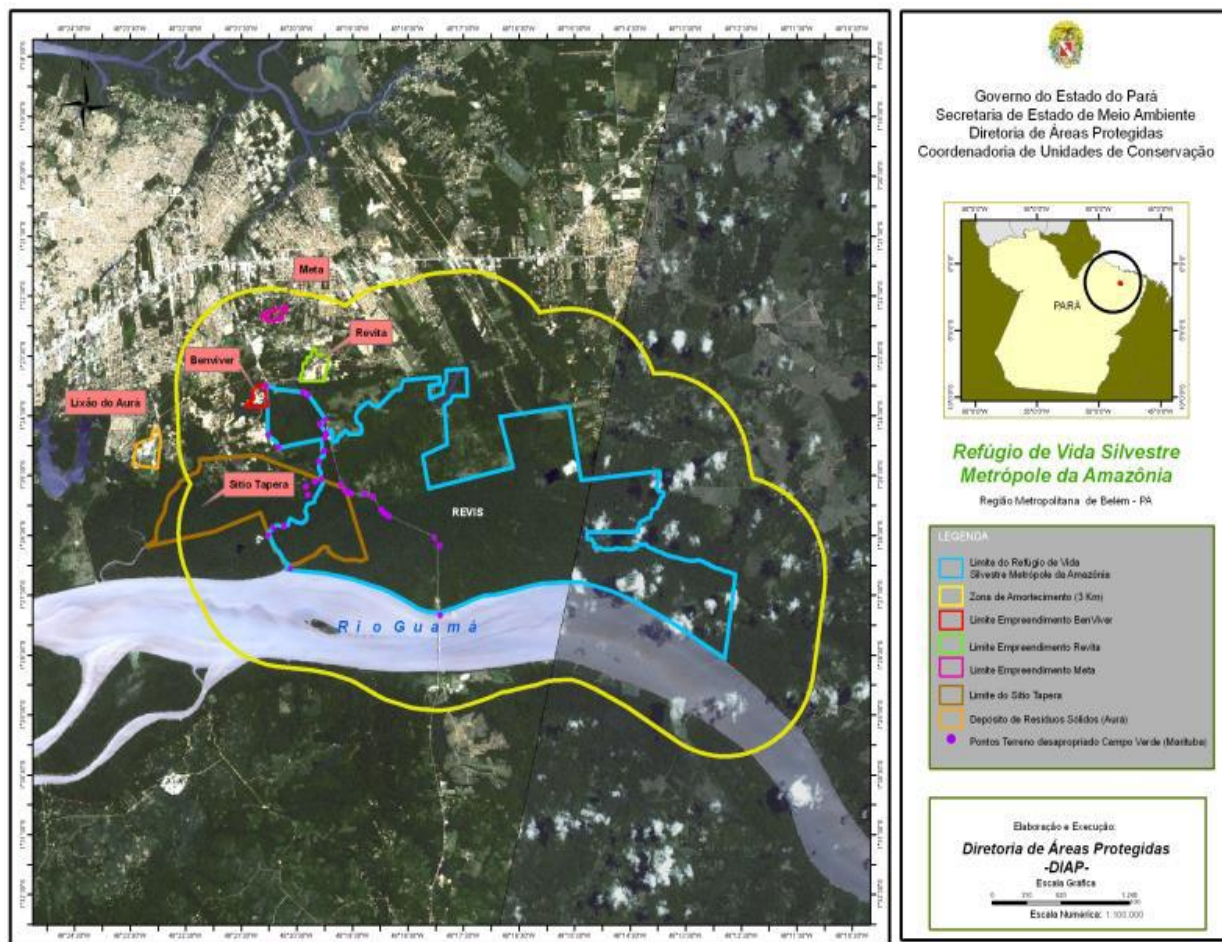


FIGURA 15 - ZONA DE AMORTECIMENTO DO REVIS METRÓPOLE DA AMAZÔNIA E EMPREENDIMENTOS DE POTENCIAL IMPACTO AMBIENTAL  
FONTE: CUC, 2013<sup>18</sup> *apud* ALMEIDA 2013.

Decorrente da delimitação dos limites da UC, a gestão da mesma é um assunto relevante para a conservação da biodiversidade local. Almeida (2013) elenca a importância de um Conselho Gestor, consultivo ou deliberativo. No REVIS Metrópole da Amazônia existe um conselho consultivo, que para a autora trata-se de uma troca de ideias com os atores locais a respeito dos problemas que envolvem a gestão da área de proteção e auxiliam na conservação da fauna e flora da unidade (ALMEIDA, 2013).

Durante a entrevista, realizada com a representante da SEMAS, confirmou-se a existência do conselho gestor na UC. E que este conselho de fato participa das decisões direcionadas para a gestão do REVIS.

A respeito da responsabilidade de gestão de UCs “O fato de muitos instrumentos de apoio à gestão de Unidades de Conservação com a participação da

<sup>18</sup> Elaborado pela Coordenadoria de Unidades de Conservação da Natureza (CUC).

sociedade, não estarem de fato incorporados, dificulta a gestão, e leva a sociedade a considerar que os órgãos públicos são os únicos responsáveis pela gestão (ALMEIDA, 2013, p. 26). Para Ramos (2012) um dos principais desafios para a gestão de uma UC seria ocupar-se com questões políticas, fato que exige do gestor da unidade conhecimentos de políticas públicas do estado relacionadas a proteção de áreas protegidas. Ainda para a autora, as áreas protegidas da Amazônia brasileira necessitam de atenção devido as tendências de ocupação e as políticas de fomento que influenciam o uso da terra.

Assim exposto, o presente estudo teve por objetivo neste capítulo, apresentar como as áreas protegidas foram elaboradas em âmbito nacional, regional e estadual. Também se utilizou a concepção americana de conservação ambiental como modelo balizador para a criação de UCs no Brasil. Também evidenciou modos de utilização destas áreas.

No próximo capítulo se irá abordar a temática do planejamento de atividades turísticas em Unidades de Conservação.



#### 4 PLANEJAMENTO ECOTURÍSTICO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Este capítulo foi redigido com o objetivo de comentar como o planejamento ambiental deve ser realizado, tendo a intenção de conservar os recursos ambientais. Nele constam os seguintes tópicos: uso público e uso turístico em unidades de conservação, interpretação ambiental e mídias interpretativas elaborados visando ilustrar o contexto de utilização dessas áreas protegidas pela sociedade. Como procedimento metodológico utilizou-se de pesquisa bibliográfica.

A sustentabilidade seria resultado da chamada “era da ecologia”, no entanto esse legado intelectual teve suas primeiras manifestações desde o início do século XIX. (HALL, 2001). Independentemente de a sociedade ter demonstrado disposição já no século anterior, em realizar atividades com cunho de conservar os recursos naturais, apenas no século XX essas atividades foram consolidadas. (HALL, 2001). Essas questões sinalizadas por Hall exercem influência no planejamento ambiental e no seu direcionamento.

Por conseguinte, considerou-se ser pertinente apresentar a definição de planejamento, segundo Hall (2001, p. 24) “o planejamento é um tipo de tomada de decisões e elaboração de políticas; ele lida, entretanto, com um conjunto de decisões interdependentes ou sistematicamente relacionadas e não com decisões individuais”. Com a definição apresentada pelo autor, entende-se o planejamento como um processo de tomada de decisão com o enfoque coletivo. No entanto, ainda para Hall (2001, p. 24) “pode ser difícil isolar muitas atividades desse processo, haja vista que o planejamento e outras atividades envolvem aspectos como barganhas e negociação, compromisso, coerção, valores, escolha e política”.

Ainda para o autor, as exigências de realização de planejamento turístico e a intervenção pública (governo) em âmbito local são prudentes contra os efeitos indesejados no crescimento do setor. Este efeito deve-se ao rápido crescimento e fomento turístico, a natureza do turismo em si, e a não existência de um único órgão fiscalizador da atividade, o que muitas vezes causa uma resposta do poder público local, no entanto essa ação não está direcionada ao desenvolvimento do turismo. (HALL, 2001).

A fim de contextualizar os mais relevantes momentos das políticas de turismo no Brasil, utiliza-se Becker (1995) que menciona que as políticas direcionadas ao turismo são relativamente recentes, datando-se dos anos 50. As primeiras

regulações são de 1958, no período governado pelo Presidente Juscelino Kubitschek (BECKER, 1995). O ponto de referência foi a criação da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), no ano de 1966, para a autora, existem relatos de que a autarquia controlou de modo rígido a atividade turística, e funcionou segundo os moldes militares (BECKER, 1995).

Do mesmo modo menciona que nos anos 80, já no governo do Presidente Sarney, ocorreu uma abertura do mercado do turismo, no entanto o destaque é para a articulação do turismo no contexto ambiental. Onde no ano de 1981 foi criada a primeira política nacional de meio ambiente (BECKER, 1995). Dando prosseguimento, em 1987 a EMBRATUR passou promover o turismo ecológico, como um novo segmento de mercado, tornando-se posteriormente ecoturismo. E no ano de 1992, no governo Collor, houve a realização da Rio-92 (BECKER, 1995).

Para Grimm *et al* (2013) no ano de 2003, foi criado o Ministério do Turismo (MTur), órgão criado para fomentar atividades direcionadas ao desenvolvimento turístico. O ministério passou a exercer atividades relacionadas a gestão pública, anteriormente realizadas pela EMBRATUR (GRIMM *et al*, 2013). O primeiro ato institucional foi a implementação do Plano Nacional de Turismo (PNT) (GRIMM *et al*, 2013). O MTur é composto pelo conselho nacional, fórum nacional de secretarias e dirigentes estaduais de turismo. A partir desse momento, o planejamento será tratado direcionado ao ecoturismo.

Para isso, Boo (2001) enfatiza que o ecoturismo retém atenção de um grande número de pessoas, incluindo gestores de áreas protegidas. Esses gestores têm o intuito de atrair visitantes, também ocorrendo oportunidades de inserção da comunidade local e/ou comunidade vizinha, devido a criação de empregos gerados pela atividade turística (BOO, 2001). No entanto, essas áreas protegidas, em sua maioria, não estão estruturadas para receber visitantes, o que remete a falta de conhecimento da maioria dos gestores dessas localidades, por tratar-se de uma nova modalidade de uso público (BOO, 2001).

Ainda para a autora, é necessário avaliar o nível de turismo para cada localidade para depois definir modos de utilização da área. Posteriormente, o modo de utilização deve direcionar o desenvolvimento de atividades ecoturísticas e o processo de gestão, a fim de minimizar impactos causados pela realização de atividades turísticas em áreas protegidas. (BOO, 2001). A autora apresentou o panorama de atividades e os seus possíveis desdobramentos tanto positivos quanto

negativos, oferecendo uma demonstração apropriada para os interessados em ecoturismo.

Por conseguinte, a autora apresenta o resumo das Diretrizes para Diagnóstico e Planejamento do Ecoturismo. Esta diretriz tem por objetivo disponibilizar direcionamentos para áreas protegidas que objetivam gerenciar a visitação na área, podendo influenciar na promoção ou limitação das atividades turísticas. Para Hall (2001, p. 49) “os responsáveis pela circulação de visitantes procuram manipular padrões de viagens concentrando ou dispersando os turistas em áreas sensíveis”. De acordo com Hall, gestores de áreas protegidas podem definir zonas de visitação e também definir o grau de visitação.

Ao retomar as Diretrizes para Diagnóstico e Planejamento do Ecoturismo, é evidenciado que as estratégias são constituídas por três fases: avaliar a situação atual; determinar o nível de turismo desejado e criar um plano; escrever um documento sobre a estratégia ecoturística (BOO, 2001). Essas fases que serão descritas a seguir, são medidas ecoturísticas de criação de áreas protegidas. Direcionando também estratégias que aconselhavelmente devem ser executadas objetivando a conservação de áreas protegidas.

A primeira fase é constituída pelo diagnóstico da área protegida, com enfoque nas características da UC, tais questões são: recursos naturais, infraestrutura, sistemas de visitação e quadro de funcionários. (BOO, 2001). A autora, relata também a existência de UCs que não estão sob jurisdição imediata de um gestor, afetando direta ou indiretamente o turismo. Tais áreas podem ser administradas pela esfera local, regional, nacional ou até internacional. (BOO, 2001).

A segunda fase é composta pela realização de encontros (*workshops*), com a participação de grupos heterogêneos, com três objetivos: verificar a situação da UC, decidir como essa situação pode ser administrada e criar um plano para essa gestão. (BOO, 2001). Para a autora, a realização de *workshops* tem quatro objetivos: reunir representantes de diferentes setores com metas para desenvolver o turismo na UC, criar uma comissão ecoturística para a UC, identificar o modo mais eficiente de fomento para a UC e delimitar como essas estratégias serão realizadas. (BOO, 2001).

Para finalizar, a terceira e última fase é caracterizada pela realização e divulgação do plano ecoturístico desenvolvido pela realização dos encontros e pela definição da estratégia de gestão. A partir da definição da estratégia de gestão,

serão definidas as atividades permitidas na UC. Esse documento deve ser incorporado ao plano de administração da UC. (BOO, 2001). A autora evidencia ainda que a criação dessas diretrizes servem como um direcionamento para as atividades de planejamento de áreas protegidas, caracterizando o ponto inicial do processo de desenvolvimento da UC.

Portanto conclui-se que a temática de planejamento ambiental aliado ao uso turístico são de grande valia para a conservação de áreas naturais. Subsequentemente, a definição do uso público será caracterizada como uma possibilidade de realização de atividades de cunho turístico com diminuição de efeitos negativos.

#### 4.1 USO PÚBLICO E USO TURÍSTICO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

A partir da popularização do tempo livre após o término da Segunda Guerra Mundial, o turismo eleva-se como uma atividade associada ao fomento econômico do terceiro mundo, sem considerar os impactos negativos causados pela visitação em massa (ALBACH *et al*, 2012). Subsequentemente, para os autores, o turismo por meio de suas atividades passou a ser entendido por diversas perspectivas, e não apenas pelos fatores econômicos, políticos e exploratórios como anteriormente. Assim, causou repercussão no mercado de consumo e criou um panorama favorável para o surgimento dos nichos de mercado (ALBACH *et al*, 2012).

Ao considerar o planejamento do turismo, é impossível a separação entre preservação e degradação ao discutir acerca da relação entre comunidade local e meio natural. Para os autores o desafio se caracteriza em encontrar meios de minimizar essa separação a fim de preservar os recursos ambientais para as futuras gerações (ALBACH *et al*, 2012). A busca por ações de diminuição dos impactos ambientais está presente na maioria dos estudos da temática ambiental, sendo recorrente a busca por melhorias no convívio e uso de áreas naturais.

O recorte utilizado por Albach *et al*. (2012), sinaliza a posicionamento de Ruschmann (2001, p. 27)<sup>19</sup> “O turismo nos espaços naturais não é apenas modismo de uma época e a opinião pública tem se conscientizado, cada vez mais, da

---

<sup>19</sup> RUSCHMANN, D. V. M. **Turismo e planejamento sustentável**: A proteção do meio ambiente. 9. ed. São Paulo: Papirus, 2001.

necessidade de proteger o meio ambiente”. Com o aumento da procura por atividades vinculadas ao contato com a natureza, dentre elas o ecoturismo, empreendimentos do setor turístico iniciaram ações direcionadas a diminuição destes impactos a fim de frisar a relação homem x natureza, conforme Albach *et al.* (2012).

Ao definir o uso público, Barretto (1995) enfatiza que o termo público tem ligação com o conceito de estado e também ao uso público, sendo um termo com possibilidades de interpretações diferenciadas. Ao relacionar as conotações do uso público e privado do espaço, a autora, evidencia a dicotomia dos usuários na utilização deste espaço. Ora ao se apropriar do espaço público, tornando sua propriedade, ora a usufruir do espaço de modo inadequado (BARRETTO, 1995).

Por uso turístico baseado nos estudos dos autores acima, entende-se a utilização de um espaço com relevância turística. Onde exista a possibilidade de realização de atividades de lazer, e demanda de visitantes interessados em um contanto direto ou indireto com atrativos naturais e/ou artificiais. A partir dessa interação, a realidade ambiental é resultante dos processos subsequentes, onde a avaliação do uso do local turístico e o seu diagnóstico irá ser importante para a formulação de estratégias de fomento (LOMBARDO; CASELLA, 1999).

Lombardo e Casella (1999) definem que o diagnóstico ambiental fornece as características de uma localidade, além de orientar as condições positivas e negativas e das possibilidades de evolução. Por outro lado, Rodrigues (2013) ao direcionar o uso público diretamente em UCs, evidencia que a utilização de áreas naturais para atividades de recreação e lazer são antigas e ocorrem geralmente pela falta de espaços naturais públicos, devido a expansão das cidades. Realidade encontrada no REVIS Metrópole da Amazônia, o qual está localizado próximo a centros urbanos.

A autora ainda enfatiza que o uso público depende da categoria de manejo da UC, e que as principais atividades realizadas são: o turismo, a recreação e o lazer. Nessa perspectiva no Decreto Federal nº 84.017, de 21/09/1979,<sup>20</sup> se aprovou normativas de utilização e restrições de uso de UC. Fato, que culminou com a iniciativa de organização de atividades turísticas, denominado, no período, como

---

<sup>20</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1970-1979/D84017.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D84017.htm)>.

turismo ecológico (RODRIGUES, 2013). Também, sendo uma das primeiras ações para a elaboração do SNUC.

Buscou-se no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC) informações acerca das unidades de conservação criadas no Brasil. O número encontrado foi de 1956, sendo 595 de proteção integral e 1361 de uso sustentável. Destas 954 tem gestão federal, 784 gestão estadual e 218 gestão municipal. Em relação a categoria investigada neste estudo, encontrou-se 33 refúgios de vida silvestre, sendo 7 federais, 24 estaduais e 2 municipais. Estes refúgios foram listados e então foi observado o ano de criação, a localização, bioma, realização do plano de manejo e permissão de atividades turísticas. (QUADRO 2).

REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE	ESTADO	ANO DE CRIAÇÃO	GESTÃO	BIOMA	PLANO DE MANEJO	ATIVIDADES TURÍSTICAS
<b>MOLHE LESTE</b>	RS	1996	Municipal	Marinho	Não	Não
<b>CORIXÃO DA MATA AZUL</b>	MT	2001	Estadual	Cerrado	Não	Não
<b>QUELÔNIOS DO ARAGUAIA</b>	MT	2001	Estadual	Amazônia	Não	Não
<b>BANHADO DOS PACHECOS</b>	RS	2002	Estadual	Pampa	Não	Não
<b>VEREDAS DO OESTE BAIANO</b>	BA	2002	Federal	Cerrado	Não	Não
<b>LIBÉLULAS DA SERRA DE SÃO JOSÉ</b>	MG	2004	Estadual	Mata Atlântica	Não	Não
<b>RIO PANDEIROS</b>	MG	2004	Estadual	Cerrado	Não	Não
<b>ILHA DOS LOBOS</b>	RS	2005	Federal	Marinho	Não	Não
<b>CAMPOS DE PALMAS</b>	PR	2006	Federal	Mata Atlântica	Não	<b>Sim</b>
<b>UNA</b>	BA	2007	Federal	Mata Atlântica	Não	Não
<b>RIO DOS FRADES</b>	BA	2007	Federal	Mata Atlântica	Não	<b>Sim</b>
<b>MATA DOS MURIQUIS</b>	BA/MG	2008	Estadual	Mata Atlântica	Não	Não
<b>SERRA DOS MONTES ALTOS</b>	BA	2010	Estadual	Caatinga	Não	<b>Sim</b>
<b>VENTANIA</b>	RJ	2010	Municipal	Mata Atlântica	Não	Não

<b>BOA NOVA</b>	BA	2010	Federal	Mata Atlântica	Não	<b>Sim</b>
<b>SANTA CRUZ</b>	ES	2010	Federal	Marinho	Não	<b>Sim</b>
<b>METRÓPOL E DA AMAZÔNIA</b>	PA	2010	Estadual	Amazônia	Não	<b>Sim</b>
<b>ENGENHO MORENINHO</b>	PE	2011	Estadual	Mata Atlântica	Não	Não
<b>MATA DA USINA SÃO JOSÉ</b>	PE	2011	Estadual	Mata Atlântica	Não	Não
<b>MATA DE BOM JARDIM</b>	PE	2011	Estadual	Mata Atlântica	Não	Não
<b>MATA DE CARAÚNA</b>	PE	2011	Estadual	Mata Atlântica	Não	Não
<b>MATA DE MIRITIBA</b>	PE	2011	Estadual	Mata Atlântica	Não	Não
<b>MATA DE TAPACURÁ</b>	PE	2011	Estadual	Mata Atlântica	Não	Não
<b>MATA DO CONTRA-AÇUDE</b>	PE	2011	Estadual	Mata Atlântica	Não	Não
<b>MATA DO JUNCO</b>	PE	2011	Estadual	Mata Atlântica	Não	Não
<b>MATA DO URUCU</b>	PE	2011	Estadual	Mata Atlântica	Não	Não
<b>MATA SERRA DO COTOVELO</b>	PE	2011	Estadual	Mata Atlântica	Não	Não
<b>MATAS DO SISTEMA GURJAÚ</b>	PE	2011	Estadual	Mata Atlântica	Não	Não
<b>SERRA DO CUMARU</b>	PE	2011	Estadual	Mata Atlântica	Não	Não
<b>MORROS DO CRAUNÃ E DO PADRE</b>	AL	2012	Estadual	Caatinga	Não	<b>Sim</b>
<b>ILHAS DO ABRIGO E GUARARITAMA</b>	SP	2013	Estadual	Mata Atlântica	Não	Não
<b>MACAÚBAS</b>	MG	2013	Estadual	Mata Atlântica	Não	Não
<b>SERRA DAS AROEIRAS</b>	MG	2013	Estadual	Mata Atlântica	Não	Não

QUADRO 2 – REFÚGIOS DE VIDA SILVESTRE EXISTENTES NO BRASIL

FONTE: Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC), 2015.

A partir da análise dos dados provenientes do CNUC, foi observado que dos 33 refúgios existentes, 66,67% estão no Bioma Mata Atlântica, 9,09% no Bioma Cerrado, 9,09% no Bioma Marinho, 6,06% no Bioma Caatinga, 6,06% no Bioma Amazônia e 3,03% no Bioma Pampa. A criação de 12 refúgios no ano de 2011, no



estado de Pernambuco, é um fato considerado relevante para a pesquisa, no entanto não foram encontrados dados para explicar o motivo desta criação no estado. Outro fato considerado importante para análise, segundo os dados do CNUC, é ausência de planos de manejo nos 33 refúgios.

Por conseguinte, 7 refúgios permitem atividades turísticas em sua área, a permissão das atividades estão sinalizadas nos objetivos de criação das unidades. Estes refúgios serão utilizados para apresentar exemplos de uso público em refúgios de vida silvestre no Brasil. Exceto o REVIS Metrópole da Amazônia por ser o objeto de estudo desta pesquisa.

#### 1) Refúgio de Vida Silvestre dos Campos de Palmas

O Refúgio dos Campos de Palmas está localizado nos municípios de Palmas e General Carneiro, no estado do Paraná. A área da unidade corresponde a 16.582 hectares (CNUC, 2015). Na página oficial do refúgio foi encontrado o plano de manejo, tendo sido consolidado no ano de 2014, todavia as informações que constam no CNUC ainda informam que a unidade não possuía um plano.

A respeito das atividades de uso público realizadas no refúgio, no *site* da unidade foi encontrada apenas a prática de pesquisa para a realização de aulas de campo e também para implementação de projetos de conservação. No entanto, no Relatório de prioridades para investimentos do fundo para áreas protegidas da Mata Atlântica (2009), elaborado por meio da parceria da Fundação SOS Mata Atlântica, a Conservação Internacional (CI-Brasil) e a The Nature Conservancy (TNC) consta que no entorno da unidade estava ocorrendo:

Plantios de soja, pinus, batata, fruticultura de maçã, com o uso de muitos agroquímicos, além da pecuária extensiva são observados. Usinas eólicas estão implantadas e registram-se impactos sobre a fauna, por exemplo, de aves e morcegos. A BR 280 faz limite sul da UC (20 km de rodovia) onde vários indivíduos são atropelados (RELATÓRIO DE PRIORIDADES PARA INVESTIMENTOS DO FUNDO PARA ÁREAS PROTEGIDAS DA MATA ATLÂNTICA, 2009, p. 132).

Neste sentido no relatório, se elencou a lista de prioridades da unidade, obedecendo a seguinte ordem: plano de manejo, levantamento fundiário, apoio à produção de mapas, pesquisa, recursos humanos, implantação de um sistema de informação, armazenamento e processamento de informações, infraestrutura, mosaico, capacitação e relações com proprietários de terras da UC (2009, p. 135).

## 2) Refúgio de Vida Silvestre do Rio dos Frades

O Diagnóstico sobre o Turismo e Uso Público nas Unidades de Conservação Federais do Extremo Sul da Bahia, elaborado no ano de 2014 foi uma das fontes para a caracterização do Refúgio de Vida Silvestre Rio dos Frades. O refúgio está localizado em Porto Seguro, tem uma área de 898,67 hectares, e faz limite com a Praia de Itaquena. Não foi localizado o *site* oficial da unidade. A respeito das atividades de uso público praticadas no refúgio identificou-se: educação ambiental, realização de trilhas e turismo de sol e praia, com a visita da Praia de Itaquena (DIAGNÓSTICO SOBRE O TURISMO E USO PÚBLICO NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS DO EXTREMO SUL DA BAHIA, 2014).

Em consequência, no Relatório de prioridades para investimentos do fundo para áreas protegidas da Mata Atlântica (2009) se enfatiza que foram catalogadas ameaças de caça de tartarugas e outras espécies, extração de madeira e modificações hidrológicas na área pertencente ao refúgio. Essas alterações sendo decorrentes de atividades realizadas na zona de amortecimento da UC.

As alterações hidrológicas referem-se à dragagem do Rio dos Frades feita por um proprietário para que a vazão de água aumentasse, e, assim, também aumentasse suas terras produtivas. No Vale do Rio dos Frades há bubalinocultura e os búfalos, trazidos de Marajó, assim como as gramíneas para pastagem, invadem a área do Refúgio (Relatório de prioridades para investimentos do fundo para áreas protegidas da Mata Atlântica, 2009, p. 137).

A partir das informações provenientes do Relatório de prioridades para investimentos do fundo para áreas protegidas da Mata Atlântica (2009) infere-se que uma parcela dos proprietários da região poderia estar tendo oposição a UC, e alguns possuindo grande influência na região. A localidade onde foi implantado o refúgio tem por característica econômica o trabalho no ramo de serviços, ilustra-se a grande empregabilidade de moradores locais em *resorts* da região (RELATÓRIO DE PRIORIDADES PARA INVESTIMENTOS DO FUNDO PARA ÁREAS PROTEGIDAS DA MATA ATLÂNTICA, 2009).

### 3) Refúgio de Vida Silvestre da Serra dos Montes Altos

Segundo informações procedentes do decreto nº 12.487 de 29 de novembro de 2010, o refúgio está localizado nos Municípios de Palmas de Monte Alto, Sebastião Laranjeiras, Urandi, Guanambi, Pindaí e Candiba, no Estado da Bahia, constando as seguintes finalidades:

- I - assegurar a conservação da biodiversidade regional, garantindo condições para a existência da fauna de mamíferos, especialmente o cachorro-vinagre, *Speothos venaticus*, ameaçado de extinção;
- II - garantir a manutenção de populações viáveis de espécies de mamíferos ameaçadas de extinção, especialmente o cachorro-vinagre, *Speothos venaticus*;
- III - proteger integralmente e regenerar os ecossistemas naturais da transição entre Caatinga e Cerrado, por abrigarem espécies raras e endêmicas;
- IV - manter e recuperar mananciais e cursos d'água;
- V - possibilitar o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, recreação em contato com a natureza e turismo ecológico, em especial o de base comunitária;
- VI - possibilitar o desenvolvimento de pesquisa científica (DECRETO Nº 12.487 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2010).

Subsequentemente como exemplificado acima, o decreto sinalizou acerca das atividades que poderiam ser implantadas na unidade, citando a educação e o turismo, desde que praticados de modo consciente e compatibilizando sua realização com a conservação do ecossistema local. O refúgio visa também relacionar conectividade com o Parque Estadual da Serra dos Montes Altos (DECRETO Nº 12.487, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2010).

### 4) Refúgio de Vida Silvestre de Boa Nova

Segundo informações do CNUC (2015) a unidade está inserida nos limites dos municípios de Boa Nova (BA), Iguaí (BA), Dário Meira (BA) e Manoel Vitorino (BA). Possuindo área de 12,065 hectares, a UC foi criada com base no decreto nº s/nº, de 11 de junho de 2010 e seus objetivos de criação foram:

Proteger integralmente e regenerar os ecossistemas naturais da transição entre Mata Atlântica e Caatinga, especialmente a Mata-de-Cipó; II - garantir a manutenção de populações viáveis de espécies de aves e mamíferos ameaçadas de extinção, especialmente o gravatazeiro (*Rhopornis ardesiacus*); III - manter e recuperar mananciais e cursos d'água; IV - possibilitar o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, recreação em contato com a natureza e turismo ecológico; e V - possibilitar o desenvolvimento de pesquisa científica. Parágrafo único (DECRETO Nº S/Nº DE 11 DE JUNHO DE 2010).

Portanto segundo o decreto, as atividades relacionadas ao turismo são de observação da fauna e flora, e atividades que estejam inseridas no contexto do turismo ecológico. Também se fazendo necessária a conectividade com as áreas do Parque Nacional de Boa Nova.

#### 5) Refúgio de Vida Silvestre de Santa Cruz

Segundo informações do CNUC (2015) o refúgio está localizado na região costeira do Município de Aracruz e em águas jurisdicionais da região marinha confrontante aos Municípios de Aracruz, Fundão e Serra, no Estado do Espírito Santo. Sua área é de 17.741 hectares. Dentre os seus objetivos de criação:

I - proteger a diversidade biológica e os ambientes naturais, principalmente os fundos colonizados por algas e outras comunidades bentônicas, bem como sua fauna associada, as espécies residentes e migratórias que utilizam a área para alimentação, reprodução e abrigo, os manguezais e vegetação costeira e as formações sedimentares bioclásticas e litoclásticas, importantes para a estabilidade da orla marítima;  
 II - valorizar o uso turístico, recreacional e educativo da orla marítima através de ordenamento do seu uso e ocupação para assegurar a compatibilidade entre a utilização da terra e os recursos naturais; e  
 III - contribuir para a recuperação dos recursos biológicos e para a sustentabilidade das atividades pesqueiras e extrativistas de subsistência e de pequena escala praticadas pelas comunidades costeiras da região no entorno da Unidade de Conservação (DECRETO Nº S/Nº DE 11 DE JUNHO DE 2010).

Segundo informações do ICMBio (2015) a unidade já recebeu ações de educação ambiental com intuito de proporcionar informações de conservação das praias e seus ecossistemas. Também, informações acerca de recolhimento de lixo, utilização das praias e circulação de veículos nas faixas de areia. A ação também foi desenvolvida com os turistas, visitantes e moradores a respeito da importância do uso responsável do atrativo natural (ICMBIO, 2015).

## 6) Refúgio de Vida Silvestre dos Morros do Craunã e do Padre

A unidade de proteção integral está inserida no município de Água Branca, no estado de Alagoas. E segundo informações do CNUC (2015) sua área é de 1.087 hectares. No tocante aos seus objetivos, tem-se:

- I – Garantir a preservação de amostra do bioma Caatinga e associadas presentes na região; II - Proteger a fauna e flora silvestres;
- III – Disciplinar o uso e ocupação do solo nas imediações do morro do Caraunã e do morro do Padre, propriedades e povoados localizados próximos e na sua zona de amortecimento;
- IV – Preservar as culturas e tradições sertanejas da população local, garantindo sua permanência em harmonia com a preservação;
- V – Incentivar e fomentar ações de educação ambiental e turismo ecológico na região;
- VI – Promover a participação da população local em ações de proteção e conservação e adaptar a atual cultura predatória a modos de vida sustentáveis no seu entorno;
- VII – Garantir a integridade do ecossistema para a realização de pesquisas científicas que visem o conhecimento da área, garantindo assim subsídios para sua melhor gestão e proteção;
- VIII – Apoiar a pesquisa científica com foco na fauna local e migratória, principalmente em espécies como a águia chilena (*B. melanoleucus*), macaco-prego (*Cebus sp.*), gato-do-mato-pequeno (*Leopardus tigrinus*), ameaçados ou raros e o mocó (*Kerodon rupestris*), que é amplamente utilizado como alimentação pelos moradores da região, visando estudos para adotar uma alternativa alimentar ou sua criação em cativeiro.

Relativo a atividades turísticas, o Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas – IMA discorre que por meio de práticas associadas ao turismo ecológico, pesquisas científicas e educação ambiental é esperado a preservação da cultura e das tradições sertanejas da população residente e defesas para a manutenção do ecossistema Caatinga.

Por meio da descrição das atividades pensadas no momento de criação e as que estão sendo praticadas nos refúgios de vida silvestre do Brasil estima-se que em algumas das unidades, fundamentado na pesquisa bibliográfica realizada, ainda não estavam ocorrendo atividades turísticas de modo efetivo, podendo-se citar os Refúgio dos Morros do Craunã e dos Padres, Refúgio Boa Nova e Refúgio da Serra dos Montes Altos. Nos demais, as atividades já estavam sendo praticadas.

Em relação ao Refúgio do Rio dos Frades a prática de atividades na zona de amortecimento estava gerando impactos negativos para a manutenção da UC, como o impasse entre os empresários locais e a concepção da unidade e a prática da caça ilegal. Em relação ao Refúgio de Santa Cruz, o modo de utilização das áreas costeiras tem sido pauta para análise por meio da gestão.

## 4.2 INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL

No ano de 1965, na Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)<sup>21</sup>, a realização de “circuitos turísticos” foi defendida pela primeira vez, com o intuito de garantir a conservação do patrimônio cultural arqueológico (COSTA, 2009). Para a autora, posterior a realização da conferência, a UNESCO passou a considerar atividades turísticas como uma ação de cunho educativo.

Segundo Costa (2009) o aprendizado a partir da comunicação interpretativa pode se desenvolver por um processo de mudanças comportamentais que foram resultantes de uma experiência anterior. No mais a autora, enfatiza que a comunicação interpretativa em áreas protegidas no Brasil está relacionada com práticas de educação ambiental, sendo entendidas como um método pedagógico e não como uma atividade mais ampla. A filosofia interpretativa, em um primeiro momento baseou-se no estudo elaborado por Tilden (1957)<sup>22</sup>, no entanto anterior a ele, Mills já havia trabalhado com a mesma temática e posterior a ambos Beck e Cable<sup>23</sup> (COSTA, 2009).

Costa (2009, p. 116) apresenta os seis princípios para a Filosofia interpretativa: “Qualquer interpretação que não relacione o que está sendo mostrado ou descrito com a personalidade ou experiência será infrutífera”; [...] “A interpretação é a revelação baseada na informação. Mas ambas são coisas totalmente diferentes. Entretanto, toda a interpretação incluíram informações”; [...] “A interpretação é uma

<sup>21</sup> Organismo integrado na Organização das Nações Unidas (ONU), criado, em 1946, a fim de promover a paz mundial, através da cultura, educação, comunicação, as ciências naturais e as ciências sociais.

<sup>22</sup> TILDEN, F. **Interpreting our Heritage**. 3ª ed. Chapel Hill: University of North Carolina, 1977.

<sup>23</sup> BECK, L; CABLE, T. **Interpretation for the 21<sup>st</sup> Century: Fifteen Guiding Principles for Interpreting Nature and Culture**. Champaign: Sagamore, 1998.

arte que combina muitas artes, quer os objetos apresentados sejam científicos, históricos ou arquitetônicos. Qualquer arte é passível de ser ensinada em algum nível”; [...] “o principal objetivo da interpretação não é a instrução, mas a provocação”; [...] “a interpretação deve objetivar a apresentação do todo ao invés das partes e deve estar endereçada ao homem todo mais do que a qualquer fase”.

[...] “a interpretação voltada para crianças (maiores de 12 anos) não deve ser uma diluição da apresentação planejada para os adultos, mas deve seguir uma abordagem fundamentalmente diferente. Para ser ótima, vai exigir um programa em separado” (COSTA, 2009, p. 116).

Ao analisar os princípios postulados, verifica-se que o primeiro trata da fundamentação do aprendizado a partir do interesse que o antecede. O segundo, afirma que a interpretação tem como matéria prima a informação, sendo assim necessita de pesquisa e coleta de dados, se não houver informações a serem divulgadas a atividade não será classificada como interpretativa. O terceiro, remete a necessidade de planejamento para a realização de atividades interpretativas, dentre as necessidades para a interpretação um roteiro deve abarcar o processo criativo do seu interprete. Poderão ser utilizados elementos como: teatro, música, dança, artes visuais.

O quarto princípio, exemplifica a diferença entre a instrução e a provocação, sendo a instrução o objetivo da interpretação, mas a provocação é entendida pelo estímulo criado no espectador a partir das informações disponibilizadas pelo interprete. No quinto, deve ser disponibilizada uma visão global do objeto de interpretação, mesmo que a parte específica seja mais interessante. O último princípio, expressa a necessidade de criar maneiras diferenciadas de interpretação, seja para faixas etárias diferentes ou para públicos com características diversificadas.

Para Carter (1997) existem várias possibilidade de definição de interpretação, porém em sua gênese tem o intuito de compartilhar com outros indivíduos o interesse por um lugar. Outro fator é o modo como o indivíduo irá vivenciar esta experiência, logo a interpretação está sendo prática desde que haja visitantes que busquem conhecer lugares bonitos e interessantes (CARTER, 2015, TRADUÇÃO NOSSA).



Do mesmo modo o autor, indica que a interpretação é um modo de auxiliar as pessoas a apreciar algo que um indivíduo sente ser especial, e pode ser realizada em: edifícios, área de campo, festas tradicionais, cidades, coleção de objetos, eventos históricos, atividades econômicas e até indústrias. Assim sendo a interpretação se relaciona com o patrimônio por meio da compreensão da herança, que poderá ser histórica ou cultural. E com o turismo por meio da utilização da interpretação com o intuito de oferecer uma experiência com profundidade aos turistas (CARTER, 2015, TRADUÇÃO NOSSA).

Como resultado, a interpretação torna-se uma parcela importante para o produto turístico, por meio de um local amigável, uma recepção agradável e uma refeição saborosa, agregando uma relação de confiança entre os turistas e o local visitado. Culminando em turistas propensos a recomendar o local para outras pessoas e gerando uma expectativa de lucratividade para o empreendimento (CARTER, 2015, TRADUÇÃO NOSSA).

Em outra perspectiva, atividades relacionadas à interpretação ambiental têm objetivo de proporcionar aos visitantes, maneiras de entender os símbolos presentes em determinados espaços naturais ou não-naturais, e também proporciona estratégias de conservação ambiental. Para ilustrar, foi utilizado o estudo Biesek e Cardozo (2012) a respeito da interpretação do patrimônio ambiental do Parque Nacional do Iguaçu. Portanto, as autoras enfatizam que a “interpretação está adquirindo um papel fundamental como meio para comunicar conteúdos culturais a um público cada vez mais numeroso” (BIESEK; CARDOZO, 2012, p. 114).

No entanto, desenvolver atividades de visita não é tarefa fácil. Dentre as maneiras de fazê-lo estão a utilização de guias, de textos, de recursos audiovisuais. Todos esses recursos são utilizados com o objetivo de favorecer a interpretação patrimonial (BIESEK; CARDOZO, 2012). Além de facilitar a relação de comunicação do visitante com o patrimônio. Nesse sentido, as autoras mencionam que:

Interpretar o patrimônio pode ser uma possibilidade de converter uma visita em uma vivência, ampliando a compreensão e o contato, fazendo com que o visitante entenda a importância daquele ambiente não apenas para o turismo ou a comunidade em que ele está inserido, mas e, sobretudo em se tratando de patrimônio ambiental, também para toda a sociedade. (BIESEK; CARDOZO, 2012, p. 115).

A proposição de utilização dos recursos da interpretação ambiental, no REVIS Metrópole da Amazônia, terão o objetivo de facilitar a relação dos visitantes em potencial e da comunidade local. E também ser direta ou indiretamente uma maneira de auxiliar na gestão ambiental e turística da UC. Como já citado, este estudo tem como cenário o REVIS Metrópole da Amazônia, localizado na região metropolitana de Belém. A UC tem por objetivo proteger ambientes naturais nos quais há possibilidades de reprodução de espécies da flora e da fauna, bem como comunidades locais ou migratórias (PARÁ, 2009).

A respeito do propósito de construção de projetos de trilhas interpretativas, e demais atividades que envolvam a contemplação da natureza Aguiar *et al.* (2010) evidenciam que são medidas que fomentam a busca por experiências de visitas enriquecedoras e que têm por objetivo manter a conservação do ambiente natural através da sensibilização do visitante. Proporcionam também modos de inclusão das comunidades locais na tomada de decisões de atividades, no aumento do sentimento de pertencimento a região, na autoconfiança e autoestima. Para finalizar o planejamento de trilhas interpretativas tornou-se um método que tem por finalidade a conservação dos recursos de fauna e flora e valorização da comunidade local, no entanto, necessita que sejam realizados estudos que integrem atores governamentais e não-governamentais da sociedade, além da análise de leis e políticas da localidade. (AGUIAR *et al.*, 2010).

Wallace (2001) infere que a manutenção e a reconstrução de trilhas necessita de um valor elevado do orçamento de um parque. E continua, ao evidenciar que a seleção das rotas, quando realizada de modo adequado, pode minimizar esses problemas financeiros e ambientais. A exemplo, a trilha que permite o acesso a montanha Bartolomé, a rota em questão, foi formada sobre solos arenosos e frequentemente em declive; devido à procura dos turistas por um solo mais firme, ocorreu nas laterais da rota uma erosão (WALLACE, 2001). Fato, que poderia ter sido evitado com a contenção da areia e a utilização de um declive adequado (WALLACE, 2001).

A respeito da demarcação de trilhas, para o autor (2001, p. 131) “boas trilhas também são a chave para melhorar a capacidade administrativa em qualquer área”. Evidenciando a necessidade de estruturar as trilhas anteriormente a abertura para visita (WALLACE, 2001). Posterior a construção da trilha, o controle dos grupos e manutenção da sua estrutura são elementos mais importante do que o volume de

visitação. (WALLACE, 2001). No parque, as características das trilhas são relacionadas com as zonas onde estão localizadas, para ilustrar utiliza-se a zona primitiva (possui trilhas primitivas em largura, dificuldade, direções, e níveis de manutenção) (WALLACE, 2001).

A respeito dos guias e intérpretes, Galápagos é caracterizado como um parque que apresenta aspectos positivos e auxilia na minimização de impactos aos recursos naturais locais. Para Wallace (2001) o treinamento de guias e intérpretes pode ajudar na manutenção de locais de visitação intensiva (geralmente os que apresentam vários números de animais), a partir do direcionamento dos visitantes pelo guia para locais de menor visita o. Esse direcionamento de guias pode ser utilizado em vários parques, devido à necessidade de ações que valorizem as espécies de fauna e flora local, também pode ser um modo de direcionar áreas determinadas para a visita o e áreas onde essa visita o não possa ser realizada.

Wallace (2001) considera necessário realizar em áreas protegidas: exposições educativas para a comunidade; informações nas escolas; viagens de campo; áreas de uso especial para moradores; inclusão de representantes locais no planejamento. Também, a integração de pesquisadores e da gestão do parque, no caso de Galápagos,   de suma importância para a localidade. O estímulo à pesquisa é considerada ação benéfica para a divulgação do parque, pois atinge vários países e cria um legado de visitações compatíveis com as especificidades do parque de Galápagos (WALLACE, 2001).

#### 4.2.1 M dias interpretativas

Todavia, quais recursos devem ser utilizados para realizar uma atividade interpretativa? Para Costa (2009) uma área onde a interpretação é realizada segue a tendência de instigar o visitante a um modo de comportamento e percepção *mindful*<sup>24</sup> ao disponibilizar uma multiplicidade de mídias interpretativas. Deste modo, o visitante tende a desenvolver níveis satisfatórios de aprendizado e possivelmente terá uma assimilação mais ampla dos conhecimentos disponíveis na localidade (COSTA, 2009). Nessa perspectiva a autora, observa que no planejamento da área

---

<sup>24</sup> Segundo Costa 2009 trata-se de um comportamento aberto ao aprendizado, atento às circunstâncias e desenvolvimento de novas rotinas.

protegida já sejam selecionadas as mídias que serão disponibilizadas para os visitantes.

Essa seleção de mídias deve ser fundamentada no tipo de UC, nos objetivos e a informação que os gestores desejam revelar aos visitantes (COSTA, 2009). A disponibilização de mídias interpretativas permite o contato do visitante diretamente com o conteúdo abordado, caracterizando uma experiência interativa. As mídias interpretativas são divididas em dois grupos: as mídias impessoais e as mídias pessoais.

As mídias impessoais estão caracterizadas pelas publicações impressas; placas, painéis e letreiros; exposições, mostras e vitrines; reconstruções e modelos; meios animados de exibição e multimídias e computadores. Por outro lado, as mídias pessoais caracterizam-se por: palestras interpretativas; imaginação guiada, viagens de fantasia ou viagens imaginárias; fantochada ou titeragem (uso de fantoches); caminhadas e passeios orientados; trilha interpretativa; interpretação espontânea; demonstrações e história viva (COSTA, 2009).

Muitos dos elementos abordados por Costa poderão ser utilizados na interpretação realizada no REVIS Metrópole da Amazônia. Podendo mesclar as mídias pessoais e a impessoais. Dependendo do objetivo da gestão da UC.

A partir dessa explanação, esclareça-se que neste capítulo se teve por objetivo apresentar as premissas do planejamento em áreas naturais. Também, apresentar aspectos relevantes para a realização de interpretação ambiental nestas áreas. Na sua finalização se faz uma abordagem sobre processos de avaliação de potencial turístico.

#### 4.3 PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DE POTENCIAL TURÍSTICO

Cunha (2008) comenta que o potencial de fomento turístico de uma localidade é função de seus recursos, porém o seu desenvolvimento está relacionada a sua capacidade de elaborar atrações novas. Neste sentido em diferentes aspectos cada local ou atração possui potencial que o diferencia dos demais. Cunha (2008) sinaliza a realização do inventário dos recursos e classificação, como o primeiro passo anterior a análise do potencial de uma localidade.

Neste sentido, o atrativo turístico está fundamentado nos recursos naturais, cultura e história, no entanto são os fatores naturais que criam a estruturação e organização da maioria dos locais turísticos. Por isso a potencialidade do atrativo turístico são os seus recursos, mas a conservação destes recursos é o motivo para a continuidade da atratividade (CUNHA, 2008).

Para a posterior assimilação da avaliação de potencial turístico do Refúgio Metrópole da Amazônia, notou-se a necessidade de definição do termo. Para Cunha (2008) a palavra avaliação pode ser assimilada como “um conjunto dos métodos científicos que permitem determinar a eficácia dos programas ou das instituições no desenvolvimento de uma atividade ou serviço”. Em decorrência da avaliação, o entendimento do que é o atrativo turístico se torna fundamental, portanto, os recursos turísticos são meios tangíveis ou intangíveis usados em um processo de transformação para gerar bens ou serviços para suprir a necessidade humana (CUNHA, 2008).

Reunir informações de localidades classificadas como de atratividade turísticas não é uma tarefa fácil, por isso Almeida (2009) ao utilizar Smith (1992, p. 19)<sup>25</sup> observa que:

Ao iniciar a discussão sobre as dificuldades que cercam a investigação descritiva de lugares, afirma que o problema de nomear, descrever e classificar os recursos recreativos e sua exploração é complexo e de múltiplas facetas e que, embora os pesquisadores concordem com tal afirmação, todos eles estão de acordo também com tal necessidade, porém não coincidem quanto à utilização de um sistema único de classificação.

Ainda para o mesmo autor (1992) afirma que as ferramentas de classificação dos recursos de uma localidade com potencial turístico, tanto em relação aos recursos recreativos quanto às demais atividades que deles são decorrentes são numerosas. Para a classificação desses recursos, o agrupamento destes métodos está subdividido em três categorias principais: descrição da localização de instalações e atividades, inventário dos recursos e descrição das imagens das regiões e seus recursos (SMITH, 1992, p. 19)<sup>26</sup>.

Por sua vez, Almeida (2009) apresenta o potencial turístico como:

---

<sup>25</sup> SMITH, Stephen L. J. 1992. **Geografía recreativa**; investigación de potenciales turísticos. Tradução por Víctor M. Estrada Villa. México: Trillas. 289p. Tradução de: Recreation Geography. (Trillas Turismo).

<sup>26</sup> Ibidem.

Pode ser entendido como a existência de condições objetivas favoráveis da oferta turística, dos aspectos normativo-institucionais e de outros fatores complementares capazes de viabilizar, por meio do adequado planejamento, uma exploração turística sustentável destinada a satisfazer uma demanda atual ou latente.

Por fim, as conceituações anteriores foram utilizadas como subsídios para a realização da análise dos recursos do Refúgio de vida silvestre metrópole da Amazônia. No próximo capítulo são apresentados os processos metodológicos deste estudo. E como estes processos foram desenvolvidos na localidade.

## 5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo foi redigido com o objetivo de apresentar a estratégia metodológica direcionada para a realização do estudo, tendo a intenção de abordar os procedimentos de coleta de dados, como foi realizada a pesquisa de campo e quais instrumentos de pesquisa foram utilizados. Nele constam os seguintes tópicos: Tipo de pesquisa, instrumentos para coleta de dados, delimitação da área de pesquisa, e a apresentação de como foi realizada a tabulação e interpretação dos dados coletados em campo.

O processo de pesquisa de campo do presente estudo foi realizado no mês de outubro de 2015, no município de Marituba. Por meio, da aplicação de entrevistas com a Bacharel em Turismo responsável pelo uso público do REVIS Metrópole da Amazônia, com duas moradoras do REVIS, na Vila Três Marcos, com uma Bacharel em Turismo do Departamento de Turismo (DETUR) do município e com a aplicação de 45 formulários com moradores também do município de Marituba.

Como procedimento metodológico, utilizou-se de levantamento de dados por meio da pesquisa de estudos com temática semelhante a esta análise e pesquisa bibliográfica. Este estudo caracteriza-se como pesquisa exploratória, que para Gil (2002, p. 41):

Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições.

Fundamentado na explicação de Gil, no estudo se buscou constatar as hipóteses em relação à análise do potencial turístico do REVIS. Nesta perspectiva, Dencker (1998) infere que no turismo, a metodologia científica é um importante mecanismo para a produção de conhecimento, seja por meio de elaboração de planos, projetos e pesquisas, direcionadas a fundamentação de ações em micro escala, no âmbito empresarial, quanto em macro escala, no caso do planejamento.

Do mesmo modo a autora, cita que em pesquisas de turismo, apenas observar os fatos não é caracterizado como um conhecimento científico. Sendo necessária a utilização de:

- a) uma técnica para registrar e quantificar os dados observados, ordená-los e classificá-los;

- b) uma teoria que permita interpretar os dados, dotando-os de significação, ou, na falta desta, uma hipótese sobre o sentido da ação para se chegar à elaboração da teoria, e;
- c) o método científico. (DENCKER, 1998, p. 23-24).

No decorrer da análise metodológica e na apresentação dos resultados, espera-se atender aos três pontos anteriormente mencionados por Dencker. Com o intuito de apresentar a produção de conhecimento realizada por esta pesquisa.

## 5.1 TIPO DE PESQUISA

O método utilizado foi o da pesquisa qualitativa, devido Creswell (2010) apontar que o método indica uma abordagem distinta dos outros métodos de investigação acadêmica. Ainda para o autor, a pesquisa qualitativa abarca diferentes concepções filosóficas. Creswell (2010, p. 208) apresenta como características de pesquisas qualitativas as seguintes:

- O pesquisador como um instrumento fundamental;
- Ambiente natural;
- Múltiplas fontes de dados;
- Análise de dados indutiva;
- Significados dos participantes,
- Projeto emergente;
- Lente teórica, interpretativo e;
- Relato holístico.

Por conseguinte o mesmo autor comenta que a pesquisa qualitativa trata de um modo de entendimento do significado o qual indivíduos ou grupos concedem a um problema social ou humano. Então, foi utilizada na coleta de dados, por entender que seria necessário para a pesquisa na localidade, buscar a participação dos moradores na realização de atividades de cunho turístico que estejam de acordo com a realidade local.

Outros modos de caracterizar a pesquisa qualitativa são apresentados por Massukado (2008, p. 13), onde é exemplificada a distinção entre as diferentes maneiras de utilizar a pesquisa qualitativa.

Autor	Características
<b>Bryman (1984)</b>	Compromisso em ver o mundo social do ponto de vista do ator
Denzin e Lincoln <b>(2006)</b>	Ênfase sobre as qualidades das entidades e sobre processos e os significados



Cassell e Simon (1994)	Permite que o pesquisador, com o avanço de sua pesquisa, altere a natureza de sua intervenção em resposta à natureza mutante do contexto
Wolcott (1975) <i>apud</i> Borman et al (1986)	O pesquisador é notadamente o instrumento de pesquisa.
Patton (2002)	Os dados tipicamente eclodem durante a ida a campo
Silverman (2000)	Os métodos utilizados exemplificam a crença de que eles podem sustentar um entendimento mais profundo do fenômeno social que os métodos quantitativos
Creswell (2003)	É fundamentalmente interpretativo o que permite que o pesquisador conduza a interpretação dos dados
Miles e Huberman (1994)	A narrativa não possui formatos fixos, deve combinar elegância teórica com uma descrição credível do objeto
Patton (2002)	A confiabilidade recai sobre a competência, habilidade e o rigor do pesquisador
Creswell (2003)	A validade é utilizada para sugerir estabelecendo se as descobertas estão em conformidade com o ponto de vista do pesquisador, do participante ou dos leitores

**QUADRO 3 - CARACTERÍSTICAS DA PESQUISA QUALITATIVA**

FONTE: Massukado com base em Bryman (1984)<sup>27</sup>, Denzin e Lincoln (2006)<sup>28</sup>, Cassell e Simon (1994)<sup>29</sup>, Wolcott (1975) *apud* Borman et al (1986)<sup>30</sup>, Patton (2002)<sup>31</sup>, Silverman (2000)<sup>32</sup>, Creswell (2003)<sup>33</sup>, Miles e Huberman (1994)<sup>34</sup>.

Também foi utilizada a observação participante, que para Flick (2009) tem como atributo o fato de se observar por uma perspectiva de membro da comunidade, no entanto, podendo ocorrer influências no resultado da pesquisa devido a participação do pesquisador na localidade. O autor aponta três fases na realização

<sup>27</sup> BRYMAN, A. **The debate between quantitative and qualitative research: a question of method or epistemology?** The British Journal of Sociology. Mar 1984, 35, 1, p. 75-92.

<sup>28</sup> DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (org) **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens.** Porto Alegre: Artmed, 2006.

<sup>29</sup> CASSELL, C.; SYMON, G. **Qualitative methods in organizational research: a practical guide.** London: Sage Publications, 1994.

<sup>30</sup> BORMAN, K. M.; LeCOMPTE, M. D; GOETZ, J. P. **Ethnographic and qualitative research design and why it doesn't work.** The American Behavioral Scientist. Sep/Oct 1986, 30, 1, p. 42-57.

<sup>31</sup> PATTON, M. Q. **Qualitative research and evaluation methods.** California: Sage, 2002.

<sup>32</sup> SILVERMAN, D. **Doing qualitative research: a practical handbook.** London: Sage, 2000.

<sup>33</sup> CRESWELL, J. W. **Qualitative inquiry and research design: choosing among five traditions.** Thousand Oaks, California: Sage Publications, 1998.

<sup>34</sup> MILES, M.B.; HUBERMAN, A. M. **Qualitative data analysis: an expanded sourcebook** California: Sage, 1994.

da observação participante: a observação descritiva, a observação focalizada e a observação seletiva (FLICK, 2009).

Este estudo tem por abordagem metodológica, a fenomenologia. Segundo Capalbo (2008) a primeira vez que a palavra fenomenologia foi utilizada data-se do ano de 1764, em um estudo que abordou problemas de conhecimento, no entanto, a fenomenologia inicia-se no século XX com a publicação da obra *Filosofia da Aritmética*, de Husserl<sup>35</sup>. A fenomenologia por origem busca ultrapassar os dualismos do idealismo e realismo, do formalismo e do existencialismo vivencial (CAPALBO, 2008, p. 35).

Em relação à perspectiva fenomenológica direcionada a pesquisa, essa abordagem filosófica proporciona a manifestação da essência das coisas, a transparência do fenômeno. E objetiva não alterar a gênese dos fenômenos. (CAPALBO, 2008). Ainda para a autora, na fenomenologia se questiona continuamente, se modifica, contudo tem por fundamento manter a atitude metodológica. Para finalizar o método fenomenológico, permite um olhar amplo para a tentativa do entendimento da realidade.

Com o intuito de justificar a escolha do método fenomenológico para fundamentar este estudo foram utilizados os fundamentos de Panosso Netto (2005). Para o autor o primeiro motivo trata-se de ser um método novo no turismo, podendo trazer perspectivas novas para este campo de estudo; o segundo, devido à fenomenologia ter surgido como uma resposta ao reducionismo (historicismo, biologismo, psicologismo); terceiro, pela fenomenologia, segundo Husserl<sup>36</sup> ser uma investigação universal de essências, ainda buscando ser tanto ciência como método.

Deste modo Panosso Netto (2005) aborda o turismo como um fenômeno devido ao fato de ser a análise de uma ação humana, possuir subjetividade, e culminar na vivência de experiências. Portanto, o autor indica que não se pode moderar o entendimento do turismo doravante de qualquer campo de estudo, pois o turismo deve ser assimilado com o que se mostra e não com o que se parece ser (PANOSSO NETTO, 2005).

---

<sup>35</sup>HUSSERL, E. **Die Krisis der Europäischen Wissenschaften und die transzendente Phänomenologie**. Band VI, Haag: M. Nijhoff, 1962.

<sup>36</sup> HUSSERL, E. **Die Krisis der Europäischen Wissenschaften und die transzendente Phänomenologie**. Band VI, Haag: M. Nijhoff, 1962.

Na abordagem proposta por Massukado (2008, p. 21) a respeito das estratégias de investigação na pesquisa qualitativa, é estabelecida uma demonstração das aplicações, pontos fortes e limitações das estratégias de investigação.

Estratégia	Aplicações	Autores	Pontos Fortes	Limitações
Estudo de caso	Estudo de acontecimentos contemporâneos, resposta a questões do tipo 'como' e 'por que' (YIN, 2001).  Testar teoria, produzir descrições e gerar teoria (EISENHARDT, 1989)	Yin (2001, 2003)  Stake (1995)  Gomm, Hammersley e Foster (2000)	Múltiplas fontes de evidência. (YIN, 2001).  Informações detalhadas sobre o caso (GOMM e HAMMERSLEY, 2000)  Emprego de múltiplos níveis de análise (YIN, 2001).	Critérios de escolha dos casos e processo de generalização (STAKE, 2000)  Tempo para realização e inúmeros documentos ilegíveis (YIN, 2001)
Etnografia	Entendimento do significado do trabalho e alienação, estudos sobre relações de trabalhadores (HODSON, 1998)  Estudo do comportamento, linguagem e interações de uma cultura compartilhada (CRESWELL, 1998)	Wolcott (1994)  Hammersley e Atkinson (1995)	Ser uma forma básica de pesquisa social (HAMMERSLEY e ATKINSON, 1995)  Descrições em um alto nível de detalhes (CRESWELL, 1998)	Ser guiada tanto pelo teor quanto pela delimitação da pesquisa (VAN MAANEN, 1979)  Tempo extensivo dedicado à coleta de dados, possibilidade do pesquisador 'se tornar um nativo' e não completar seu estudo (CRESWELL, 1998)
Fenomenologia	Entendimento de problemas práticos da perspectiva daqueles que são estudados. Descrição dos significados das experiências vividas pelos indivíduos sobre determinado fenômeno (CRESWELL, 1998)	Merlau-Ponty (2002) Moustakas (1994)	O pesquisador tem contato com indivíduos que realmente experienciaram o fenômeno e um menor número de entrevistas é necessário para compor a pesquisa (CRESWELL, 1998)	Ser capaz de isolar ou suspender a experiência anterior do pesquisador e a necessidade de sólido conhecimento filosófico da fenomenologia (CRESWELL, 1998)
	Método prático	Strauss e	A possibilidade de	Identificar quando as

<i>Grounded Theory</i>	para conduzir pesquisas que focam no processo interpretativo analisando a produção de significados e os conceitos utilizados pelos atores (SUDDABY, 2006)  Construção de teoria (GLASER e STRAUSS, 1967)	Corbin (1994)  Glaser e Strauss (1967)	se gerar teoria (GLASER e STRAUSS, 1967)  Inicia-se a partir de situações específicas do campo na realidade com a intenção de entender a natureza e racionalidade dos incidentes observados (DOUGLAS, 2003)	categorias pesquisadas estão saturadas (CRESWELL, 1998)  Deixar a parte as ideias e noções teóricas preconcebidas do pesquisador (SUDDABY, 2006)
Pesquisa-ação	Problemas de orientação valorativa, situações insatisfatórias ou de crise (THIOLLENT, 1997)	Thiolle (1997) Argyris et al (1985) Avison et al (1999)	Incluir o coletivo e incentivar as discussões, procedimento aberto (THIOLLENT, 1997)  Ação deliberada, planejada (ARGYRIS et al, 1985)	Desvio de objetivos emancipatórios a serviço de interesses pessoais (THIOLLENT, 1997)  O que está sendo descrito pode ser ação (mas não pesquisa) ou pesquisa (e não pesquisa-ação) (AVISON et al, 1999)
Observação participante	Possibilidade de verificar as expressões não verbais e observar eventos que os informantes não estão dispostos a revelar (KAWULICHI, 2005)	Vidich (1955) Adler e Adler (1994) Kawulich (2005)	Existe potencial de criatividade, pois as categorias são construídas e há flexibilidade de produzir novos modos de ver a realidade. Possibilidade de combinação com outros métodos (ADLER e ADLER, 1994)	Problema da auto objetivação (participar sem envolvimento) e confiar nas próprias percepções (VIDICH, 1955) Pode consumir muito tempo, questões éticas do pesquisador, registro de informações é trabalhoso (SAUNDERS, LEWIS e THORNHILL, 2000)

#### QUADRO 4 – ESTRATÉGIAS DE INVESTIGAÇÃO NA PESQUISA QUALITATIVA

FONTE: Massukado (2008) com base em Yin (2001, 2003)<sup>37</sup>, Stake (1995)<sup>38</sup>, Gomm, Hammersley e Foster (2000)<sup>39</sup>, Wolcott (1994)<sup>40</sup>, Hammersley e Atkinson (1995)<sup>41</sup>, Merlau-Ponty (2002)<sup>42</sup>, Moustakas

<sup>37</sup> YIN, R. K. **Applications of case study research**. 2. ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 2003.

<sup>38</sup> STAKE, R. E. **The art of case study research**. Thousand Oaks, CA: Sage, 1995.

<sup>39</sup> GOMM, R.; HAMMERSLEY, M.; FOSTER, P. **Case study methods: key issues, key texts**. London: Sage Publications, 2000.

<sup>40</sup> WOLCOTT, H. F. **Transforming qualitative data: Description, analysis, and interpretation**. Thousand Oaks, CA: Sage, 1994.

<sup>41</sup> HAMMERSLEY, M.; ATKINSON, P. **Ethnography: principles in practice**. New York: Routledge, 1995.

<sup>42</sup> MERLAU-PONTY, M. **Phenomenology of perception**. London, UK: Routledge, 2002.

(1994)<sup>43</sup>, Strauss e Corbin (1994)<sup>44</sup>, Glaser e Strauss (1967)<sup>45</sup>, Vidich (1955)<sup>46</sup>, Thiollent (1997)<sup>47</sup>, Argyris et al (1985)<sup>48</sup>, Avison et al (1999)<sup>49</sup>, Adler e Adler (1994)<sup>50</sup>, Kawulich (2005)<sup>51</sup>.

Perante ao leque de estratégias de pesquisas, a fenomenologia se adequa a este estudo devido ao fato de buscar entender os problemas ou fenômenos pela ótica do investigado.

E as observações de caráter participante são justificadas pelas visitas ao local ocorrerem desde o ano de 2012, no momento onde iniciou uma coleta de dados para a produção de um trabalho de conclusão de curso. Este trabalho teve por objetivo caracterizar o cotidiano das comunidades pertencentes ao REVIS e a importância da construção do plano de manejo para esta unidade de conservação, na área onde se localizam as instalações do antigo seringal. Ocorreu uma visita no ano de 2012 e duas no ano de 2013, que somaram para a construção deste trabalho.

## 5.2 INSTRUMENTOS PARA COLETA DE DADOS

Como instrumentos utilizou-se de as entrevistas semiestruturadas (APÊNDICES 2, 3 e 4) e a aplicação de formulários (APÊNDICE 1). A respeito das

---

<sup>43</sup> MOUSTAKAS, C. **Phenomenological research methods**. Thousand Oaks: Sage, 1994.

<sup>44</sup> STRAUSS, A.; CORBIN, J. Grounded theory methodology: an overview. In: DENZIN, N.K.; LINCON, Y.S. **Handbook of qualitative research**. Beverly Hills, CA: Sage Publications, 1994.

<sup>45</sup> GLASER, B.; STRAUSS, A. **The Discovery of Grounded Theory**: strategies for qualitative research. Chicago: Aldine, 1967.

<sup>46</sup> VIDICH, A. Participant observation and the collection and interpretation of data. **The American Journal of Sociology**. v. 60, n. 4, p. 354-360, 1955.

<sup>47</sup> THIOLENT, M. **Pesquisa-ação nas organizações**. São Paulo: Ed. Atlas, 1997.

<sup>48</sup> ARGYRIS, C.; PUTNAM, R.; SMITH, D. M. **Action science**: concepts, methods and skills for research and intervention. New York: Jossey Bass, 1985. Disponível em: [http://www.actiondesign.com/action\\_science](http://www.actiondesign.com/action_science). Acesso em: 29/05/2007.

<sup>49</sup> AVISON, D.; LAU, F.; MYERS, M.; NIELSEN P. A. **Action research**. Communications of the ACM, jan. 1999, v. 42, n. 1. Disponível em: <http://www.cs.vu.nl/~gordijn/QRM/lib/CACM-Action%20Research-AvisonJan1999.pdf>. Acesso em: 01/08/2007

<sup>50</sup> ADLER, P. A.; ADLER, P. Observational techniques. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **Handbook of qualitative research**. California: Sage Publications, 1994.

<sup>51</sup> KAWULICH, B. B. Participant observation as a data collection method. **Forum: Qualitative Social Research** [On-line journal]. v. 6, n. 2, art. 43. 2005. Disponível em: <http://www.qualitative-research.net/fqs-texte/2-05/05-02-43-e.htm>. Acesso em: 23/05/07.

entrevistas, Dencker (2007) sinaliza-a como um modo de expressão verbal entre duas ou mais pessoas, com uma estrutura previamente estabelecida. E as entrevistas semiestruturadas ou semipadronizadas para a autora são basicamente um diálogo entre o entrevistador e o entrevistado, de modo a permitir a utilização de perguntas anteriormente elaboradas, no entanto, podem ser adaptadas no momento da realização da pesquisa (DENCKER, 2007).

Para Gil (2002, p. 115) um “formulário pode ser definido como a técnica de coleta de dados em que o pesquisador formula questões previamente elaboradas e anota as respostas”. Ainda para o autor, indiferente ao instrumento de pesquisa utilizado, faz-se importante a lembrança que os dados serão obtidos sob a ótica do entrevistado. Culminando com limitações nos resultados da pesquisa (GIL, 2002).

### 5.3 DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE PESQUISA

A figura 16 foi indicada com intuito de ilustrar a localização dos pontos onde ocorreu a pesquisa de campo. A aplicação dos formulários ocorreu no período de 13 a 15 de outubro de 2015, um dia para cada local (1, 2 e 3). A entrevista com a representante do IDEFLOR e com as moradoras ocorreu no dia 27 de outubro. E a entrevista com a representante do DETUR, no dia 30 de outubro.

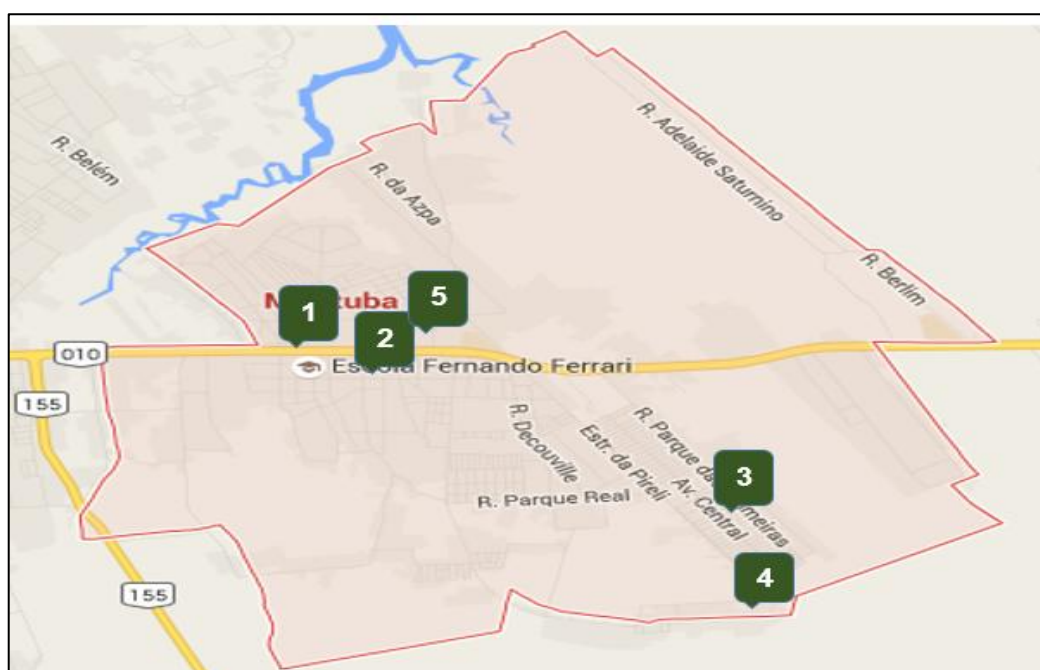


FIGURA 16 – LOCALIZAÇÃO DO LOCAIS DE REALIZAÇÃO DA PESQUISA DE CAMPO

FONTE: GOOGLE MAPS, 2015.

Locais de aplicação de pesquisa de campo:

- 1- Mercado Municipal de Marituba  
Rodovia BR-316 Km 10, s/n.
- 2- Praça Matriz de Marituba  
Avenida Fernando Guilhon, s/n.
- 3- Bairro da Pirelli  
Bairro localizado próximo ao pórtico de entrada do REVIS.
- 4- Refúgio de Vida Silvestre Metrópole da Amazônia – Vila Três Marcos.  
A pesquisa foi realizada no REVIS na área pertencente ao município de Marituba.
- 5- Departamento de Turismo de Marituba  
Rua do Fio, nº 10, centro.

#### 5.4 TABULAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Com o intuito de analisar os resultados obtidos, por meio da pesquisa de campo utilizou-se o quadro produzido pela Universidade Anhembi Morumbi, onde estão apresentadas as fases de elaboração dos dados, que foi utilizado como modelo para a análise dos dados deste estudo.

FASES DA ELABORAÇÃO DOS DADOS	
SELEÇÃO	De posse do material coletado, o pesquisador deve submetê-lo a uma verificação crítica, a fim de detectar falhas ou erros, evitando informações confusas, distorcidas, incompletas, que podem prejudicar o resultado da pesquisa. É o exame detalhado dos dados coletados, também chamado de crítica dos dados.
CODIFICAÇÃO	É a técnica utilizada para categorizar os dados que se relacionam. Isto é, os dados são agrupados em categorias e depois codificados. Codificar significa transformar o que é qualitativo em quantitativo, para facilitar não só a tabulação dos dados, mas também sua comunicação.
TABULAÇÃO	Consiste na disposição dos dados em tabelas, possibilitando a visualização das inter-relações entre eles, o que facilita a sua compreensão e interpretação. Os dados são classificados pela divisão em subgrupos e reunidos de modo que as hipóteses possam ser comprovadas ou refutadas.

## QUADRO 5 – TABULAÇÃO DOS DADOS

FONTE: UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI, METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA, 2004.

A codificação dos formulários seguiu este padrão com o objetivo de facilitar a representação dos dados coletados. Infere-se que “todas as etapas da coleta de dados devem ser esquematizadas para facilitar o desenvolvimento da pesquisa e assegurar uma ordem lógica na execução das atividades” (UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI, 2004).



## 6 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Considerando as discussões sobre a análise de atividades turísticas em unidades de conservação, na perspectiva de uma observação e realização de pesquisa utilizando como base a estratégia fenomenológica, optou-se por coletar os dados em cinco etapas: realização do inventário do REVIS, aplicação dos formulários, realização das entrevistas, fazer um diagnóstico da situação atual do REVIS por meio da análise SWOT e fazer uma proposta de melhoria para o REVIS.

### 6.1 INVENTARIAÇÃO DA OFERTA TURÍSTICA DO REVIS METRÓPOLE DA AMAZÔNIA

O inventário da oferta turística do REVIS Metrópole da Amazônia foi realizado com o intuito de fornecer informações atualizadas das condições da localidade. O formulário foi aplicado durante a pesquisa de campo, no mês de outubro de 2015.

#### 6.1.1 Informações Gerais

A unidade de conservação caracterizou-se no formulário de inventariação da oferta turística, como C.1.6 Unidades de conservação e similares e subtipos - C.1.6.7 - Refúgio de vida silvestre.

As informações gerais disponibilizam que o refúgio está localizado na região turística Belém, em área urbana, sendo uma unidade de gestão pública estadual. A entidade mantenedora, possuindo o seguinte endereço eletrônico: <http://ideflorbio.pa.gov.br/unidadesdedeconservacao/regiaoadministrativadebelem/refugio-de-vida-silvestre-metropole-da-amazonia/>. Onde os visitantes podem solicitar a ficha de solicitação de visita do REVIS.

#### 6.1.2 Funcionamento

Constatou-se que o REVIS não possuía estrutura de visita, sua finalidade vigente de visita estava sendo a pesquisa, com agendamento obrigatório, com a opção de ser guiada ou autoguiada e com entrada gratuita. A UC possuía uma guarita e uma portaria principal, o atendimento ao público dependia do organizador

da visita. O REVIS funcionava o ano inteiro, de segunda a sexta, tendo como principal público frequentador estudantes, todavia para a observação dos atrativos de fauna e flora os meses de novembro a abril são os mais indicados, por ser o período conhecido como inverno amazônico.

Constatou-se por meio da aplicação da entrevista que a gestão não tem um levantamento do fluxo de visitantes, e também não possui o levantamento dos meses que poderiam ser classificados como de alta temporada para o refúgio. Segundo a entrevistada estimasse que a origem dos visitantes, em sua maioria estudantes, seja estadual.

### 6.1.3 Acesso

Em relação ao acesso ao REVIS, o caminho não possuía sinalizações turísticas e as sinalizações de trânsito se encontravam precárias. A Rua da Pirelli se localizando entre o Posto de gasolina Pombal e a Empresa New Holland Construction (FIGURA 17), a rua estava pavimentada até o próximo a entrada do



cemitério (FIGURA 18).

FIGURA 17 - INÍCIO DA RUA DA RUA DA PIRELLI  
FONTE: GOOGLE MAPS, 2015.



FIGURA 18 - FINAL DA RUA DA RUA DA PIRELLI  
FONTE: GOOGLE MAPS, 2015.

Nas proximidades foram encontrados bares, um cemitério, pequenos comércios, posto médico e uma farmácia. E no perímetro próximo a entrada na Rua da Pirelli, no km 17, encontravam-se dois hotéis de pequeno porte.

A unidade encontra-se distante a 21,5 km do Aeroporto Internacional de Belém Brigadeiro Protásio de Oliveira, 23,5 km do Terminal Rodoviário de Belém, 4 km de um ponto de táxi, e 3 metros de um ponto de ônibus. Os pontos de referência foram a Rua da Pirelli e o Cemitério Parque das Palmeiras.

O estado geral de conservação estava ruim. A UC não possuía acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida ou deficiência. Foram catalogadas três linhas de transporte público na proximidade da UC, Cidade Nova – Marituba Pirelli, Pátio Belém – Marituba Pirelli e Beija Flor – Marituba Pirelli.

No tocante às características físicas do refúgio optou-se por apresenta-las no capítulo de apresentação do cenário de estudo, nos tópicos: 2.2 características ambientais e 2.3 aspectos socioeconômicos da população residente do Refúgio de vida silvestre metrópole da Amazônia.

## 6.2 RESULTADOS DA APLICAÇÃO DOS FORMULÁRIOS

A aplicação dos 45 formulários (APÊNDICE 1) objetivou verificar o interesse da população do município de Marituba, representada por uma amostra não probabilística por conveniência, em realizar atividades turísticas de cunho ambiental no REVIS Metrópole da Amazônia. Nos formulários foram investigados: a idade, sexo, tempo de moradia, conhecimento sobre a existência da unidade de conservação, interesse em visitar e quais atividades poderiam ser realizadas na localidade. Os entrevistados foram escolhidos de modo aleatório, e responderam ou não o formulário de acordo com a sua disponibilidade de tempo no momento da aplicação da pesquisa.

QUADRO 6 - PERGUNTA: QUAL SUA IDADE?

Fatores de escolha	Frequência
15 a 18 anos	7
19 a 30 anos	24
31 a 50 anos	10
50 ou mais	4

Fonte: pesquisa de campo, 2015.

Houve uma participação expressiva de entrevistados na faixa etária entre 19 a 30 anos, acredita-se que este fato tenha ocorrido relacionado ao fato de os locais pesquisados serem em uma região de comércio. Também constatou-se ser mais fácil obter respostas do formulário na faixa etária de 31 a 50 anos. Infere-se que as faixas etárias mencionadas anteriormente, apresentaram indisponibilidade por estar trabalhando no momento da aplicação da pesquisa.

QUADRO 7 - PERGUNTA: QUAL SEU SEXO?

Fatores de escolha	Frequência
Feminino	27
Masculino	18

Fonte: pesquisa de campo, 2015.

A partir das informações coletadas provenientes dos entrevistados, ocorreu uma maior participação feminina na realização da pesquisa, em relação à participação masculina. No que diz respeito aos locais de aplicação da pesquisa, no

Mercado Municipal ocorreu a entrevista de 11 homens, na Praça de 5 homens e apenas 2 no Bairro da Pirelli.

**QUADRO 8 - PERGUNTA: HÁ QUANTO TEMPO MORA NO MUNICÍPIO DE MARITUBA?**

<b>Fatores de escolha</b>	<b>Frequência</b>
Menos de 1 ano	5
1 a 5 anos	7
6 a 10 anos	13
11 ou mais	20

Fonte: pesquisa de campo, 2015.

A partir da aplicação dos formulários foi observado que a maioria dos entrevistados habitavam o município há menos de 10 anos. No entanto, inferiu-se ser tempo suficiente para conhecer o REVIS.

**QUADRO 9 - PERGUNTA: CONHECE OU JÁ OUVIU FALAR DO REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE METRÓPOLE DA AMAZÔNIA (ÁREA DA PIRELLI)?**

<b>Fatores de escolha</b>	<b>Frequência</b>
Não	16
Sim	29

Fonte: pesquisa de campo, 2015.

Os entrevistados que responderam não conhecer o REVIS em sua maioria mencionaram morar no município de Marituba há menos de 5 anos, correspondendo a 12 entrevistados, entretanto 3 entrevistados mencionaram ser moradores há mais de 11 anos, também não conheciam e apenas 1 entrevistado morador há mais de 6 e menos 10 anos, respondeu não conhecer o REVIS. Em relação aos 29 entrevistados que responderam conhecer o REVIS, estes ainda não realizaram atividades no local.

**QUADRO 10 - PERGUNTA: GOSTARIA DE CONHECER O LOCAL?**

<b>Fatores de escolha</b>	<b>Frequência</b>
Não	8
Sim	37

Fonte: pesquisa de campo, 2015.

O interesse em conhecer o REVIS mostrou-se significativo, com 37 dos entrevistados declarando interesse em visitar a localidade. Em relação aos 8 dos

entrevistados que optaram por não conhecer a localidade, afirmaram preferirem realizar outros tipos de atividades.

**QUADRO 11 - PERGUNTA: QUAL ATIVIDADE TERIA INTERESSE EM PRATICAR NA LOCALIDADE?**

<b>Fatores de escolha</b>	<b>Frequência</b>
Observação da natureza	10
Arvorismo	14
Cicloturismo	22
Trilhas interpretativas	26
Educação Ambiental	27
Caminhada	30
Safári Fotográfico	32
Total de respostas	161

Fonte: pesquisa de campo, 2015.

As atividades propostas para a unidade de conservação foram retiradas do inventário para oferta turística, na categoria de atrativos naturais, elaborado pelo Ministério do Turismo (MTUR, 2015). Os entrevistados que responderam estar interessados em realizar atividades no REVIS puderam escolher quais atividades gostariam de praticar na localidade. A atividade mais expressiva foi o Safári fotográfico, estimando-se que isso tenha ocorrido devido ao fato de ter sido realizado recentemente uma atividade semelhante no município.

As atividades apresentadas para os entrevistados são consideradas de pouco impacto para a unidade de conservação, e foram apontadas como possíveis atividades em atrativos naturais pelo inventário para a oferta turística, criado pelo Mtur.

#### a) Observação da Natureza

Segundo o glossário de turismo (2015), a observação da natureza trata-se de uma atividade voltada para a contemplação de espécies particulares (aves, borboletas, orquídeas etc.). Neste sentido a Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura (ABETA) (2011) classifica a observação da natureza como:

Prática de observar uma área natural ou especificamente algum ou alguns de seus elementos como as aves e os mamíferos. A origem de tal atividade repousa no chamado safári fotográfico, o qual começou por volta dos anos sessenta e ainda é muito comum, notadamente no continente africano onde a mastofauna (mamíferos) permite melhores registros fotográficos. A crescente conscientização ecológica, que implica a preservação de áreas naturais, propicia o fomento dessa atividade de observação, cujas subdivisões são: observação de aves (birdwatching ou birding), observação de baleias (whalewatching) e golfinhos, observação de orquídeas, observação de borboletas, observação de paisagens (landscape watching) e safári fotográfico.

A ABETA (2011) cita os Estados Unidos, Alemanha, Espanha e Japão como locais em que mais se praticam esta modalidade. Enfatiza ser uma modalidade com potencial econômico e com um interesse crescente por parte dos turistas. Além de ser de baixo impacto para o ecossistema onde será praticada.

#### b) Arvorismo

Segundo o documento Turismo de aventura: orientações básicas (2010), a atividade de arvorismo se refere ao deslocamento por percurso em altura instalado em árvores ou em outras estruturas. No entanto a ABETA utiliza o conceito proveniente da ABNT (2010) que define arvorismo como:

[...] locomoção por percursos em altura instalados em árvores ou em outras estruturas”, apresentando diferentes níveis de dificuldade, conhecido também como arborismo, high rope courses, canopy tour ou canopy walking. A atividade oferece ao indivíduo a possibilidade de percorrer um circuito de habilidades em altura e integrar-se com o meio ambiente natural em locais considerados até então inatingíveis, permitindo a apreciação da fauna, flora e paisagem.

Ainda no entendimento da ABETA (2011) a classificação de arvorismo se divide em duas: o acrobático e o contemplativo. O acrobático, é mais utilizado no Brasil, caracteriza-se como uma atividade com maior dificuldade e o contemplativo oferece um grau menor de dificuldade.

#### c) Cicloturismo

Para Turismo de aventura: orientações básicas (2010), o cicloturismo concerne à atividade de turismo que tem como foco a realização de percursos com o uso de bicicleta, que pode envolver pernoite.

Segundo a ABETA (2011) é caracterizada como uma atividade do turismo que tem percurso de bicicleta como principal componente. Deste modo os passeios podem ser classificados como de curta duração e longa duração.

Os passeios de curta duração acontecem, por exemplo, ao deslocar-se do entorno habitual de vivência praticando o turismo nas proximidades, sem pernoite, como passeios em atrativos turísticos organizados (por exemplo, em resorts que oferecem a atividade). Já nos passeios de longa duração, o principal propósito da viagem é a experiência em percorrer percursos longos desfrutando os destinos turísticos e as características do próprio caminho/percurso, sendo que ela pode ter uma única base como local de estada ou pode ainda haver deslocamento ao longo do trajeto com múltiplos meios de hospedagem (ABETA, 2011, p. 63).

#### d) Trilhas interpretativas

De acordo com Ecoturismo: orientações básicas (2008), a realização de trilhas interpretativas estabelece um conjunto de vias e percursos com finalidade educativa. As mesmas podem ser guiadas ou autoguiadas, e com diferentes graus de dificuldade, que poderão necessitar de sinalização específica e de apoio de condutores.

A respeito do propósito de realização de trilhas interpretativas, Aguiar *et al.* (2010) evidenciam que são medidas que fomentam a busca por experiências de visitas enriquecedoras e que têm por objetivo manter a conservação do ambiente natural através da sensibilização do visitante. Proporcionam também modos de inclusão das comunidades locais na tomada de decisões de atividades, no aumento do sentimento de pertencimento a uma região, na autoconfiança e autoestima. Para finalizar o planejamento de trilhas interpretativas tornou-se um método que tem por finalidade a conservação dos recursos de fauna e flora e valorização da comunidade local, no entanto, necessita que sejam realizados estudos que integrem atores governamentais e não-governamentais da sociedade, além da análise de leis e políticas da localidade. (AGUIAR *et al.*, 2010).

Para Rocha, Barbosa e Abessa (2010) as finalidades das trilhas interpretativas são a maximização da sensação de bem estar e transmissão de conhecimentos tradicionais, ainda estando associadas tanto a atividades educacionais quanto a atividades de lazer. Os autores também mencionam que as trilhas são estratégias positivas de manejo de unidades de conservação, devido ao



fato de concentrar as atividades em áreas menos sensíveis da área protegida e assim diminuir os impactos causados pelo pisoteio e pela ocorrência de visitação.

Um benefício ao realizar trilhas interpretativas segundo Ferreira (2005)<sup>52</sup> *apud* Rocha, Barbosa e Abessa (2010) é disponibilizar aos visitantes o contato com locais preservados da área de proteção que só podem ser visitados por meio da prática de caminhadas. Sendo uma ferramenta de estímulo e sensibilização da relevância da conservação dos recursos naturais (ROCHA; BARBOSA; ABESSA, 2010). A respeito da prática os autores apontam que essa forma de educação ambiental apresenta umas das melhores relações entre custo e benefício sendo utilizada em diversos países.

#### e) Educação Ambiental

Educação Ambiental para Ecoturismo: orientações básicas (2008), consiste em estimular a sociedade a agir de modo ecologicamente equilibrado, valorizar atitudes que auxiliem para a sensibilização de manutenção ambiental, de modo individual e coletivo.

E na visão do Ministério do Meio Ambiente (2015, p.1):

São processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

De acordo com Vasconcelos (2003) práticas de educação ambiental associadas a programas de ecoturismo buscam sensibilizar o visitante a respeito da conservação de recursos naturais e culturais das localidades visitadas. No entanto, os visitantes buscam atividades de recreação, resultando em uma junção da educação e da recreação (VASCONCELOS, 2003). Para o autor (2003, p. 262) “Áreas naturais protegidas são locais ideais para implantação de programas educativos, uma vez que constituem fonte inesgotável de meios que facilitam o religar do homem a seu ambiente”.

---

<sup>52</sup> FERREIRA, L. E. C. **Estudo de Viabilidade de Implantação no Núcleo Pedro de Toledo, Parque Estadual da Serra do Mar – SP**. Monografia (Graduação em Ciências Biológicas, habilitação em Gerenciamento Costeiro). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Campus do Litoral Paulista. São Vicente, 2005, 74 p.

#### f) Caminhada

Nas características constantes em Ecoturismo: orientações básicas (2008) caminhadas são deslocamentos a pé com o objetivo de contemplação, usufruto e observação da fauna e flora, com possibilidade de interpretação. Na perspectiva da ABETA (2011) a caminhada é uma modalidade praticada por pessoas que buscam o convívio com a natureza e a observação de paisagens. Os participantes podem ser de idades diferentes e com pouco e muito preparo físico. Todavia para Santos *et al* (2011, p. 211) “Caminhadas simples de até 3-4 km não exigem preparo físico, apenas a definição de paradas para descanso e lazer”.

#### g) Safári Fotográfico

De acordo com Ecoturismo: orientações básicas (2008) o safári é caracterizado como um itinerário organizado para fotografar cenários singulares ou animais que podem ser realizados a pé ou com o auxílio de um meio de transporte. Entretanto Santos *et al* (2011, p. 211) em relação as características do safári fotográfico comenta que “pode ser realizado em todo e qualquer passeio, seja de barco, a cavalo ou à pé, ou em equipamentos especializados, como torres de observação. Exige-se técnicas de interpretação ambiental com guias naturalistas”.

### 6.3 RESULTADO DA APLICAÇÃO DAS ENTREVISTAS

Em relação aos critérios de escolha das entrevistas aplicadas com as duas moradoras do REVIS, foram baseados na disponibilidade das mesmas e realizadas na Vila Três Marcos, localizada na região pertencente ao município de Marituba. No tocante a entrevista realizada com a representante da gestão do REVIS, se deu com a responsável pelo uso público da unidade de conservação. E a respeito da última entrevista, buscou-se alguma atividade realizada no REVIS com a intenção de

ratificar o interesse em práticas na unidade, com isso optou-se por entrevistar um representante do DETUR-Marituba.

Os princípios abordados pela fenomenologia embasaram a construção do instrumento de pesquisa e a realização das entrevistas, com o intuito de representar a perspectiva dos moradores e gestores do REVIS em relação aos problemas ocorridos na localidade pesquisada. Boemer (1994) relata que a investigação de caráter fenomenológico não parte de um problema, e sim de uma interrogação. Por conseguinte Boemer (1994) utiliza Martins e Bicudo (1983)<sup>53</sup> que comentam que no momento em que o pesquisador for interrogado terá uma trajetória em direção ao fenômeno, naquilo que se manifesta por si, por meio de um indivíduo que viveu a situação.

A aplicação da pesquisa de campo buscou compreender o motivo de ainda não serem realizadas atividades turísticas no REVIS Metrópole da Amazônia, somente atividades de pesquisa. Objetivou compreender se o motivo desta ausência de atividades de cunho turístico seria o desconhecimento por parte da população do município de Marituba ou uma opção da gestão da unidade e de seus moradores pela não realização de tais práticas.

### 6.3.1 Entrevistas com moradoras do REVIS

No dia da realização das entrevistas, no dia 27 de outubro de 2015, apenas duas moradoras foram consultadas, tal número se justifica pela disponibilidade das moradoras em responder as perguntas elencadas no apêndice 3 desta pesquisa. A visita foi previamente agendada no IDEFLOR-Bio, e foi acompanhada por uma representante do instituto. As entrevistas com as moradoras ocorreram na Vila Três Marcos.

Na entrevista constavam seis perguntas, a primeira pergunta indagava o tempo de moradia na localidade, as respostas foram dois anos e quatro anos. A segunda pergunta abordava as dificuldades de morar no REVIS, as respostas foram a falta de manutenção das casas e insegurança. A terceira questionou se a fiscalização estava sendo suficiente para a conservação do local, a resposta da

---

<sup>53</sup> MARTINS, J.; BICUDO, M. A. V. **Estudos sobre existencialismo, fenomenologia e educação**. São Paulo: Moraes, 1983.

primeira entrevista foi sim, e da segunda em partes por ainda ocorrer extração de palmito por pessoas externas ao REVIS.

A quarta pergunta questionou a participação em capacitações com o órgão gestor da unidade, essas capacitações estão relacionadas à manutenção dos recursos naturais do REVIS e a respeito da elaboração do plano de manejo, ambas responderam ter participado. A quinta pergunta, objetivou investigar o interesse na realização de atividades turísticas no REVIS, as moradoras responderam ter interesse, e comentaram sobre a realização de visitas organizadas pelo IDEFLOR-Bio e pelo antigo órgão gestor da unidade, a SEMA. A última pergunta solicitou a identificação dos locais mais bonitos do REVIS na perspectiva das moradoras, a vila, os igarapés, a mata e os animais foram as respostas.

#### 6.3.2 Entrevista com a Bacharel em Turismo responsável pelo uso público do REVIS

A entrevista (APÊNDICE 2) com a representante do IDEFLOR-Bio também ocorreu no dia 27 de outubro de 2015, foi composta de onze perguntas. Sendo estas acerca da previsão de elaboração do plano de manejo e se as comunidades locais seriam retiradas, maiores dificuldades de gestão, relacionamento com os moradores, mudanças na fauna e flora da localidade, elaboração de plano de uso público e quais atividades seriam permitidas, uso público vigente do REVIS, atividades realizadas, controle de visitas, atividades turísticas que seriam permitidas, principais atrativos e fluxo de visitantes.

Segundo a entrevistada, a criação e implantação do plano de manejo estava sendo cogitada para o ano de 2016. Com a contratação de uma empresa para a realização do plano. Os moradores não serão retirados da área, a entrevistada comentou que os moradores participaram dos projetos que estavam sendo elaborados para a localidade. No entanto, na Vila do Dique, localizada no município de Marituba, não existiam mais moradores.

No tocante, às dificuldades de gestão, a entrevistada comenta que a fiscalização e a falta de manutenção do patrimônio foram os principais problemas citados. O relacionamento com os moradores se dava por meio de reuniões com os moradores, e com o conselho gestor do REVIS. Essas reuniões eram realizadas de três a quatro vezes por ano. A respeito das mudanças na fauna e na flora,

mencionou não haver um levantamento sobre este tópico. No entanto, comentou que as espécies estavam se reproduzindo normalmente.

Comentou existir propostas de projetos para o uso público da UC, dentre estes projetos estava a de criação de um viveiro de Ararajuba (*Guaruba guarouba*), ave em risco de extinção, e encontradas na região amazônica; proposta de visitação de escolas ao REVIS; e quatro trilhas (Trilha do Seringal, Trilha do Quati, Trilha da Samambaia e Trilha da Estrada da Pirelli (13 km), exceto pela Trilha da estrada da Pirelli mencionou que as demais ainda não haviam sido medidas. A entrevistada disponibilizou a consulta do estudo realizado para a implantação da Trilha da Samambaia que foi desenvolvida por duas alunas de especialização do Programa Internacional de Formação de Especialistas em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas – Fipam XXV Curso Planejamento e Gestão Pública do Turismo e do Lazer, pertencente a Universidade Federal do Pará.

Para Sá e Palheta (2015) a região onde está localizado o REVIS é cortada por trilhas que serviam para o deslocamento da extração do látex, durante o período que a Fazenda da Pirelli ainda estava em funcionamento. Estas vias ainda existiam na UC e estavam sendo utilizadas para o acesso dos moradores e dos fiscais, e em uma escala menor para a extração do látex, também para a coleta extrativista vegetal por moradores locais e do entorno. A trilha recebeu o nome de Samambaia pela existência de espécies de samambaias, plantas do grupo Pteridófitas e indicadoras de preservação e conservação (SÁ; PALHETA, 2015).

Destaca-se a seguir, ilustrações de espécies encontradas no REVIS.



FIGURA 19- SAMAMBAIA CRESPA (*DVALIA FEJEENSIS*)  
FONTE: Sá e Palheta 2015.



FIGURA 20 - SAMAMBAIA (*BLECHNUM OCCIDENTALE*)  
FONTE: Sá e Palheta 2015.

Ainda segundo as autoras (2015) para a realização da trilha, fazia-se necessário chegar ao pórtico de entrada da UC para posteriormente percorrer 267 metros até a Vila Três Marcos (FIGURA 21).



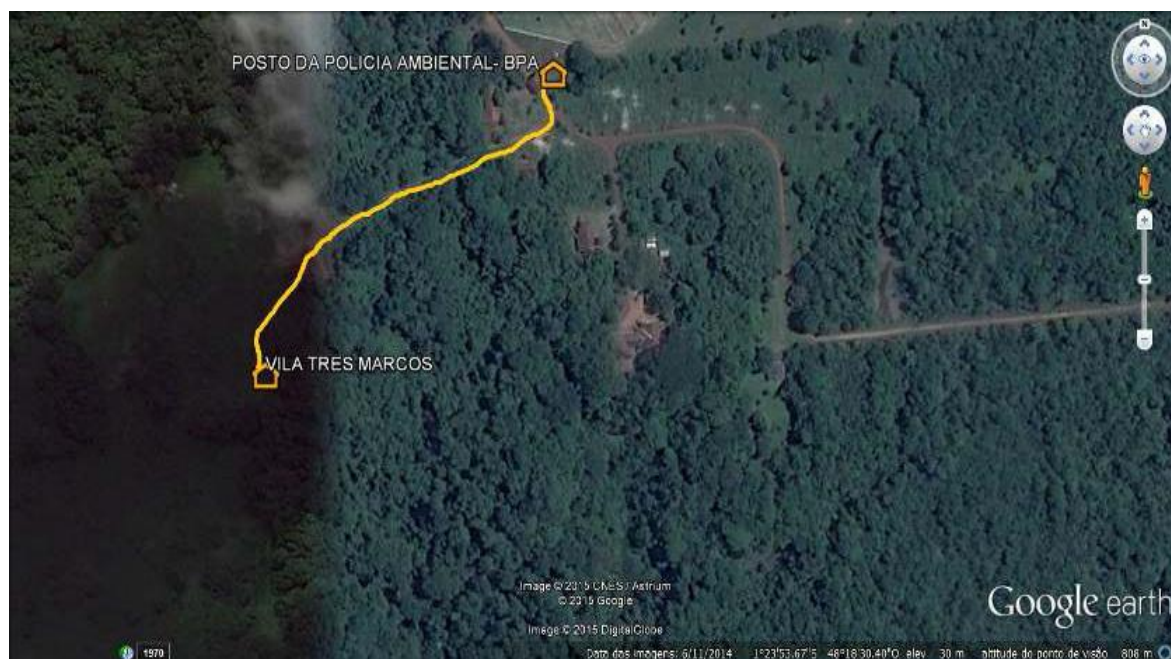
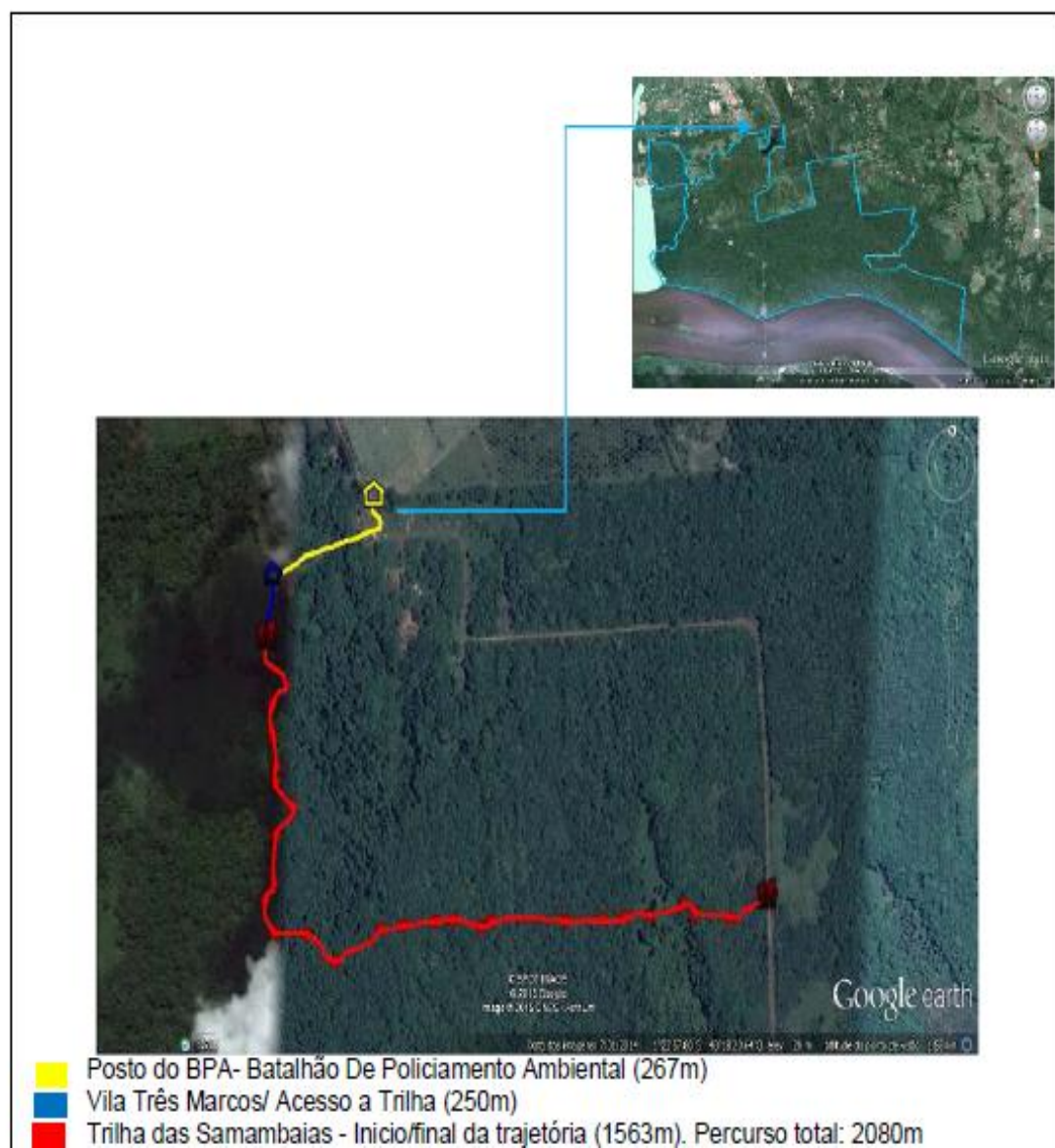


FIGURA 21 – ACESSO A VILA TRÊS MARCOS A PARTIR DO PÓRTICO DE ENTRADA DO REVIS  
FONTE: Sá e Palheta 2015

Ao chegar à Vila Três Marcos ocorrerá mais um deslocamento de 250 m para, enfim,



chegar ao ponto inicial da trilha, a trilha é finalizada na Vila do Dique. A extensão da trilha é de 1563 metros, caracterizada como trilha linear, e de intensidade leve (SÁ; PALHETA, 2015).

FIGURA 22 – LOCALIZAÇÃO DA TRILHA DA SAMAMBAIA

FONTE: Sá e Palheta 2015

A figura 22 representa a trajetória da Trilha da Samambaia em relação ao posto do Batalhão de Polícia Ambiental, a passagem pela Vila Três Marcos e a finalização da trilha na Vila do Dique.

Em relação às demais trilhas, a entrevistada indicou que a informações ainda eram preliminares, e que estudos e medições estavam ainda sendo realizadas. No entanto a extensão da Trilha da Estrada da Pirelli já havia sido definida e será um circuito de 13 km, permitindo a visitação mais abrangente do REVIS. Posteriormente, a Trilha do Seringal será em formato de atalho, terá a função de permitir o visitante vivenciar o processo de extração do látex, tendo a duração de 1h50m à 2h.

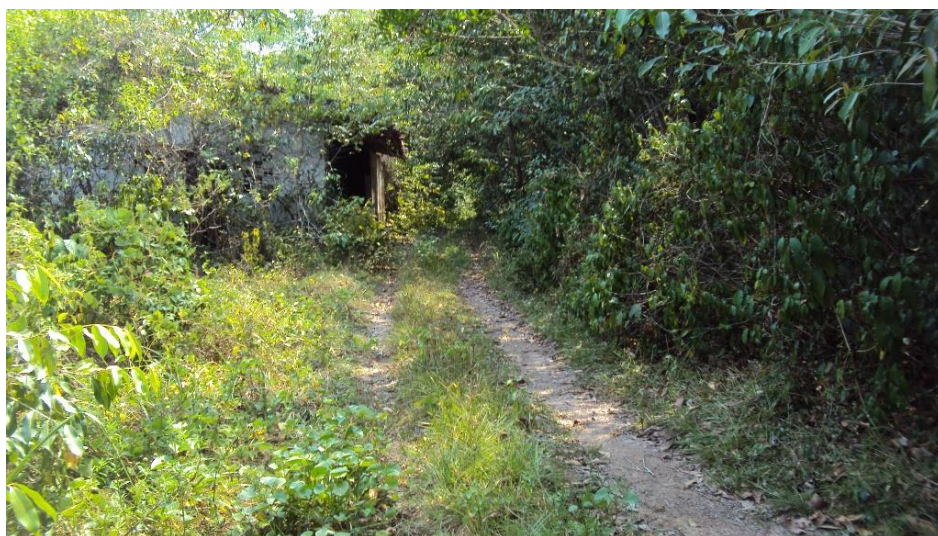


FIGURA 23 – PONTO DE INÍCIO DA TRILHA DO SERINGAL

FONTE: Castro, 2015

No tocante à Trilha do Quati, esta será em formato de círculo, com início e término na Vila Três Marcos. O trajeto da trilha do Quati e da Samambaia serão os mesmos, todavia com enfoques diferentes. A entrevistada comentou existir interesse por parte da gestão do REVIS em realizar atividades com escolas dos municípios próximos ao REVIS. Para a entrevistada, tanto a trilha do Quati quanto a do Seringal possuem atrativos para a realização de atividades interpretativas.



O uso público vigente estava se caracterizando por visitas para a realização de pesquisas acadêmicas, visitas realizadas pelo IDEFLOR-Bio e raramente para a realização de passeios turísticos. Citou o evento Marituba in pixels, organizado pela Secretaria de Turismo de Marituba, que foi um concurso fotográfico tendo um dos seus cenários o REVIS Metrópole da Amazônia.

Dentre as atividades realizadas no REVIS, mencionou atividades de cunho e educacional, ambiental, fiscalização e pesquisa. No momento ao qual foi questionada sobre o controle destas visitas, relatou não existir uma catalogação de visitas, entretanto estas deveriam ser autorizadas pelo IDEFLOR-Bio.

Também foi comentado pela entrevistada, a proposta de reformar a antiga escola do local para servir de centro de visita, com área para descanso e alimentação dos visitantes (FIGURA 24). Mencionou que a realização de atividades turísticas serão permitidas no REVIS, mas apenas atividades que estiverem de acordo com o plano de manejo a ser criado. Os principais atrativos na visão da entrevistada são fauna e flora do local. E finalizando, o fluxo de visitantes estava se dando majoritariamente por estudantes com o intuito de realizar pesquisas.



FIGURA 24 – ÁREA INTERNA DA ANTIGA ESCOLA DA LOCALIDADE  
FONTE: Castro, 2013

### 6.2.3 Entrevista com uma representante do Departamento de Turismo de Marituba

A entrevista ocorreu no dia 30 de novembro de 2015, onde aplicou-se o formulário de entrevista (APÊNDICE 4) e objetivou a coleta de dados para analisar a motivação de escolha do REVIS Metrópole da Amazônia. Deste modo, a entrevistada relatou que o motivo de escolha do REVIS, foi a existência de apenas dois Refúgios de vida silvestre no Bioma Amazônia, também por ser a única unidade de conservação no município e ser pouco conhecida por seus moradores. Além do histórico de extração de látex ocorrida no local e da relevância histórica da localidade para o município.

Foram realizadas duas visitas no REVIS Metrópole da Amazônia, a primeira com 20 participantes e a segunda com 30. Sendo a última amplamente divulgada no município e na mídia social da secretaria (FIGURA 25). Em relação às parcerias somente ocorreu com o IDEFLOR-Bio e não com as demais secretarias de turismo dos municípios de que continham áreas pertencentes ao REVIS.



FIGURA 25 - DIVULGAÇÃO DO CONCURSO FOTOGRÁFICO  
 FONTE: Departamento de Turismo de Marituba, 2015.



FIGURA 26 - REALIZAÇÃO DO CONCURSO FOTOGRÁFICO.  
 FONTE: Departamento de Turismo de Marituba, 2015.

#### 6.4 ELABORAÇÃO DE MATRIZ SWOT DO REVIS METRÓPOLE DA AMAZÔNIA

No entendimento de Dantas e Melo (2008) a abordagem SWOT é caracterizada como um sistema simples, utilizado para a verificação do posicionamento estratégico de um empreendimento, neste contexto, de um segmento. Em relação ao significado das siglas, os autores relatam (2008, p. 120) que:

É uma sigla oriunda do inglês e é um acrônimo de Forças (Strengths), Fraquezas (Weaknesses), Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats). Assim, esta metodologia torna-se uma ferramenta ideal no processo de gestão e monitoramento do turismo de uma determinada localidade, tendo sua autoria creditada a dois professores da Harvard Business School: Kenneth Andrews e Roland Christense.

Por conseguinte os autores relatam a estrutura da Matriz SWOT, também conhecida no Brasil como FOFA, como uma concepção de matriz na qual é necessária a definição de parâmetros para a realização posterior da análise das variáveis (DANTAS; MELO, 2008). Para Mariani *et. al* (2014) na compreensão dos

componentes da SWOT, as maneiras de utilização com intuito estratégico são inúmeras e atendem a finalidade ao qual se dispõe.

Neste contexto, a SWOT foi utilizada para elencar as forças, oportunidades, fraquezas e ameaças encontradas no REVIS Metrópole da Amazônia e no acesso até o local. A análise foi estabelecida no momento da visitação ao REVIS, e por informações provenientes da pesquisa bibliográfica e documental.

Para Dantas e Melo (2008) posterior ao conhecimento das limitações e dos pontos positivos por meio da matriz SWOT, em relação ao local estudado para a realização de atividades turísticas, as variáveis devem dispor um diagnóstico prévio dos procedimentos que deverão ser fomentados para a conservação e realização de atividades turísticas.

<p style="text-align: center;"><b>FORÇAS (S)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Recursos de fauna e flora.</li> <li>• Patrimônio histórico.</li> <li>• Cultura popular.</li> <li>• Tradição da extração do látex.</li> <li>• Única unidade de conservação no município.</li> </ul>	<p style="text-align: center;"><b>FRAQUEZAS (W)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Atividades não condizentes com os objetivos de criação do REVIS.</li> <li>• Número insuficiente de fiscais em relação ao tamanho da unidade de conservação.</li> <li>• Ausência de infraestrutura para visitação.</li> <li>• Utilização inadequada do local.</li> <li>• Desmatamento.</li> <li>• Saída dos moradores.</li> </ul>
<p style="text-align: center;"><b>OPORTUNIDADES (O)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Interesse da população do entorno em visitar o local.</li> <li>• Parcerias com Secretarias de Turismo, educação e Meio ambiente dos municípios do entorno da unidade de conservação.</li> <li>• Manutenção do patrimônio histórico e ambiental.</li> <li>• Elaboração do plano de manejo e uso público.</li> <li>• Divulgação da unidade de conservação.</li> <li>• Elaboração de roteiros na unidade.</li> </ul>	<p style="text-align: center;"><b>AMEAÇAS (T)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta do plano de manejo e plano de uso público.</li> <li>• Crescimento urbano.</li> <li>• Invasões.</li> <li>• Estado de conservação precário do patrimônio histórico.</li> <li>• Necessidade de priorizar ações nas áreas de turismo na unidade de conservação.</li> <li>• Estradas não sinalizadas.</li> <li>• Deficiência de dados sobre o fluxo turístico local.</li> </ul>

QUADRO 12 – MATRIZ SWOT DO REVIS METRÓPOLE DA AMAZÔNIA  
 FONTE: Elaborado pela autora, 2015.

Os pontos elencados na matriz evidenciam o atual estado do REVIS, sendo sua força caracterizada principalmente pelos recursos naturais e o potencial histórico pertinente ao período de extração do látex na localidade e o que este momento histórico representou para a região amazônica. Outro fator relevante comprovado no momento de aplicação dos formulários, foi o interesse da população do entorno em visitar o local.

No tocante as fraquezas, as atividades não condizentes a conservação do REVIS praticadas pelos moradores da unidade é ponto mais prejudicial, no momento da realização da pesquisa de campo não foi possível identificar quais moradores praticam tais atividades, a realidade está caracterizada pela insuficiência de fiscais em relação ao tamanho da UC, também pelas invasões e pelo crescimento urbano. A falta de fiscalização suficiente causa a saída dos moradores, por receio de invasões.

As oportunidades se caracterizam pelo interesse dos moradores em conhecer o REVIS, esse interesse foi confirmado pela aplicação dos formulários. Também estima-se que a realização de parcerias com secretarias seria benéfico a unidade. Com o intuito de ratificar esta oportunidade, utiliza-se o roteiro elaborado pela Secretaria de Turismo de Marituba que promoveu a divulgação da UC no município de Marituba e nos municípios próximos, além de ter possibilitado a visitação do local.

E as ameaças se configuram por meio da falta de infraestrutura para a visitação da unidade, falta do plano de manejo, a falta de informações atualizadas dos recursos provenientes do Refúgio, fiscalização insuficiente que culmina na prática de atividades incompatíveis com o objetivo de conservação ambiental da UC e também ao crescimento urbano, que indiretamente está associado às invasões.

## 6.5 PROPOSTAS DE MELHORIAS PARA O REVIS METRÓPOLE DA AMAZÔNIA

A partir da aplicação da coleta de dados e das observações realizadas na localidade e da análise SWOT, foram elaboradas propostas para a melhoria do refúgio:

1ª - Elaboração e implantação do plano de manejo e plano de uso público do REVIS, para posterior implantação de atividades no local. Isso, por meio da realização de parcerias com as universidades e cursos técnicos locais com o objetivo de favorecer a realização de estudos que culminem com informações atualizadas da fauna e flora do REVIS e que possam ser utilizadas no processo de realização e implantação do plano de manejo.

2ª - Realização de parcerias com as Secretárias de Meio Ambiente, Educação e Turismo dos municípios com áreas pertencentes ao REVIS. A fim de consolidar parcerias que poderão refletir em auxílio para a manutenção do patrimônio local, fiscalização e divulgação das futuras atividades do REVIS.

3ª - Manutenção do patrimônio histórico local.

Exemplo: vilas dos moradores, igreja, casa de aviamento, balança, escola, entre outros. A possibilidade de abertura para investimentos de empresas locais no REVIS poderia ser um meio de conseguir auxílio financeiro para a realização dos reparos necessários no patrimônio local.

A partir da análise dos dados provenientes da pesquisa de campo e da análise SWOT, considerou-se que estas propostas estão adequadas para o fomento do refúgio em relação a manutenção do patrimônio histórico local e na possibilidade de atrair visitantes para o local estudado.

O próximo capítulo irá tratar dos resultados do estudo, da resposta encontrada para o problema de pesquisa e a conclusão desta análise.



## 7 CONCLUSÃO

O objetivo do presente estudo foi de analisar o potencial turístico para a localidade, a fim de identificar a possibilidade de propor o estabelecimento de atividades que associassem os interesses da população local, gestores e visitantes. Para este fim o levantamento de dados relacionados à avaliação do potencial turístico remeteu às diferenças estruturais, naturais, econômicas e sociais das diversas unidades de conservação do Brasil. Outro ponto relevante é a necessidade de implementação de infraestrutura turística para iniciar a prática de tais atividades e assim utilizar de modo menos impactante o vasto potencial tão propagado dos biomas brasileiros e a proporcionar a vivência entre homem-natureza.

Outro fator relevante desta pesquisa foi a verificação de que das 33 unidades de conservação, da categoria investigada, apenas 1 possuía plano de manejo. Infere-se com esta informação que as unidades de conservação estão sendo criadas, no entanto seu plano de manejo demora a ser desenvolvido, podendo causar impactos negativos para os moradores locais, aos atrativos e recursos naturais da localidade.

A fim de verificar a possibilidade de fomento de atividades turísticas na Região Metropolitana de Belém, neste estudo se buscou apresentar como estava ocorrendo o processo de planejamento ambiental para atividades turísticas em unidades de conservação. Logo, neste estudo se objetivou também investigar qual a perspectiva do planejamento ecoturístico em relação aos elementos ambientais e sociais de UCs. Por conseguinte, se observou a estrutura de criação de UCs no Brasil e a inventariação de dados para a proposição de atividades turísticas no REVIS Metrópole da Amazônia.

No entanto, infere-se que para a realização de atividades de cunho turístico em áreas naturais se faz necessário uma investigação do uso público e turístico das localidades. Em virtude dos dados mencionados é imprescindível que seja realizado levantamento prévio para a proposta de atividades turísticas. No caso do REVIS Metrópole da Amazônia, os estudos técnicos acerca dos aspectos ambientais já foram realizados. Todavia, considerou-se de interesse para este estudo verificar por meio de entrevistas com uma amostra dos residentes a relevância desta atividade.

Em um primeiro momento, neste estudo observa-se a possibilidade de proposição de trilhas interpretativas no Refúgio, no entanto por falta do plano de

manejo, e conseqüentemente, do plano de uso público, essa possibilidade foi refutada. Esta mudança no decorrer da realização da pesquisa de campo provou ser correta, por valorizar a análise prévia da atratividade dos recursos presentes na UC.

A análise foi fundamentada na explanação das características do refúgio, processo de criação de unidades de conservação, legislação federal de unidades de conservação, legislação na Amazônia, legislação no Pará, planejamento ecoturístico em unidades de conservação, uso público e uso turístico de unidades de conservação, interpretação ambiental, processos de avaliação de potencial turístico, procedimentos metodológicos e análise dos resultados. Acredita-se que este seja um modo coerente de apresentação de informações, que possibilitem o entendimento proposto pelo presente estudo.

Subsequentemente alguns dos capítulos apresentados no decorrer da pesquisa, como os procedimentos metodológicos e a análise dos dados, proporcionaram as respostas buscadas no início do estudo, tais capítulos elencaram a realidade da unidade em âmbito local por meio da realização da pesquisa de campo, e também do contato com os gestores e moradores da unidade. Desse processo emergiu o conhecimento ilustrado nos resultados. Assim, aduz-se que o problema de pesquisa e as hipóteses foram respondidos, como também os objetivos propostos alcançados.

Por meio do problema de pesquisa apresentado: qual seria o motivo de não ocorrer regularmente atividade turísticas no Refúgio de vida silvestre metrópole da Amazônia, deduz-se com base na pesquisa de campo que tais visitas não estavam acontecendo de modo regular por falta de atividades, estrutura de visitação e organização de roteiros destinados ao refúgio. Esta afirmação está fundamentada nas respostas dos entrevistados que em sua maioria afirmaram saber da existência da unidade e tinham interesse em visitá-la, assim como pela observação realizada com a visitação *in loco*.

Em relação às hipóteses sobre falta de conhecimento da população e falta de interesse da gestão e comunidade local, as mesmas foram refutadas, devido ao resultado da pesquisa de campo que evidenciou que a maioria dos moradores de Marituba já havia ouvido falar do REVIS e pelo fato que a gestão da UC estava desenvolvendo projetos para a localidade. Apenas a hipótese relacionada a falta do plano de manejo e de uso público foi confirmada.



No que diz respeito ao objetivo geral e aos objetivos específicos, os mesmos foram alcançados por meio de pesquisa bibliográfica e execução das entrevistas e formulários.

Foi apresentado ainda o interesse dos moradores de Marituba em participar de atividades na unidade, a realização de um safári fotográfico na localidade, o interesse dos moradores locais em atividades turísticas no refúgio e os projetos direcionados a UC pelos gestores.

Indubitavelmente, constatou-se existir várias possibilidades de planejamento turístico para o Refúgio Metrópole da Amazônia, seja em âmbito de realização de atividades turísticas, ou seja, em âmbito acadêmico.

Ao concluir este estudo, verificou-se a necessidade de realização de mais visitas a unidade, esclarecendo-se que só foi possível visitar o local uma vez, esta visita durou cerca de cinco horas. Também deveria ter sido aplicado um formulário prévio, com o intuito de verificar a aplicabilidade das questões. Contudo acredita-se que os resultados deste estudo têm relevância, e espera-se que possam auxiliar pesquisas similares.

A serventia deste trabalho se relaciona às comunidades que vivem dentro do Refúgio de vida silvestre metrópole da Amazônia, como uma possibilidade de utilização do espaço. Também aos moradores do entorno da unidade como uma opção de lazer e aos gestores como uma possibilidade de gestão dos recursos e uso público.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, P. W.; PADUA, S. M.; GOMES, M. A. O.; UEZU, A. Subsídios para o planejamento de trilha no Parque Estadual da Serra Furada (SC). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 3, n. 3, 2010, p.498-527.
- ALBACH, V. M; GÂNDARA, J.M.G; HACK NETO, E; VIEIRA, V. B. O Pensamento de Lefebvre e os Usos e Consumos dos Espaços Turísticos. **Revista Hospitalidade**, São Paulo, v. xi, n. 1, 2012, p. 105-117.
- ALCANTARA, L. C. **Trilhas Interpretativas da Natureza**: Planejamento, Implantação e Manejo. 2007. 87 f. Monografia – Universidade de Brasília. Centro de Excelência em Turismo.
- ALMEIDA, M. P. R. **Observação de aves no refúgio de vida silvestre metrópole da Amazônia**: uma contribuição para a conservação ambiental da unidade e ao desenvolvimento turístico do estado do Pará. 2013. 134 f. Manaus: Dissertação – Instituto Nacional de pesquisa da Amazônia (INPA). Mestrado Profissional em Gestão de Áreas Protegidas na Amazônia.
- ALMEIDA, M.V. Matriz de Avaliação do Potencial Turístico de Localidades Receptora. **Revista Turismo em Análise**, v.20, n.3, dezembro 2009.
- ARRUDA, R. “Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. **Ambiente & sociedade**. Ano II, n. 5, p. 79-90, 2º semestre de 1999.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE ECOTURISMO E TURISMO DE AVENTURA. **Relatório de Impactos do Programa Aventura Segura** / ABETA e Ministério do Turismo. Belo Horizonte: Ed. dos autores, 2011. Disponível em:< [http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/noticias/todas\\_noticias/Noticias\\_download/ABETA\\_Relatorio\\_Impactos\\_PAS\\_2011.pdf](http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/noticias/todas_noticias/Noticias_download/ABETA_Relatorio_Impactos_PAS_2011.pdf)>. Acesso em: 09/11/2015.
- BARRETTO, M. Espaços públicos: usos e abusos. In: YÁZIGI, E; CARLOS, A. F. A; CRUZ, R. C. A. (Orgs.) **Turismo**: espaço, paisagem e cultura. Congresso internacional de geografia e planejamento do turismo “sol e território”. Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1995.
- BECKER, B. Políticas e Planejamento do turismo no Brasil. In: YÁZIGI, E; CARLOS, A. F. A; CRUZ, R. C. A. (Orgs) **Turismo**: espaço, paisagem e cultura. Congresso internacional de geografia e planejamento do turismo “sol e território”. Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1995.
- BENATTI, J. H. **Regularização Fundiária e o Ordenamento Territorial no Estado do Pará**. 2009.
- BIESEK, A. S; CARDOZO, F. Interpretação do patrimônio ambiental: o caso do parque nacional do Iguaçu (Foz do Iguaçu, PR). **CULTUR**, ano 6, n.4.

BOO, E. O planejamento ecoturístico para áreas protegidas. In: LINDBERG, K; HAWKINS, D. E. **Ecoturismo**: um guia para planejamento e gestão. 3 ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.

BRASIL. Decreto de 11 de junho de 2010. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/Dnn/Dnn12642.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Dnn/Dnn12642.htm)>. Acesso em: 07/12/2015.

BRASIL. Ministério do Turismo. Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/C.1.6\\_-\\_Unidade\\_de\\_Conservaxo.pdf](http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/C.1.6_-_Unidade_de_Conservaxo.pdf)>. Acesso em: 02/12/2015.

\_\_\_\_\_. Ministério do Turismo. **Ecoturismo**: orientações básicas. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. – Brasília: Ministério do Turismo, 2008.

\_\_\_\_\_. Ministério do Turismo. **Turismo de Aventura**: orientações básicas. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. – Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério do Turismo. **Ecoturismo**: orientações básicas. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. – Brasília: Ministério do Turismo, 2008.

\_\_\_\_\_. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. **Lei n º 9.985**, de 18 de julho de 2000.

CAPALBO, C. **Fenomenologia e Ciências Humanas**. Aparecida, São Paulo: Ideias & letras, 2008.

CARTER, J. **A sense of place**. Disponível em: <[https://portal.uni-freiburg.de/interpreteurope/service/publications/recommended-publications/carter\\_sense-of-place.pdf](https://portal.uni-freiburg.de/interpreteurope/service/publications/recommended-publications/carter_sense-of-place.pdf)>. Acesso em: 08/11/2015.

CASTRO, M. C. S. **Turismo em Unidades de Conservação**: Uma Proposta para o Refúgio de Vida Silvestre Metrópole da Amazônia. 2013. 105 f. Trabalho de Conclusão de Curso. Belém: Universidade Federal do Pará (UFPA). Curso de Bacharelado em Turismo.

COSTA, F. R. **Turismo e patrimônio cultural**: interpretação e qualificação. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2009.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CRITICAL ECOSYSTEM PARTNERSHIP FUND. Prioridades para Investimento do Fundo para Áreas Protegidas da Mata Atlântica. 2009. Disponível

em:<[http://www.cepf.net/Documents/Prioridades\\_de\\_Investimentos\\_IMAP.pdf](http://www.cepf.net/Documents/Prioridades_de_Investimentos_IMAP.pdf)>. Acesso em: 01/12/2015.

CUNHA, L. Avaliação do potencial turístico. **Journal of tourism studies**. v. 1, n. 1, 2008, p. 21-40. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/jts/article/view/22>>. Acesso em: 06/11/2015.

DADOS E FATOS: estudos, pesquisas e dados sobre o setor de turismo. Disponível em:<[http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/espaco\\_academico/glossario/detalhe/O.html](http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/espaco_academico/glossario/detalhe/O.html)>. Acesso em: 04/12/2015.

DANTAS, N. G. S.; MELO, R.S. O método de análise SWOT como ferramenta para promover o diagnóstico turístico de um local: o caso do município de Itabaiana / PB. **Caderno virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, 2008, p. 118-130. Disponível em: <<http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2014/05/turismo-e-metodo-swot.pdf>> Acesso em: 08/11/2015.

DENCKER, A. F. M. **Pesquisa em Turismo: planejamento, métodos e técnicas**. São Paulo: Futura, 2007.

DENCKER, A. Métodos e técnicas de pesquisa em turismo. 2 ed. São Paulo: Futura, 1998.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da Natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: NUPAUB-USP, 2001. Disponível em:<<https://raizesefrutos.files.wordpress.com/2009/09/diegues-o-mito-moderno-da-natureza-intocada.pdf>>. Acesso em: 01/07/2015.

DRUMMOND, J. A.; FRANCO, J. L. A; OLIVEIRA, D. **Uma análise sobre a história e a situação das unidades de conservação no Brasil**. Disponível em: <[http://www.academia.edu/9228513/Uma\\_an%C3%A1lise\\_sobre\\_a\\_hist%C3%B3ria\\_e\\_a\\_situa%C3%A7%C3%A3o\\_das\\_unidades\\_de\\_conserva%C3%A7%C3%A3o\\_no\\_Brasil](http://www.academia.edu/9228513/Uma_an%C3%A1lise_sobre_a_hist%C3%B3ria_e_a_situa%C3%A7%C3%A3o_das_unidades_de_conserva%C3%A7%C3%A3o_no_Brasil)>. Acesso em: 11/05/2015

ENDRES, A. V. **Ecoturismo na área de proteção ambiental de algodoal-Maiandeuá**. Belém: NAEA, 1996.

FIGUEIREDO, L. A. V. Ecoturismo e Participação Popular no Manejo de Áreas Protegidas: Aspectos Conceituais, Educacionais e Reflexões. In: RODRIGUES, A. B. (Orgs.) **Turismo e Ambiente Reflexões e Propostas**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

FLICK, U. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIL, A. C. **Como classificar as pesquisas?** In: Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRIMM, I. J; SAMPAIO, C. A. C; GREUEL, M. C; CERVEIRA, J. L. Políticas públicas do turismo e sustentabilidade: a inter-relação na esfera nacional, estadual e local. **Revista Turismo Visão e Ação**, v. 15, n.1, p. 95-111, 2013.

HALL, C. M. Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos. São Paulo: Contexto, 2001.

IBGE CIDADES. **Ananindeua, Marituba, Benevides e Santa Isabel do Pará.** Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acesso em: 07/07/2015.

IMAZON. Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia. **Macrozoneamento Ecológico-Econômico.** Belém, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estados Paraná: Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?lang=&sigla=pr>> acesso em: 09/02/2016.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. Unidades do Espírito Santo e conselheiros são alvo de campanha de educação ambiental. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/destaques/79-unidades-do-espírito-santo-e-conselheiros-sao-alvo-de-campanha-de-educacao-ambiental.html>>. Acesso em: 08/11/2015.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ. Unidades de conservação. Disponível em: <<http://ideflorbio.pa.gov.br/unidades-de-conservacao/regiao-administrativa-de-belem/refugio-de-vida-silvestre-metropole-da-amazonia/>> Acesso em: 02/12/2015.

LEUZINGER. M. D. Uso público em unidades de conservação. 11º Congresso Brasileiro do Magistério Superior de Direito Ambiental da APRODAB. Uso Público em Unidades de Conservação. 2013. (Congresso).

LOMBARDO, M. A; CASELLA, L. L. D. Turismo ambiental: o caso de Bombinhas (SC). In: RODRIGUES, A. B. (Org.) **Turismo e Ambiente Reflexões e Propostas.** 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MARIANI, M. A. P. et. al. Identificação das variáveis -chave para a promoção do desenvolvimento local por meio da atividade turística no município de Corumbá/ MS/ Brasil: uma aplicação da Análise de SWOT. **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, San Cristóbal de La Laguna, v. 12, n. 1, 2014. p. 65-78. Disponível em: <<http://www.pasosonline.org/articulos/664-identificac%C3%A3o-das-variaveis-chave-para-a-promoc%C3%A3o-do-desenvolvimento-local-por-meio-da-atividade-turistica-no-municipio-de-corumba-ms-brasil-uma-aplicac%C3%A3o-da-analise-de-swot>>. Acesso em: 09/11/2015.

MASSUKADO, M. S. Análise comparativa de estratégias qualitativas de investigação: possibilidades para a pesquisa em turismo. **Revista Turismo e Sociedade**, Curitiba, n 1, v 1, 2008. p. 9-27. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/turismo/article/view/11922/8410>> acesso em: 25/11/2015.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Educação ambiental. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental>> Acesso em: 01/12/2015.

OLIVEIRA, C. A. F. Diagnóstico sobre o turismo e uso público nas unidades de conservação federais do extremo sul da Bahia. Bahia: Relatório elaborado pela Gaia Consultoria e apresentado à Conservação Internacional Brasil, 2014. Disponível em: <[http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/Diagn%C3%B3stico\\_UP\\_Final.p](http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/Diagn%C3%B3stico_UP_Final.pdf)  
<df>. Acesso em: 01/12/2015.

PANOSSO NETTO, A. **Filosofia do Turismo**: Teoria e Epistemologia. São Paulo: Aleph, 2005.

PARÁ. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade. **Programa Estadual de Ordenamento Territorial. Consulta pública. Refúgio de vida silvestre**. Belém: DIAP. Coordenadoria de Ecossistemas, 2009.

\_\_\_\_\_. Diretoria de Áreas Protegidas. **Consulta Pública Refúgio de Vida Silvestre Metrópole da Amazônia**. Belém: DIAP. Coordenadoria de Ecossistemas, 2009.

PEREIRA, P. F.; SCARDUA, F. P. Espaços territoriais especialmente protegidos: conceito e implicações jurídicas. **Ambiente & Sociedade On-line version**, Campinas, v. 11, n. 1, Jan./Jun. 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-753X2008000100007&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2008000100007&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 11/05/2015.

QUARESMA, H. D. A. B. **O desencanto da princesa**: pescadores tradicionais e turismo na área de proteção ambiental de Algodão/Maiandeuá. Belém: NAEA, 2003.  
RAMOS, A. As Unidades de Conservação no Contexto das Políticas Públicas. In: CASES, M.O. WWF/Ipê – Instituto de Pesquisas Ecológicas. Gestão de Unidades de Conservação: Compartilhando Uma Experiência de Capacitação. Brasília, Distrito Federal. 2012. p. 43-54.

REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE DOS CAMPOS DE PALMAS. **Notícias**. Disponível em: <<http://rvscamposdepalmas.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 01/12/2015.

ROCHA, F.; BARBOSA, F. P.; ABESSA, D. M. S. Trilha ecológica como instrumento de Educação Ambiental: estudo de caso e proposta de adequação no Parque Estadual Xixová-Japuí (SP). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 3, n. 3, 2010, p. 478-497.

RODRIGUES, A. B. Turismo e Ambiente Reflexões e Propostas. In: RODRIGUES, A. B. (Orgs.) **Turismo e Ambiente Reflexões e Propostas**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

RYLANDS, A. B; BRANDON, K. Unidades de conservação brasileiras. **Megadiversidade**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, 2005. Disponível em: <[http://www.conservation.org.br/publicacoes/files/06\\_rylands\\_brandon.pdf](http://www.conservation.org.br/publicacoes/files/06_rylands_brandon.pdf)>. Acesso em: 12/05/2015.

SALVADOR. Decreto nº 12.487 de 29 de novembro de 2010. **Diário oficial do estado da Bahia**. Salvador, BA, 30 de nov. de 2010 Ano - XCV - No 20.426. Disponível

em:<[http://www.semarh.ba.gov.br/legislacao/Decretos%20Estaduais/Meio%20Ambiente-Biodiversidade/decreto\\_12487.pdf](http://www.semarh.ba.gov.br/legislacao/Decretos%20Estaduais/Meio%20Ambiente-Biodiversidade/decreto_12487.pdf)>. Acesso em: 04/12/2015.

SANTOS, A. A. et. al. Cadeia de serviços turísticos: possibilidade de inclusão social nos parques nacionais brasileiros. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.4, n.1, 2011, p. 208-227. Disponível em:

<<http://www.sbecotur.org.br/rbecotur/seer/index.php/ecoturismo/article/viewFile/701/347#page=35>>. Acesso em: 07/11/2015.

UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI. Metodologia da pesquisa científica. **Tabulação e análise de dados**. Disponível

em:<<http://www2.anhembi.br/html/ead01/metodologia-pesquisacientificAsequencial/lu04/lo2/index.htm>>. Acesso em: 01/12/2015.

VALLEJO, L. R. **Unidades de conservação**: uma discussão teórica à luz dos conceitos de território e de políticas públicas. **GEOgraphia**, v. 4, n. 8, Rio de Janeiro: UFF, 2002. Disponível em:

<<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewArticle/88>>. Acesso em: 20/03/2015.

VASCONCELOS, J.M. O. Interpretação Ambiental. In: MITRAUD, S. (org.). **Manual de Ecoturismo de Base Comunitária**: ferramentas para um planejamento responsável. Brasília: WWF Brasil, 2003.

VERÍSSIMO, A.; ROLLA, A; RIBEIRO, M. B; SALOMÃO, R. Áreas Protegidas na Amazônia Legal In: VERÍSSIMO, A; ROLLA, A; VEDOVETO, M; FUTADA, S.M. (Org.). **Áreas Protegidas na Amazônia Brasileira**: avanços e desafios. Belém: IMAZON; São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011. 90 p. Disponível em: <[http://www.socioambiental.org/banco\\_imagens/pdfs/10372.pdf](http://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/10372.pdf)>. Acesso em: 30/04/2015.

WALLACE, G. N. A administração do visitante: lições do parque nacional de Galápagos. In: LINDBERG, K; HAWKINS, D. E. **Ecoturismo**: um guia para planejamento e gestão. 3 ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.

## APÊNDICES

APÊNDICE 1 - LEVANTAMENTO DE DADOS COM OS MORADORES DO MUNICÍPIO DE MARITUBA.....	110
APÊNDICE 2 – ENTREVISTA COM O GESTOR DO REVIS METRÓPOLE DA AMAZÔNIA.....	111
APÊNDICE 3 – ENTREVISTA COM OS MORADORES DO REVIS METRÓPOLE DA AMAZÔNIA.....	112
APÊNDICE 4 – ENTREVISTA COM A REPRESENTANTE DO DEPARTAMENTO DE TURISMO DE MARITUBA.....	113



APÊNDICE 1 - LEVANTAMENTO DE DADOS COM OS MORADORES DO  
MUNICÍPIO DE MARITUBA

1. Qual sua faixa etária

- ( ) menos de 18                      ( ) 31 a 50 anos  
( ) de 19 a 30                      ( ) mais de 50 anos

2. A quanto tempo mora no município de Marituba?

- ( ) menos de 1 ano      ( ) de 6 a 10 anos  
( ) de 1 a 5 anos      ( ) mais de 11 anos

3. Conhece ou já ouviu falar do Refúgio de Vida Silvestre metrópole da  
Amazônia (Área da Pirelli)?

- ( ) Sim                      ( ) Não

4. Gostaria de conhecer o local?

- ( ) Sim                      ( ) Não, por que?

5. Qual atividade teria interesse em praticar na localidade?

- ( ) caminhada                      ( ) observação da natureza  
( ) trilha                      ( ) Educação ambiental  
( ) arvorismo                      ( ) Safári fotográfico

## APÊNDICE 2 – ENTREVISTA COM O GESTOR DO REVIS METRÓPOLE DA AMAZÔNIA

1. Qual o previsão de implantação do plano de manejo no REVIS? e as comunidades presentes no REVIS serão retiradas?
2. Quais as maiores dificuldades de gestão no REVIS?
3. Como a gestão do REVIS se relaciona com os moradores?
4. Durante este período que trabalha na UC, ocorreram mudanças na fauna e flora da localidade?
5. Será realizado um plano de uso público do REVIS? E quais serão as atividades permitidas no REVIS?
6. Qual o atual uso público do REVIS?
7. Quais atividades já foram realizadas no REVIS? educação, ambiental, uso público, fiscalização e/ou pesquisa?
8. Existe um controle em relação as visitas no REVIS?
9. Atividades turísticas serão permitidas no REVIS? e quais serão essas atividades?
10. Quais os principais atrativos do REVIS?
11. Existe fluxo de visitantes na UC? Período? Local??

### APÊNDICE 3 – ENTREVISTA COM OS MORADORES DO REVIS METRÓPOLE DA AMAZÔNIA

1. Mora a quanto tempo na localidade?
2. Quais as dificuldades de morar na localidade?
3. A fiscalização está sendo suficiente para a conservação do local?
4. Já participou de alguma capacitação com os gestores do REVIS?
5. Tem interesse em realizar atividades turísticas no REVIS?
6. Já participou de alguma atividade turística no REVIS?
7. Em sua opinião, em quais locais do REVIS essas atividades poderiam ser realizadas?

#### APÊNDICE 4 – ENTREVISTA COM A REPRESENTANTE DO DEPARTAMENTO DE TURISMO DE MARITUBA

1. Qual o motivo da escolha do REVIS para a realização do evento?
2. Pretendem realizar outras atividades no REVIS?
3. Ocorreu parceria com outras secretarias de Turismo ou de outros órgãos para a realização do Evento?